



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Homicídios na Região Metropolitana de Belém: práticas para contenção e
vulnerabilidades**

Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade Trindade

BELÉM - PA
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade Trindade

Homicídios na Região Metropolitana de Belém: práticas para contenção e vulnerabilidades

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania
Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientador: Professor Clay Anderson Nunes Chagas, Dr.

BELÉM - PA
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

TRINDADE, Rebelo de Andrade, Eugenia Andrea
HOMICÍDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
BELÉM: : práticas para a contenção e vulnerabilidades / Eugenia
Andrea TRINDADE, Rebelo de Andrade. — 2019.
155 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Mortalidade homicida. 2. Ações Intersetoriais. 3.
Vulnerabilidade Sociais . 4. Fragmentação de Políticas . I.
Titulo.

CDD 363.10098115

Homicídios na Região Metropolitana de Belém: ações para contenção e vulnerabilidades

Eugênia Andréa Rebêlo De Andrade Trindade

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém, 21 de março de 2019.

Profª. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública

Banca examinadora:

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Instituição: Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Instituição: Universidade Federal do Pará
Examinador Interno

Profª. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos
Instituição: Universidade Federal do Pará
Examinadora Interna

Profª. Dr. João Francisco Garcia Reis
Instituição: Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

Dedico a toda minha família e amigos que desde o início desta jornada me incentivaram e buscaram suprir todas as dificuldades em razão da minha ausência nos diversos momentos de convívio familiar e no trabalho;

Aos meus filhos **Luís Felipe** e **Luiza Maria** que se mantiveram firmes e souberam mesmo com pouca idade conduzir toda rotina necessária para o curso das atividades que desempenham no dia a dia, proporcionando-me força e coragem para prosseguir mesmo diante de tantas adversidades.

A minha Tia, **Maria do Socorro Rebêlo**, por ter sido a baluarte de todo esse processo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sobre todas as coisas primeiramente a Deus, que durante todo meu ciclo de vida acolheu-me sob a sua luz, e nesta trajetória me fez superar momentos difíceis e soube remediar o sacrifício de todos aqueles que convivem comigo e que necessitam de minha presença diária, permitindo-me evoluir e concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica e profissional.

A minha mãe, Maria do Céu Rebêlo, pelo exemplo de superação e amor incondicional na busca de seus objetivos. Sem o seu desvelo ao longo dos últimos anos, nada disso seria possível.

Aos meus avós maternos, Emídio e Maria, a Tia Carmen (in memoriam), por terem sido sempre tão presentes e amorosos, por terem me ensinado valores que sedimentaram meu caráter e que me inspiram para a vida e para o trabalho.

Ao meu pai, Porfírio Andrade, (in memoriam), pelo convívio na fase adulta da minha vida e mesmo doente dedicou todo amor a minha mãe, a mim aos meus irmãos e netos.

Aos meus filhos Luís Felipe e Luiza Maria, que são as maiores riquezas da minha vida, pela compreensão, amor, dedicação e carinho incondicional durante toda esta trajetória. A vocês, meu eterno amor e gratidão pelas conquistas obtidas e pelo cuidado que tiveram comigo nesse período.

Aos meus irmãos, Perpétua Picanço e Porfírio Junior, por terem cuidado dos meus filhos na minha ausência.

As minhas tias Julia, Conceição e especialmente a Maria do Socorro, pelo apoio e por confiarem e investirem em meus estudos ao longo da vida, sem vocês eu não teria obtido conquistas acadêmicas e profissionais.

Ao meu companheiro de vida e de trabalho, Alisson Gomes Monteiro, por ter sido a grande inspiração para esta conquista e para muitos referenciais na minha caminhada, os quais obtive pelo nosso convívio e pela observação a sua expertise e capacidade singular de um dos melhores e mais preparados profissionais da área de segurança pública do Pará. A você, o meu muito obrigada pelo apoio e pelas inúmeras correções e ensinamentos para a vida.

Aos meus ex-chefes e ex-secretários de Segurança Pública do Estado do Pará, Delegado de Polícia Civil, Luiz Fernandes Rocha, pelas inúmeras oportunidades que me elevaram enquanto profissional, proporcionando-me um aprendizado ímpar, e, General EB Jeannot Jansen Silva Filho, pelos ensinamentos, lições éticas e exemplo de humanidade com seus subordinados.

Aos meus colegas de trabalho, Oswaldo Hilton e Eduardo Rosa, especialmente a colega Luana Peres, pela contribuição e inúmeras discussões sem quais não seria possível o aprofundamento e resultado final deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, e a todos os docentes que o integram pela oportunidade de crescimento acadêmico e profissional, os quais colaboraram e me incentivaram de maneira impar na caminhada e construção deste trabalho.

Ao professor Clay Chagas, meu coordenador pela confiança e saberes transmitidos com maestria. Obrigada pelo desvelo e amizade, a qual prezo, acima de tudo.

Especialmente aos professores Edson Ramos e Maely Ramos, pela persistência e dedicação incondicional ao processo de formação de novos mestres e pela forma com que conduzem e contribuem para o meu trabalho e para o processo de desenvolvimentos dos alunos deste Programa.

A todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, especialmente minhas amigas Erika Pereira e Renata Cardoso, que contribuíram e me permitiram novos saberes diante das temáticas discutidas no curso do mestrado, com os quais divido adversidades e momentos de descontração.

À banca examinadora da presente dissertação, pela contribuição com as inestimáveis observações, sugestões e críticas, indispensáveis à melhoria e conteúdo de todo o trabalho.

A melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é concentrar toda a imaginação e entusiasmo na execução perfeita do trabalho de hoje.

(Dale Carnegie)

RESUMO

TRINDADE, Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade. **Homicídios na Região Metropolitana de Belém**: práticas para contenção e vulnerabilidades. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2019.

Esta dissertação estudou os programas públicos que integram os Planos Plurianuais do Estado do Pará, dos quadriênios 2008-2011(recorte 2010-2011), 2012-2015 e 2016-2019 (recorte 2016-2017), que contemplam combate às drogas, homicídios dolosos, evasão escolar e os destinados aos jovens de 15 a 29 anos. Paralelamente, levantou-se a evolução dos homicídios e a caracterização do perfil socioeconômico da população vítima dessa mortalidade homicida, entre os anos de 2000 à 2017, verificando a relação entre o homicídio e o acúmulo de vulnerabilidades sociais (representada pelos indicadores: número de homicídios, taxa de homicídios por 100 mil habitantes, número de mortes causadas por armas de fogo, taxa de mortes causadas por armas de fogo e índice de desenvolvimento humano). O objetivo foi averiguar se há implementação prática de ações intersetoriais/transversais no âmbito da Região Metropolitana de Belém, sendo isso importante para compreender como as ações planejadas no espectro da segurança pública podem impactar nas demandas sociais examinadas. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa mista (qualitativa e quantitativa), com emprego de estudo bibliográfico e documental, além de uso de dados com emprego de técnicas de análises qualitativas e estatísticas, sejam descritivas, multivariadas, de componentes principais e de correspondência. Foram utilizados dados inerentes aos programas do PPA, extraídos do site da Secretária de Estado de Planejamento, Tribunal de Contas do Estado e Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas, além de dados estatísticos de indicadores de homicídios, armas de fogo, perfil das vítimas e índice de desenvolvimento humano coletados junto à Secretaria de Inteligência e Análise Criminal, ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves e ao Instituto Brasileiro de Geografia, por meio de seus sistemas informacionais. Os resultados indicaram diferentes construções em programas setoriais e intersetoriais, com prevalência de fragmentação de políticas nos programas públicos, bem como a existência de relação entre o homicídio e o acúmulo de vulnerabilidades sociais, que impactam na criminalidade e em vítimas potenciais, cujo perfil de indivíduos do sexo masculino, solteiros, na faixa etária de 15 a 28 anos, com baixo nível de escolaridade (ensino fundamental incompleto) e em ocupações do mercado informal, se caracteriza como vulnerável.

Palavras-chave: Mortalidade homicida; Ações intersetoriais; Vulnerabilidades sociais; Fragmentação de Políticas.

ABSTRACT

Trindade, Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade. Homicides in the metropolitan Region of Belém: practices for contention and vulnerabilities. Master thesis (Master in public security). Pos-graduation Program in Public Security, Federal University of Pará, Belém, Pará, Brasil, 2019.

This work studied the public programs that are part of the State of Pará multi-annual plan regarding the years 2010-2011 from the 2008-2011 plan, the 2012-2015 multi-annual plan and the years 2016-2017, from the 2016-2019 plan which include policies aiming to attack drug consumption, homicides, school truancy among teenagers and young adults ranging from age 15 to 29. Besides that, the evolution of homicides and the social-economical profile of the usual victims of such crimes from 2000 to 2017 was also analyzed, identifying a relation between homicides and the concentration of social vulnerabilities (represented by the indexes: sheer number of homicides, number of homicides for every 100 thousand inhabitants, number of deaths caused by fire weapons and the human development index). The goal was to verify if the implementation of intersectoral/transversal practices have any impact in the Metropolitan Region of Belém, for this is important to comprehend how such planned policies cause effects on the social demands examined. The methodology used was based in a mixed research (qualitative and quantitative), based on literature and documental research, as well as quantitative and statistical analysis, both descriptive, multivariated and based on main components and corresponding components. The data utilized belong the multi-annual programs and were extracted from the secretariat of planning, from the Audit Office and the amazonic foundation for study and research support, among statistical index related to homicides, fire guns, victim profile and human development obtained from the Renato Chaves Center for Forensics Center and the Brazilian Geography Institute through their informational systems. The results indicate different sectoral and intersectoral programs, with predominance of highly fragmented public policy programs, as well as the existence of a relation between homicides and the concentration of social vulnerabilities, which impact criminality and in the number of potential victims, whose profile, single, male men of ages ranging from 15 to 28 years old, with poor education (unfinished elementary school) and occupations in the informal market, is classified as vulnerable.

Keywords: Homicide rate; Intersectoral actions; Social Vulnerability; Fragmentation of Politics.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 2 - Artigo 1

Figura 1: Percentual de Registros de Homicídio na Região Metropolitana de Belém, no período de 2010 à 2017, por Ano da Ocorrência **1**

Apêndice

Figura 1: Divisão Territorial da 2ª Região Integrada de Segurança Pública-RISP **1**

Figura 2: Distribuição dos homicídios na 2ª. RISP por AISP (2014-2017) **1**

Figura 3: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Mês da Ocorrência. **1**

Figura 4: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por dia da semana..... **1**

Figura 5: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Faixa de Hora. **1**

Figura 6: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Município. **1**

Figura 7: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Meio Empregado. **1**

Figura 8: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Local da Ocorrência. **1**

LISTA DE TABELAS

Capítulo 2 - Artigo 1

Tabela 1: Homicídios registrados na Região Metropolitana de Belém, no período de 2010 a 2017, por ano de registro.....**1**

Tabela 2: Homicídios registrados na Região Metropolitana de Belém, no período de 2010 à 2017, por município/ano de registro**1**

Tabela 3: Comparativo dos Registros de Homicídio na Região Metropolitana de Belém, no Período de 2010 a 2011, com Variação absoluta e percentual**1**

Tabela 4: Comparativo dos Registros de Homicídio na Região Metropolitana de Belém, no Período de 2016 a 2017, com Variação absoluta e percentual**1**

Tabela 5: Resíduos e Níveis de Confiança (entre parênteses), Resultantes da Aplicação da Técnica de Análise de Correspondência das Variáveis: Acúmulo de Vulnerabilidade Social (2014 e 2017), Taxa de Homicídio, Taxa de Homicídio por Arma de Fogo e IDH-M, da Região Metropolitana de Belém**1**

Anexos - Anexo 1

Tabela 1: Estatísticas Resultantes da Aplicação da Técnica de Análise de Correspondência as variáveis: Pobreza; Suporte Social Total; Suporte Social Material; Suporte Social Afetivo; Suporte Social Emocional; Suporte Social Informacional e Interação Social Positiva.....**1**

Anexos – Anexo 1

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014..**1**

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017..**1**

LISTA DE SIGLAS

AISP	Área Integrada de Segurança Pública
AISPAG	Ação Social Integrada ao Palácio do Governo
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBM	Corpo de Bombeiros Militar do Pará
CEII	Centro Estadual Integrado de Inteligência
CF	Constituição Federal
CONSEP	Conselho de Segurança Pública
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CP	Código de Penal
CPC	Centro de Perícias Científicas
CPP	Código de Processo Penal
CPRM	Comando de Policiamento Regional Metropolitano
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
DENARC	Divisão Especial de Narcóticos
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado do Pará
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FCP	Fundação Cultural do Estado do Pará
FDDD	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FES	Fundo Estadual de Saúde
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GLBTTT	Comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
GPR	Gestão por Resultados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municípios
IMETRO	Instituto de Metrologia do Pará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPS	Índice de Progresso Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

LOA	Lei Orçamentária Anual
NAC	Núcleo de Articulação e Cidadania
NGR	Núcleo de Gestão por Resultados
PCPA	Polícia Civil do Estado do Pará
PDE	Plano de Diretrizes e Estratégias
PGE	Procuradoria Geral do Estado do Pará
PGI	Plano Global Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
PMPA	Polícia Militar do Estado do Pará
PPA	Planejamento Plurianual
PREC	Programa de Redução da Criminalidade
PRO PAZ	Programa PRO PAZ
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
RIAC	Relatório de Inteligência e Análise Criminal
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEAD	Secretaria de Estado de Administração
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
SEASTER	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
SECOM	Secretaria de Comunicação do Estado do Pará
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SE Dop	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
SE DUC	Secretaria de Estado de Educação
SEEL	Secretaria de Esporte e Lazer
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SEMAS	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEOP	Secretaria de Estado de Obras Públicas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento e Finanças
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública
SETER	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
SIAC	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
SIEDS	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública
SISPACTO	Sistema que permite o registro de metas pactuadas por municípios, regiões de saúde, estados e Distrito Federal
SRM	Superintendência de Polícia Civil da Região Metropolitana
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

TCE	Tribunal de Contas do Estado do Pará
TIAC	Taxa de Identificação de Autoria de Crimes
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Estado do Pará
UIPP	Unidade Integrada Pro Paz

SUMÁRIO

CAPITULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS	17
1 INTRODUÇÃO	17
2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA	19
3 PROBLEMA DE PESQUISA	22
4 OBJETIVOS.....	24
4.1 GERAL	24
4.2 ESPECÍFICOS.....	24
5 HIPÓTESE	25
6 REVISÃO DE LITERATURA.....	25
6.1 O PPA COMO INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	25
6.2 DO CICLO DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO.....	28
6.3 CAUSAS E FATORES DE RISCO DA CRIMINALIDADE.....	31
7 METODOLOGIA	33
7.1 NATUREZA DO ESTUDO.....	33
7.2 LÓCUS E AMOSTRA.....	33
7.3 COLETA DE DADOS.....	34
7.4 ANÁLISE DE DADOS.....	35
8 QUESTÕES ÉTICAS	42
CAPÍTULO II – ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	43
ARTIGO 1 - HOMICÍDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: VULNERABILIDADES SOCIAIS.....	43
ARTIGO 2 - VITIMIZAÇÃO POR HOMÍCIDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....	65
ARTIGO 3 – O PLANO PLURIANUAL COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO PARA CONTENÇÃO DA CRIMINALIDADE: UMA OBSERVAÇÃO SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	75
CAPÍTULO III – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	104
CONCLUSÕES.....	104
RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	107
CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE	108
PRODUTO RESULTANTE DA PESQUISA	109
<i>Elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) no âmbito do Estado do Pará</i>	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS	115
APÊNDICES.....	131

CAPITULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1 INTRODUÇÃO

Inúmeros acontecimentos que envolvem crimes e violência no Brasil, como os confrontos veiculados frequentemente na mídia televisiva nacional envolvendo policiais e indivíduos que praticam crimes de homicídio, roubos, sequestro, tráfico de drogas, dentre outros, levam a reflexão de se estar distante em alcançar um quadro de estabilidade com relação à segurança pública que seja capaz de conter os níveis de criminalidade, especialmente da criminalidade violenta e organizada (ALCOLUMBRE, 2016; ARAÚJO et al., 2008; SAPORI, 2007).

A consequência mais grave desse processo em cadeia é a descrença dos cidadãos nas instituições constitucionalmente instituídas para promover à justiça, em especial as encarregadas de distribuir e aplicar sanções para os autores de crime e de violência.

É sabido que soluções para reduzir os índices de criminalidade são complexas e extrapolam a área da segurança pública, que assim como outros segmentos governamentais, é impactada por demandas públicas não garantidas pelo Estado, a exemplo da educação, saúde, emprego, renda, etc. Tal situação, leva as organizações públicas ao descrédito, e o Estado por sua vez, perde sua capacidade por não cumprir sua missão social (SAPORI, 2007).

Lamentavelmente, nas últimas décadas conforme destaca Beato (2012), se assiste um crescimento alarmante nas ocorrências criminais. Paralelamente uma postura estatal não condizente com a necessidade de diminuição desses índices, demonstrando sua total ineficiência na prestação de um serviço que por sua própria natureza é indelegável, cabendo tão somente ao Estado a responsabilidade de prestá-lo à sociedade, com eficiência, eficácia e efetividade, principalmente quando se considera que é a sociedade quem financia os gastos públicos.

O Estado do Pará e sua Região Metropolitana (abordada como Região Guajará no âmbito do Planejamento Plurianual), estão inseridos nesse contexto, consoante os dados do anuário brasileiro de segurança pública, que aponta o Pará como o 8º estado mais violento do país e sua capital com a 3ª maior taxa entre as capitais, 67,5 por 100 mil habitantes, em mortes violentas intencionais¹ em 2017, o que representa aumento de 13,2% se comparado ao ano de 2014 (FBSP, 2018).

Ante essas questões, optou-se por explorar nesta dissertação, no âmbito dos Planos

¹ **Mortes Violentas Intencionais:** Corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora de serviço (FBSP, 2018).

Plurianuais (PPA), do período de 2008 a 2019, as diretrizes e estratégias de governo, nas áreas da saúde, educação e segurança pública, com o fito de observar a implementação de ações intersetoriais e transversais destinadas ao combate as drogas, aos homicídios dolosos e evasão escolar.

Em paralelo, julgou-se pertinente levantar a evolução dos crimes de homicídio e caracterizar o perfil socioeconômico da população vítima da mortalidade homicida, para saber se estão em situação de vulnerabilidade, e ainda, se há relação entre o homicídio e o acúmulo de vulnerabilidades sociais, consoante disposto no relatório de diagnóstico por homicídios no Brasil (ENGEL et al., 2015).

O enfoque será a Região Metropolitana de Belém (RMB), formada por 7 (sete) municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará e Castanhal), localizada as margens do rio Guamá e da Baía do Guajará, com cerca de 2.275.032 habitantes, cuja economia tem por base o setor terciário (atividades de comércio de bens e prestação de serviços) que mais se destaca na composição de seu Produto Interno Bruto- PIB (IPEA, 2015; IBGE, 2010).

A temática desperta o interesse pelo fato do crime de homicídio ser um parâmetro internacional para a violência e se apresentar como a maior causa de mortes de jovens no país, representando uma questão de saúde pública em níveis epidêmicos, que tem levado ao aumento do sentimento de medo e insegurança da população paraense e de sua RMB, configurando-se, portanto, um dos maiores desafios para o Estado, no processo de contenção da criminalidade violenta (SAPORI, 2007; CHAGAS, 2014; COSTA, 2017).

Estudos que permitam identificar o contexto dessa violência, quem são suas vítimas, quais os aspectos que podem contribuir para o agravamento desse problema tanto no Estado do Pará, com em sua capital, carecem de dados estatísticos mais precisos e sistematizados sobre suas regiões, municípios e bairros (ENGEL et al., 2015).

O arcabouço teórico levantado objetivou propiciar o entendimento acerca da violência homicida, suas vítimas, causas e fatores que impactam sobre a criminalidade e as ações governamentais implementadas para combate enfrentamento às drogas, aos homicídios e a evasão escolar, no âmbito da Região Metropolitana de Belém.

A parte textual desta dissertação divide-se em 03 (três) capítulos. No primeiro, apresentam-se as considerações gerais, composta desta introdução, da justificativa e importância da pesquisa, do problema da pesquisa, dos objetivos, da hipótese, da revisão da literatura e da metodologia empregada para execução desta pesquisa científica.

O segundo capítulo é composto por 3 (três) artigos científicos: o 1º “**Homicídios na Região Metropolitana de Belém: vulnerabilidades sociais**”, que aborda a representação do crime de homicídio no período de 2010 à 2017 e sua relação com os fatores de vulnerabilidades sociais (taxa de homicídios, mortes por arma de fogo e índice de desenvolvimento humano - IDH), observada por meio da criação de um índice de vulnerabilidade social elaborado para o Estado do Pará e sua RMB; O 2º “**Vitimização por homicídios na Região Metropolitana de Belém**” buscou caracterizar o perfil socioeconômico das vítimas de homicídio e se há seletividade em relação a uma determinada parcela da população; e o 3º “**O Plano Plurianual como instrumento de planejamento para contenção da criminalidade: uma observação sobre a Região Metropolitana de Belém**”, examina em três quadriênios do planejamento público, no executivo paraense, os programas do PPA, cujas ações se destinam ao combate aos homicídios, drogas e evasão escolar, a fim de observar se há na RMB implementação prática de ações intersetoriais e transversais, que se destinam a construir políticas públicas integradas e articuladas.

O terceiro capítulo versa sobre as considerações finais e assinala os resultados, as contribuições teóricas do trabalho e os produtos gerados, com vistas a subsidiar o processo de elaboração e avaliação do planejamento público no Estado do Pará, assim como as reflexões e impressões sobre alguns fatores observados e que influenciam o curso das ações governamentais. Por fim, consigna-se as possibilidades de trabalhos futuros dada relevância do tema em estudo.

Por fim, cumpre salientar que esta dissertação segue determinações da Resolução nº 001/2016-PPGSP, 29 de janeiro de 2016, que regula as normas e modelo da dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós Graduação em Segurança Pública, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

Nos estudos feitos por Carneiro et al., (2014) é destacada a dificuldade de se compor um quadro acerca da forma com que os gestores públicos brasileiros a quando da formulação e implementação de políticas públicas lançam mão do conhecimento científico para auxiliar o processo de tomada de decisão, já que no Brasil não se tem procedimentos institucionalizados para esse fim, como ocorre em países como Estados Unidos e Canadá.

Para Carneiro et al., (2014), a produção científica gera transformações instrumentais

² Os referidos artigos serão submetidos à avaliação para publicação na revista científica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, cujas normas seguem no “APÊNDICE 3”.

de valor significativo nas sociedades contemporâneas, indicam caminhos e direções a tomar, contudo, ainda traduz uma incapacidade de produzir consensos e/ou de se traduzir em linguagem tempestivamente apropriada à temporalidade das decisões políticas.

Consoante assinalam Borges e Durante (2011) as organizações para definirem objetivos e metas precisam utilizar algum tipo de planejamento estratégico, e para isso necessitam de um sistema de acompanhamento, baseado em procedimentos científicos de coleta e análise da informação acerca de processos resultados e/ou impactos de políticas, programas, etc.

Neste ensejo, Governo e organizações para desenvolverem políticas públicas passam por um ciclo de gestão que comporta várias etapas, dentre elas a elaboração identificação do problema/formação da agenda, formulação de alternativas de solução/decisão, execução/monitoramento e avaliação.

No que pertine às políticas públicas de segurança no Brasil, uma das maiores dificuldades enfrentadas corresponde à precariedade de critérios e instrumentos empregados no processo de avaliação da política, além dos poucos estudos que buscam avaliar políticas públicas de segurança (TRINDADE, 2015; MUNIZ; PROENÇA, 2007).

A literatura contemporânea e os estudos exploratórios que versam sobre criminalidade, violência e política pública, apontam em regra deficiências nas bases de informações sobre essas temáticas, o que compromete os estudos efetuados, as políticas, os programas, projetos e iniciativas dessa seara que por vezes é desenhada com embasamento nesse conhecimento (BEATO, 2008; ABRUCIO, 2007; RIBEIRO et al, 2008).

Historicamente os sistemas policiais brasileiros sempre estiveram em meio à subordinação estrita à União e a autonomia dos executivos estaduais, o que permanece ainda nos dias atuais, pois as políticas de segurança pública seguem uma matriz nacional que acaba por produzir reflexos em todas as unidades da federação (SHABBACH, 2014).

Convém assinalar que para Saporì (2007), o entendimento do processo de deterioração da ordem pública na sociedade brasileira relaciona-se ao padrão de atuação gerencial dos governos (federal e estadual) em prover a segurança pública enquanto bem coletivo e o controle da criminalidade, sendo característica comum das políticas de segurança públicas³ a prevalência do gerenciamento de crises e falta de uma sistematização.

A Constituição Federal de 1988 definiu competências exclusivas em segurança pública

³ Políticas de Segurança Pública envolvem racionalidade gerencial, processos decisórios, cursos de ação e intervenções governamentais (SAPORI, 2007). Políticas Públicas de Segurança abarcam “a formulação de componentes cognitivos que informam a concepção de programas a serem implementados, assim como métodos analíticos de monitoramento e avaliação de seu desempenho” (BEATO, 2012, p.26)

aos entes federados, bem como autonomia financeira, portanto, no âmbito da união a segurança nacional enquanto dever do Estado compete as forças armadas e as policiais federais; nos Estados compete as polícias civil e militar, de cunho judiciário e ostensivo e de preservação da ordem pública; aos municípios cabe a função das guardas municipais. É importante assinalar também que a constituição acrescentou que a segurança pública é “responsabilidade de todos”, passando o crime a um enfoque mais amplo do que simplesmente um problema de polícia (BRASIL, 1988).

Desde a década de 1990, o governo federal no intuito de chamar para si a responsabilidade de enfrentar os fenômenos da criminalidade, violência e violação de direitos humanos, vem estimulando a articulação intergovernamental e a descentralização de programas específicos que surgem com o viés preventivo, numa perspectiva que envolve a participação de políticas sociais e da própria sociedade civil. Tem-se assim uma orientação intersetorial que busca ultrapassar o caráter predominante da política de segurança pública, qual seja, repressivo-penal, priorizando com a implementação de novos programas ações preventivas e de participação da sociedade. (SCHABBACH, 2014).

Todavia, somente com o advento da Lei Nº 13.676 de 11 de julho de 2018, institui-se o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com o viés de atuação conjunta coordenada, sistêmica e integrada entre União, Estados, Municípios, em articulação com a sociedade. Até então houve por parte do Governo Federal a implementação de planos nacionais para a área de segurança pública.

O problema da criminalidade passa a ser entendido pelo governo como multidimensional, o que exige políticas intersetoriais que sejam capazes de dar conta das várias dimensões que compõem a violência policial (SOARES, 2006).

Os estudos aqui citados mostram que pesquisas nesse campo temático são significativas para se entender a importância que se atribui ao conhecimento científico na formulação de políticas públicas, ou se nesse processo, seu emprego se dá forma eventual, prejudicando, por conseguinte, o monitoramento e a avaliação das ações implementadas por meio dos programas governamentais.

Alhures, esta pesquisa poderá contribuir para o processo de gestão do conhecimento em segurança pública em nível estadual, especialmente na RMB que concentra grande parte dos crimes de homicídios ocorridos no Estado do Pará, verificando quem são suas vítimas, como esses índices se comportam no decorrer de ações implementadas pelo governo estadual, por meio dos programas do PPA e como essas ações são desenhadas diante de causas e fatores

que impactam na criminalidade.

Os resultados obtidos poderão fomentar outros estudos e quem sabe embasar a elaboração de políticas públicas setoriais e transversais/intersectoriais, estas últimas, conceituadas como aquelas que buscam construir políticas públicas integradas por meio de ações articuladas, que considerem suas causas e efeitos em distintos campos de atuação. Ademais, o levantamento de dados estatísticos e informações podem subsidiar as instituições policiais no delineamento de ações articuladas voltadas à prevenção e à repressão da criminalidade na RMB.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

As ações de segurança pública implementadas no país e no Pará para prevenção e repressão ao crime tem se mostrado incapazes de conter a violência, não fazendo mais frente ao enfrentamento da problemática da criminalidade especializada. O Governo apesar de empreender inúmeros esforços e conjugar diversas ações ainda não foi capaz de levar aos órgãos de segurança uma política pública de contenção dos índices de criminalidade.

Existem autores como Carvalho e Silva (2011, p. 63), que definem o Plano Nacional de Segurança Pública, editado no ano de 2000, como um “marco teórico expressivo na propositura da política de segurança pública brasileira.

Nessa linha, Lopes (2009, p. 29) destaca que o plano nacional de segurança pública foi:

A primeira política nacional e democrática de segurança focada no estímulo à inovação tecnológica; alude ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, com a qual se pretende a definição de uma nova segurança pública e, sobretudo, uma novidade em democracia.

Esse entendimento, contudo, deve ser visto com ressalva, pois os planos nacionais assim como os projetos tem início, meio e fim, ou seja, período determinado de vigência. A política é uma diretriz, exprime responsabilidade e resultados a alcançar, mediante recursos garantidos em lei que perduram enquanto o arcabouço jurídico permanecer.

É oportuno, mencionar que no ano de 2000, à época governo do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi lançado o 1º Plano Nacional de Segurança Pública, conhecido como Plano Nacional antiviolença, com formulação de várias políticas de viés repressivo e preventivo, sendo grande parte delas voltadas à repressão de crimes, como: o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, desarmamento e controle de armas, repressão ao roubo de cargas etc. (SOARES, 2006).

Desta feita, o tema Segurança Pública inaugura a agenda nacional do Governo. Com

esse 1º plano foram ordenadas 124 ações estratégicas e instituído o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), entretanto, o projeto não figurou entre as rubricas orçamentárias, o que como se sabe é um complicador para todo processo de gestão pública, já que as políticas ao serem implementadas são delineadas e definidas em razão do orçamento público.

Dois anos depois do 1º Plano, no Governo seguinte, surge o Projeto Segurança Pública para o Brasil que contou com a participação de setores da sociedade e logo após, foi implantado o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) que promoveu a inclusão dos municípios e da sociedade civil como atores fundamentais da ação estatal para esse setor, além da inserção de programas de prevenção trabalhadas em vários municípios e regiões do país.

Além dessas iniciativas e discussões, outras tentativas foram feitas com a proposta de se discutir a reforma do sistema de segurança de forma integral, no entanto, sem êxito, sendo comuns nos dias atuais debates e proposta de emendas constitucionais sobre a unificação das polícias, desmilitarização, criação de ciclo completo das policiais, dentro outros, o que acaba por gerar um cenário de mais instabilidade (SOARES, 2006).

Carvalho e Silva (2011) asseveram que as ações de segurança pública no Brasil são deslocadas da realidade social, desprovidas de perenidade, consistência e articulação constituindo-se um paliativo de situações emergências.

Todos esses fatores levam os órgãos de segurança pública junto com os governos a buscarem alternativas e novos caminhos na tentativa de conter os altos índices de crime que assolam o país e que tem se mostrado um indicador nefasto à sociedade.

Nesse condão, Januzzi (2011, p. 12) aborda

a importância dos indicadores para elaboração de diagnósticos setoriais como uma ferramenta fundamental para o trabalho do gestor público na condução de suas atividades de planejamento. Para o autor ter um conhecimento estruturado da realidade sócio demográfica, das potencialidades e fragilidades da economia, da dinâmica conjuntural do emprego, das restrições condicionantes ambientais de um município, região ou estado é um bom ponto de partida para assegurar que os programas e outras ações públicas estejam mais ajustadas às necessidades de seu respectivo público-alvo e ao contexto de interação social, ampliando as chances de sucesso e de efetividade das políticas públicas no país.

Historicamente as ações de segurança pública tem se limitado a uma série de intervenções governamentais e de cunho eminentemente reativas e fragmentadas, carentes de uma integração de esforços conjuntos, estando destinadas a conter inúmeras crises que afetam a ordem pública e colocam em xeque o sistema de segurança pública brasileiro (SAPORI, 2007).

Neste sentido, como assevera Maximiano (2006), o planejamento representa

elaboração de uma estratégia a ser colocada em prática, *in casu*, referencia-se a relação governo x sociedade, assim, no serviço público, representa uma perspectiva de adoção de mecanismos que facilitem a efetividade da prestação de bens e serviços públicos e a ampliação da cidadania. Desta feita, os modelos e técnicas de planejamento utilizados no setor privado não podem ser automaticamente destacados para a administração pública sem que se proceda a adaptação dos modelos e teorias para o ambiente que se visa trabalhar.

Sapori (2007) observa que “planejamento, monitoramento, avaliação de resultados e gasto eficiente de recursos não tem sido procedimentos usuais no combate à criminalidade, seja pelo executivo federal, como dos executivos estaduais.

Convém salientar que o Poder Executivo possui instrumentos normativos, dentre os quais o Planejamento Plurianual (PPA), instituído pelo legislador constituinte como um instrumento de planejamento e gestão, tendo a constituição de 1988 reconhecido o planejamento como uma função indispensável ao Estado e não opção do governante (PAULO, 2010).

Ante o exposto, a pesquisa orientar-se-á pela seguinte questão problema: Há na prática implementação de ações intersetoriais/transversais por meio dos programas do PPA nas áreas de segurança pública, saúde e educação no Pará que abranjam políticas de contenção de homicídios, drogas e evasão escolar?

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Averiguar os programas e indicadores relativos à área de segurança pública, saúde, educação e os destinados aos jovens na faixa de 15 a 29 anos, contidos nos Planos Plurianuais (PPA), do período entre 2008-2019, que estejam relacionados ao enfrentamento dos homicídios dolosos, às drogas e a evasão escolar, a fim de verificar a implementação prática de ações intersetoriais e transversais.

4.2 ESPECÍFICOS

Verificar a relação do crime de homicídio com os fatores transversais (acúmulo de vulnerabilidades sociais), e se esses fatores representam risco de causar ou potencializar a concretização desses crimes;

Caracterizar o perfil socioeconômico das vítimas de homicídio.

5 HIPÓTESE

Conjectura-se que embora o processo de monitoramento e avaliação dos programas governamentais no Estado do Pará objetive o permanente acompanhamento da sua implementação, com vistas à melhoria dos serviços prestados ao cidadão, a sistemática do processo ainda se constitui como um problema, considerando as dificuldades de implementação e fortalecimento do modelo de gestão por resultados.

O pressuposto é que a integração das políticas públicas intersetoriais seja capaz de potencializar a eficiência e a eficácia das políticas públicas, mediante os resultados obtidos com a avaliação dos programas, que sob à perspectiva da gestão pública, visa verificar se as metas foram atingidas e se os resultados esperados causaram alguma mudança na vida das pessoas.

Então, toma-se como hipótese para o problema proposto que as ações previstas nos programas do PPA que envolvem segurança pública, educação e saúde na RMB não possuem na prática implementação intersetorial e transversal e carecem de um processo de monitoramento e avaliação intersetorial, que resulte em medidas de intervenção e correção que ampliem o controle social sobre essas demandas sociais.

6 REVISÃO DE LITERATURA

6.1 O PPA COMO INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Os esforços para modernizar a Administração pública são seculares, sofrendo diversas influências, principalmente no que concerne às mudanças de posicionamento determinadas pelas teorias econômicas dominantes em cada período e que levaram à transformação da Administração Pública, nos anos 80 e 90, em uma administração mais moderna e eficiente⁴.

Nas décadas de 1970 e 1980, questões como hiperinflação e endividamento interno esvaziaram as discussões em torno do planejamento estatal, já que a palavra de ordem estava em torno da estabilidade econômica. Para tanto, as propostas giraram em torno de planejamento de curto prazo, pois a diminuição de recursos externos, aliado ao déficit nas contas públicas provocaram no país um ciclo de descontrole que levou ao enfraquecimento do planejamento.

Somente com a redemocratização advinda com o cenário de transição política ocorrido no final da década de 1980, o planejamento volta a figurar como uma atribuição inarredável do Estado, sendo estabelecido pela Constituição Federal de 1988 a obrigatoriedade da

⁴ Garces e Silveira (2002), Souza (2006), Cunha (2006), Albuquerque et al. (2008), Paulo (2010) e Chagas (2011), para aprofundamento da análise da evolução histórica do planejamento e, especificamente, do PPA.

elaboração de planos plurianuais, determinando concomitantemente o planejamento de médio prazo, com a implementação de Planos Plurianuais (PPA) e a criação das leis orçamentárias que estariam diretamente ligadas ao planejamento estatal (ALBUQUERQUE et al., 2008)

No caso das agências públicas para a consecução de políticas que visem a proteção e promoção de direitos aos cidadãos, o Estado brasileiro tem processos de organização administrativa que orientam a gestão da coisa pública. O principal deles é o PPA, que tem previsão constitucional e que visa estabelecer as ações de gestão por um quadriênio.

Com a consolidação do sistema de planejamento plurianual (PPA) enquanto modelo de gestão pública destinado a orientar à política pública, consoante disciplinado pela CF de 1988, deu-se o aprimoramento dos controles administrativos, com ênfase na mudança pelas cortes de conta, da avaliação de conformidade legal para a avaliação de desempenho dos programas, aliados a reforma gerencial da gestão pública ocorrida em meados da década de 1990 (JANUZZI, 2005; SERRA, 2008; PAULO, 2010).

Atualmente há uma tendência mundial sobre as atividades avaliativas (indicadores de performance, transparência, desenvolvimento de capacidades e habilidades em avaliar e o debate em torno dos diferentes métodos de avaliação, contudo, no Brasil pesquisas que aplicam metodologia de avaliação de resultados não despertaram interesse na comunidade acadêmica, se dando ênfase aos “processos decisórios nas análises, em detrimento de investimentos sistemáticos no estudos dos processos de implementação e avaliação” (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1283).

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece o processo de avaliação no país, com emprego de instrumentos de avaliação e monitoramento (BRASIL, 1988). Nesse entendimento, a falta de informação inviabiliza todo e qualquer processo de avaliação. O mesmo ocorre se for inconsistente e/ou oriunda de fonte não confiável e qualificada gerando uma série de distorções no processo de conhecimento o que impede o aprimoramento contínuo da organização.

Na esfera do planejamento governamental, cada vez mais a avaliação de políticas e programas governamentais assumem relevância para as funções do planejamento estatal, sobretudo, após a reorganização do processo de planejamento do governo federal com Constituição de 1988, aumentando sobremaneira o debate em torno da eficácia e do impacto das políticas públicas em diferentes áreas (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Cresce assim, o interesse pela temática dos indicadores sociais e sua aplicação nas atividades ligadas ao planejamento estatal e ao ciclo de formulação e avaliação de políticas

públicas (JANUZZI, 2005).

Convém assinalar que planejamento e gestão não são termos equivalentes e se referem a diferentes tipos de atividades. Planejar remete ao futuro e gestão remete ao presente, de tal forma que o planejamento é a preparação para a gestão futura, portanto, o planejamento é algo que não se pode abdicar (SOUZA, 2006). Desse modo, definir a forma de atuação parece ser o caminho inicial para se buscar canais de inovação e comunicação, portanto, escolher a estratégia, é algo que precisa ser estudado e planejado com muito cuidado.

Nessa abordagem, impõe-se ao Estado, por meio de suas ações governamentais, assegurar a aplicação e a eficiência dos direitos sociais, a exemplo da segurança pública, saúde, educação, moradia e previdência. Por sua vez, esses deveres impostos ao Estado constitucionalmente devem ser executados pela Administração Pública a quem compete provê-los por meio de políticas públicas.

Convém destacar, que a metodologia de construção do PPA, sobretudo, a adotada a partir de 2000, introduziu o programa como unidade de gestão com foco em resultados o que ainda figura até os dias atuais, com o fim de integrar planejamento, orçamento e gestão. Dessa forma, a Constituição Federal conferiu ao Plano Plurianual um papel central de organização da ação do Estado, pois submete a elaboração dos demais documentos de planejamento e orçamento às suas disposições (PAULO, 2010).

Cumprir registrar que a constituição de um programa mediante as demandas da sociedade leva à formação de programas multisetoriais e orienta a ação do governo não só no campo da gestão, mas também para viabilizar parcerias já que o novo papel do Estado abre caminhos para parcerias público-privadas.

Em relação as políticas e programas públicos, Rua (2014) aponta que uma característica recorrente das políticas públicas é que mesmo em relação as demandas da sociedade que impliquem na articulação e cooperação entre distintas instituições setoriais, tem-se na prática uma rigidez no que diz respeito a demarcação das áreas de atuação de cada uma delas, ensejando na fragmentação setorial que é um aspecto inerente as políticas públicas brasileiras.

Desta feita, a luz do disposto no Artigo 165, parágrafo 4º da CF/88, tem-se definido que os programas nacionais, regionais e setoriais devem ser elaborados em consonância com o Planejamento Plurianual (PPA), o que por sua vez deve ser observado em relação a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentaria Anual- LOA que não podem ser incompatíveis com o Plano Plurianual (BRASIL, 1988).

Para Paulo (2010, p. 176) o PPA “deve estabelecer a ligação entre os objetivos indicados pelo Estado, presentes em um planejamento de longo prazo; políticas de governo, de médio prazo, e, finalmente, realização de gastos, previstos no orçamento”.

Portanto, o legislador constituinte busca reconhecer o planejamento como uma função indispensável ao Estado, orientando não só a formulação de leis orçamentárias e planos setoriais, mas também a execução das políticas públicas, pois esse instrumento, por meio da valorização dos aspectos estratégicos da programação, define o objeto da política pública.

Diretamente, a busca da contenção dos índices de homicídios na Região Metropolitana de Belém deverá ser cotejada, a partir de olhar interinstitucional, com políticas de outras áreas de governo que também estão asseguradas como direitos sociais, observando-se os programas do PPA.

6.2 DO CICLO DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO

A Constituição Federal de 1988 adotou um modelo de Estado Social e Democrático de Direito, dessa forma a ação dos Poderes Públicos é relevante para o atingimento de objetivos coletivos transformados em princípios constitucionais, pelo que se denota a preocupação do ente estatal para fins de distribuição e redistribuição de forma justa e adequada em relação aos bens socialmente produzidos, para fins de redução da desigualdade e realização da justiça social (DUARTE, 2003).

O estado nesse condão assume o papel de proporcionar à prestação dos serviços públicos, e para tal, sua ação deve ser racional e planejada, devendo ocorrer por meio da elaboração e implementação de políticas públicas. Neste sentido, o processo de definição e implementação das políticas públicas e dos programas públicos envolvem uma série de atividades e etapas distintas (formação de agenda, definição do problema, análise do problema, formação de alternativas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação) que independe da configuração que possuem, se destinam a sistematizar uma política sob a forma de um fluxo lógico que contém fases de execução na forma de um processo (RUA,2014).

Para Rua (2014) a política pública é resultante de uma série de atividades políticas que ao serem agrupadas formam o processo político, e assim permite que estudiosos examinem como as decisões são ou poderiam ser tomadas, possibilitando analisar processos políticos-administrativos, seus mecanismos e estratégias definidas para a realização da política, bem como a conduta dos vários atores envolvidos em cada etapa do processo de produção das

políticas.

As atividades e etapas do ciclo de políticas públicas são descritas nos trabalhos de Duarte (2013), Rua (2014) e Brasil (2010), observados para efetuar este destaque acerca da temática.

O ciclo do planejamento de políticas públicas no âmbito da administração federal, optou como bases teóricas a metodologia do Planejamento Estratégico Situacional e do Marco Lógico para a construção de um programa do PPA, o que permite estabelecer a correlação entre o objetivo a ser alcançado e o problema que deu causa a esse objetivo (BRASIL, 2010).

Como ensina Paulo (2010, p. 176),

a formulação de um programa baseia-se na identificação do problema ou de uma demanda da sociedade ou de segmentos dela, assim como de potencialidades a serem exploradas que uma vez reconhecidas politicamente passam a integrar a agenda do governo.

De acordo com Santos (2015), é ponto pacífico que o Poder Público deve buscar de forma contínua o aperfeiçoamento da máquina estatal, proporcionando com isso, melhorias aritméticas na qualidade dos serviços disponibilizados para a coletividade. Por seu turno, os problemas organizacionais situam-se em torno da busca pela eficiência, assim como pela efetividade. Em síntese, está se tratando da capacidade operacional em maximizar resultados, minimizar recursos, além de orientar-se para os resultados úteis, em conformidade quantitativa e qualitativa com as necessidades dos que são beneficiários de sua ação.

Todos esses fatores devem ser dimensionados preferencialmente por indicadores já consagrados, possibilitando que se estabeleça de forma segura qual a sua área de abrangência e quais as parcelas da sociedade estão envolvidas com o tema. Para tanto, torna-se necessária a coordenação entre os diversos atores que vão construir o PPA, desde a visão estratégica até a definição das intervenções específicas por meio dos programas e ações como assevera o autor.

Essa coordenação de atores pode ensejar a busca por construção de ações integradas e articuladas ou mesmo transversais, consoante o conceito de transversalidade, que “em sentido estrito pressupõe atuação interdepartamental e criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisão, em que conhecimento, recursos e técnicas acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia” (IPEA, 2009, p. 779).

Neste espectro, deve-se inicialmente compreender os instrumentos do planejamento governamental instituídos pela vigente ordem constitucional, que também reconhece a importância da avaliação, embora esse processo sistemático de avaliação dos programas governamentais no âmbito do Governo Federal seja recente e efetuado geralmente com ênfase

na eficácia e eficiência dos programas expressos nos Planos Plurianuais (CUNHA, 2006).

Para Januzzi (2011), um bom diagnóstico para programas públicos deve contar com informações sobre o público alvo a que se destina a política, pois os aspectos relacionados as condições de vida do indivíduo como nível de pobreza, rendimento escolar, acesso a outros serviços públicos podem ter impacto sobre as ações programáticas específicas.

Na seara da segurança, Borges e Durante (2011) assinalam que somente em 2001 o governo federal elegeu como prioridade iniciar a construção de um sistema integrado de gestão de gestão do conhecimento e informações policiais, com o fim de municiar os técnicos responsáveis pelo planejamento das políticas públicas de segurança nas esferas governamentais (federal, estadual e municipal), buscando assim, subsidiar as instituições policiais, os órgãos da administração pública e a sociedade civil com informações úteis e necessárias ao aprimoramento desses setores nos mecanismos de planejamento, execução e avaliação de ações de segurança pública.

Todavia, apesar da previsão legal instituída no ano de 2012 com o advento da Lei Nº 12.681, de 4 de julho de 2012, essa iniciativa ainda caminha a passos lentos. A política nacional conforme asseveram Abrucio (2007) e Beato (2008) precisa ser baseada na produção de dados estatísticos precisos e confiáveis sobre a criminalidade e a situação do sistema de justiça criminal em todo país, pois deficiências nas bases de informações comprometem os estudos efetuados.

Não há como desenvolver um processo de planejamento sem acesso às informações do ambiente externo e interno de cada organização. O planejamento estratégico requer o máximo de informações e conhecimento do presente e do passado e da construção de cenários em relação ao futuro (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009, p. 68).

Ainda para essa temática destacamos os estudos de Januzzi (2011, p. 7) que aborda:

a importância dos indicadores para elaboração de diagnósticos setoriais como uma ferramenta fundamental para o trabalho do gestor público na condução de suas atividades de planejamento, enfocando que conhecimento estruturado da realidade sócio demográfica, das potencialidades e fragilidades da economia, da dinâmica conjuntural do emprego, das restrições condicionantes ambientais de um município, região ou estado é um bom ponto de partida para assegurar que os programas e outras ações públicas estejam mais ajustadas às necessidades de seu respectivo público-alvo e ao contexto de interação social, ampliando as chances de sucesso e de efetividade das políticas públicas no país.

Assim uma das ferramentas fundamentais para o trabalho do gestor público na condução de suas atividades de planejamento é a utilização de indicadores para elaboração de diagnósticos setoriais, nesse sentido, para melhor compreender os estudos aqui efetuados faz-se necessário buscar dados inerentes os indicadores que se pretende observar e assim conjugá-los com as causas e fatores de risco que impactam sobre eles, possibilitando que se

compreenda os agravos dessa violência.

6.3 CAUSAS E FATORES DE RISCO DA CRIMINALIDADE

Diversas causas e fatores são estudados para a compreensão de suas influências em relação ao agravamento da criminalidade, abordagens e referências distintas são encontradas na literatura, assim como estudos de indicadores associados a essa problemática (SAPORI, 2007; BEATO 2012; CERQUEIRA; CASTRO, 2014).

A violência enquanto sintoma e expressão de problemas sociais é posta na agenda pública dos distintos setores da sociedade, dada repercussão na qualidade de vida dos indivíduos. Esses impactos no mínimo influenciam na saúde e na segurança que registram números alarmantes de mortes por agressão em todo país, mormente se considerarmos o perfil dessa mortalidade por homicídios predominantemente em relação à juventude masculina, negra ou descendente dessa raça/etnia, em idade escolar, pertencente ao estrato socioeconômico menos favorecido como observa (SOUZA et al., 2012).

Costa (2017) aponta os homicídios como um dos maiores fatores de mortalidade na população, sendo que nos últimos vinte anos a exponencial difusão desses crimes deriva de um crescimento urbano movido principalmente pelo aumento de áreas precárias em termos de infraestruturas e condições gerais de vida, se encaixando no padrão que aponta à produção do espaço urbano brasileiro com ondas desse delito, referindo essa mortalidade como um problema epidêmico.

Beato (2012) acrescenta que os crimes violentos derivam dos processos de desorganização das grandes cidades, com prevalência nas áreas periféricas dos grandes centros, em que a presença do Estado é mais escassa. Nesse sentido, Chagas (2014) assinala o crescimento urbano sofrido pelas cidades brasileiras, gerando uma precária infraestrutura condições de moradia e negatividade dos indicadores sociais. Esse padrão segundo o autor traz como consequência disputas por novas zonas de expansão de venda de drogas na RMB, emergindo novos pontos de violência e criminalidade.

Chagas (2014) e Souza (2006) observam a perda do direito à cidade, com a proliferação de novas territorialidades do crime e da violência, que impactam na perda cada vez mais acentuada de espaços públicos, gerando novos mecanismos de vigilância e auto segregação que impactam em todas as classes sociais.

Procópio e Toyoshima (2017) em seu estudo sobre causas e fatores da criminalidade no Brasil, apontam que seu aumento está relacionado: a) exclusão e desigualdades

socioeconômicas das regiões, estados, e municípios que resulta numa diferenciação do padrão de vida dos brasileiros; b) processo de urbanização do país, uma vez que contribui para a piora da qualidade de vida das camadas mais pobres da população; c) má alocação de recursos públicos em setores como a educação; e d) o crescimento e a criminalidade organizada, sobretudo os relacionadas ao comércio de drogas. Por outro lado, enfatizam que a falta de oportunidades no mercado de trabalho impulsiona o ingresso de jovens no mundo do crime.

O relatório versa sobre “**Diagnóstico dos Homicídios no Brasil**”, por meio do qual, elenca-se sete causas principais de homicídios no Brasil e inúmeros fatores de risco associados a esses crimes, salienta a necessidade da adoção de uma política nacional voltada para à redução de homicídios em todo o país, mediante a adoção de um pacto interfederativo (ENGEL et al., 2015, p. 17-38). Dentre as causas apontadas tem-se:

a) fatores transversais (aqueles que “apresentam risco de causar homicídios ou potencializar a sua concretização”; b) gangues e drogas; b) violência patrimonial; c) violência interpessoal; d) violência doméstica; e) conflitos entre sociedade civil; e f) policiais e escassez de presença do Estado (ENGEL, 2015, p. 15).

O documento aponta o Pará em situação negativa em relação as causa e fatores de risco se comparado aos demais estados da Região Norte do país, assim como também o destaca com o maior número de municípios em situação de criticidade.

A diversidade de causas e fatores apontados como agravantes da criminalidade violenta e os estudos e dados estatísticos que mostram o Pará, sua capital, municípios da sua Região Metropolitana e do interior com taxas acima de 40,0 homicídios por cem mil habitantes, consoante Engel et al. (2015), se corroboram aos estudos de Chagas (2014) e Costa (2017) que apontam a Região Metropolitana de Belém com áreas de proliferação de territórios dominados pela criminalidade, sobretudo, áreas precárias em infraestrutura e condições de habitação, dada escassez da presença do Estado que gera à produção de espaços urbanos com ondas de delito.

Observa-se causas múltiplas que originam um quadro impactante da criminalidade, que varia no tempo e espaço geográfico, etc., mormente se considerarmos que essa mortalidade ocorre predominantemente nas periferias dos centros urbanos, que possuem maior relevância nessa dinâmica homicida, de forma que lidar com a violência é estar diante de variáveis complexas que extrapolam a esfera da segurança pública.

Isso impulsiona ao estudo regionalizado da Região Metropolitana de Belém (RMB) quanto a observação do acúmulo de vulnerabilidades sociais apontadas no **Diagnóstico dos Homicídios no Brasil**, que correspondem aos fatores transversais.

Esse aspecto possibilita o levantamento das relações causais das ocorrências e da formulação de ações de prevenção e controle sobre a categoria do crime estudado, e ainda, se estão relacionadas com a precariedade ou ausência de políticas públicas de causas propulsoras e subsequentes a esse fenômeno.

7 METODOLOGIA

7.1 NATUREZA DO ESTUDO

A natureza do estudo é do tipo aplicada porque objetiva gerar conhecimento aplicado e dirigido à solução de problemas específicos, que envolvam verdades e interesses locais (GIL, 1991).

Quanto abordagem do problema trata-se de pesquisa mista - quantitativa e qualitativa (GIL, 1991). A pesquisa quantitativa leva em consideração tudo pode ser quantificável, o que implica em traduzir por meio de números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Por meio dessa pesquisa se utilizará de recursos estatísticos (tabelas, gráficos, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.) para expor dados de indicadores e variáveis a serem observadas (BUSSAB, MORETTIN, 2013).

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Essa abordagem será usada para a coleta de dados primários e secundários, que precisam ser descritos para o entendimento do problema, mediante uma análise indutiva, que permita, interpretar conceitos e fenômenos já existentes (GIL, 1991; SILVA; MENEZES, 2001).

Quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória porque proporciona maior flexibilidade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Descritiva por visar descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1991).

Quanto aos procedimentos técnicos é do tipo bibliográfica e documental, elaboradas a partir de material já publicado que verse sobre a temática e consulta de material que não recebeu tratamento analítico (GIL, 1991).

7.2 LÓCUS E AMOSTRA

O estudo efetuado teve como referência a Região Metropolitana de Belém- RMB, que compreende, além da capital do Estado, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará e Castanhal. O critério de escolha deu-se pela relevância da

problemática homicida nessa Região, que de acordo com dados estatísticos coletadas por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), apresenta a maior concentração de homicídios dolosos.

Foram observados os programas do Plano Plurianual (PPA), inerentes a área da segurança pública, saúde e educação, destinados as demandas de contenção dos homicídios, tráfico de drogas e evasão escolar. Dada a impossibilidade de analisar todos os dados inerentes aos programas do PPA, surge a necessidade de delimitar o universo da pesquisa. Neste sentido o recorte dos objetos pesquisados (programas para contenção dos homicídios, tráfico de drogas e evasão escolar e indicadores), quanto a delimitação temporal consiste no exame dos relatórios de avaliação dos PPA de 2008-2011(recorte 2010-2011), 2012-2015 e 2016-2019 (recorte 2016-2017), no âmbito do Estado do Pará

Com relação aos objetivos específicos, a pesquisa por conveniência foi realizada a partir de levantamento dos indicadores de homicídios dolosos, no período de 2010-2017. Para levantar o perfil sócio econômico das vítimas foram consideradas as variáveis: Sexo, Idade, Cor, Estado Civil, Escolaridade, Ocupação e Localidade de ocorrência do crime, no período de 2014-2017, a fim de que se estabelecer quem é a população vulnerável da RMB, averiguando causas e fatores de risco em relação ao diagnóstico de homicídios no Brasil.

7.3 COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta (dados primários e secundários) visa buscar todas as informações necessárias para contribuir com a compreensão do fenômeno estudado, para subsequentemente ser usado para produzir análises de causa e efeito.

A primeira fase da pesquisa constituiu-se em pesquisa documental de dados primários, leis, manuais, estratégias relativas aos PPA no âmbito do Estado do Pará, por meio de consulta ao site da Secretária de Estado de Planejamento (SEPLAN), com relação aos quadriênios de: 2008-2011; 2012-2015 e 2016-2019, a fim de identificar diretrizes de políticas intersetoriais, articuladas e transversais para definição dos programas do PPA.

A segunda fase realizou-se de um estudo bibliográfico visando compreender dados acerca de causas e efeitos potencializados do crime de homicídio, por meio do diagnóstico dos homicídios no Brasil, realizado pelo Governo Federal, a fim de levantar indicadores relativos aos fatores transversais e definir os programas nos PPA relativos à violência homicida, combate às drogas e melhoria dos índices de evasão escolar.

O estudo bibliográfico de dados secundários como o documento de construção dos programas finalísticos do PPA para identificar os programas das áreas de segurança pública, saúde e educação, e aqueles destinados aos jovens na faixa de 15 à 29 anos, que contemplem o enfrentamento aos homicídios, às drogas e a evasão escolar, no período de análise, a fim de compreender a dinâmica do planejamento público com relação a integração de ações, assim como foram coletados dados e informações dos relatórios anuais de avaliação desses PPA com o fim de identificar a intersetorialidade de ações por meio de programas e indicadores, os quais foram obtidos juntos ao site da SEPLAN, do Tribunal de Contas do Estado –TCE e da Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.

Em continuidade ao estudo bibliográfico de fontes secundárias foram coletados junto à Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), dados estatísticos criminais extraídos dos procedimentos policiais e registros coletados por meio do sistema informatizado da Polícia Civil, nas versões SISP1 e SISP2, com relação aos homicídios, os quais contam com tratamento e estão disponíveis em bancos da SIAC. Também foram obtidos os dados disponíveis nos bancos de dados do Sistema Perícia Net, do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, acessado e tratado pela SIAC, para levantamento das variáveis para caracterizar o perfil socioeconômico das vítimas de homicídios na RMB.

O estudo prosseguiu com a coleta de informações complementares nos bancos fornecido pela SIAC, abrangendo o recorte temporal (2010-2017), em razão de ser este órgão que alimenta a base nacional de informações criminais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), cujos dados constam das publicações dos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e também alimentam os relatórios de monitoramento dos PPA.

Na etapa final, foi efetuada coleta para obter dados do índice de desenvolvimento humano (IDH), nos anos de 2010 e 2017.

7.4 ANÁLISE DE DADOS

7.4.1 Análise Qualitativa

Considerando o procedimento de coleta, foram analisados os dados em fases distintas, iniciando pela análise bibliográfica, para levantar a partir do diagnóstico de homicídios no Brasil, causas e fatores de risco associados aos homicídios e coteja-los com os indicadores objetos desta pesquisa, além de fontes secundárias a partir de relatórios de avaliação dos PPA, por meio do site da SEPLAN para verificar se os programas objetos deste estudo, dispõem de

ações integradas e articuladas.

Na sequência efetua-se uma pesquisa documental de fontes primárias leis, decretos, estratégias em relação aos PPA, por meio do site da SEPLAN para verificar as diretrizes quanto à implementação das políticas públicas.

A análise ficará restrita, especificamente, à área de educação (evasão escolar), saúde (combate às drogas) segurança pública (homicídios) e programas que incluam jovens na faixa de 15 a 29 anos.

A partir dos objetivos dos programas e de seus indicadores de processo levantou-se a unidade de contexto, a fim de extrair informações mediante categorias de ações a serem classificadas e compreendidas como interssetoriais, de acordo com conceitos estabelecidos neste estudo, para verificar a existência de processo gerencial entre as áreas observadas neste estudo.

Para isso foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que representa um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Para Vergara (2005) a análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema, no caso verificar o contexto e que os planos plurianuais contam com ações intersetoriais e transversais mediante análise das categorias encontradas nos relatórios de avaliação dos PPA.

7.4.2 Análise Estatística

Na fase quantitativa foram explorados os dados estatísticos do crime de homicídio para verificar seu comportamento na série temporal e os dados estatísticos do perfil socioeconômico da vítima por meio da coleta das seguintes variáveis: Sexo, Idade, Cor, Estado Civil, Escolaridade, Ocupação e Localidade de ocorrência do crime, por meio da técnica de análise exploratória de dados.

7.4.2.1 Análise de Correspondência

Outra técnica utilizada foi a análise de correspondência, que tem como objetivo verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas (FÁVERO et al., 2009).

É uma técnica de interdependência, tem como objetivo a representação ótima da estrutura dos dados observados e sua principal característica é redução de dados a serem

analisados pelo pesquisador com perda mínima de informações, transformando as linhas e colunas das tabelas em unidades correspondentes, o que facilita a representação conjunta dos dados, onde essa correspondência é fundamental para a construção dos gráficos.

Há dois tipos de Análise de Correspondência, a simples que corresponde a aplicação de tabelas de contingência de dupla entrada e a múltipla que se trata de tabelas de contingência com múltiplas entradas.

Para validar a técnica da análise de correspondência é necessário seguir alguns pressupostos. Primeiramente, para a aplicação da técnica análise de correspondência, Pestana e Gageiro (2005) recomendam que seja realizado o teste qui-quadrado (χ^2) para verificar a existência de dependência entre as variáveis em estudo. As hipóteses testadas são H_0 : as variáveis são independentes e H_1 : as variáveis são dependentes. De acordo com Díaz e López (2007), a estatística do teste qui-quadrado é dado por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (1)$$

em que O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada para a i -ésima linha e j -ésima coluna da tabela de contingência, definido por

$$E_{ij} = \frac{(\text{soma da linha } i) \times (\text{soma da coluna } j)}{\text{Total}} \quad (2)$$

Com a rejeição da hipótese nula (H_0) no teste qui-quadrado (χ^2), o próximo passo consiste em calcular o critério β , para verificar a dependência entre as categorias das variáveis. Em que, as hipóteses testadas são H_0 : as categorias das variáveis são independentes e H_1 : as categorias das variáveis são dependentes. Se o valor de $\beta \geq 3$, indica-se a rejeição da hipótese (H_0), concluindo-se que as categorias das variáveis são associadas entre si. De acordo com Fávero et al. (2009), o cálculo do critério β é obtido pela seguinte fórmula

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}}, \quad (3)$$

em que χ^2 é o valor do qui-quadrado; l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência.

Outro importante pressuposto a ser analisado é o cálculo do percentual de inércia, referente à variação explicada por cada dimensão. De acordo com Ramos et al. (2008), quando utilizada a análise de correspondência simples as associações são propagadas em um

plano bidimensional, logo, a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser igual ou superior a 70% para que os resultados sejam válidos.

Para saber qual é a probabilidade de uma categoria de variável estar associada com outra é necessário calcular o coeficiente de confiança, utilizando um procedimento baseado nos resíduos no qual é definido pela diferença entre as frequências esperadas e as observadas. O resíduo padronizado é dado por (RAMOS et al., 2008),

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}. \quad (4)$$

em que O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada calculada por meio da Equação (2).

Por fim, após a obtenção dos valores dos resíduos, calcula-se o coeficiente de confiança (γ), para verificar a significância dos resíduos calculados, por meio de (RAMOS et al., 2008),

$$\gamma = \begin{cases} 0 & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1 & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (5)$$

sendo que Z_{res} é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. As associações entre as categorias são consideradas significativas, quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades moderadamente significativas, isto é, quando $50\% \leq \gamma \times 100 < 70\%$ ou quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades fortemente significativas, isto é, quando $(\gamma) \geq 70,00\%$.

A análise de correspondência foi realizada com o auxílio do aplicativo Statistica, versão 6.0. Em todos os testes, fixou-se $\alpha = 5\%$ ($p \leq 0,05$) para rejeição da hipótese nula. Para realizar a Análise de Correspondência todas as variáveis foram divididas em dois ou três grupos/categorias. As variáveis: Índice de Vulnerabilidade Social:(2014 e 2017), Taxa de Homicídio, Taxa de Homicídio por Arma de Fogo e IDH-M foram categorizadas em Baixo(a), Moderado(a) e Alto(a) a partir do valor do primeiro (Q_1) e terceiro quartil (Q_3) dos valores observados (BUSSAB, MORETTIN, 2017), isto é, indicadores com valores abaixo de Q_1 foram categorizadas como Baixo(a) e, conseqüentemente, aqueles com valores acima de Q_3 foram categorizadas com Alto(a). Valores entre p primeiro (Q_1) e terceiro quartil (Q_3) foram classificados como Moderado(a).

Assim, a categorização dessas variáveis foi: (i) Vulnerabilidade (2014) – Baixa(o) (<13,70), Moderado (13,70 a 41,41), Alta ($\geq 41,42$); (ii) Taxa de Homicídio (2014) – Baixa(o)

(<13,85), Moderado (13,85 a 43,78), Alta ($\geq 43,79$); (ii) Taxa de Homicídio por Arma de Fogo (2014) – Baixa(o) (<5,50), Moderado (5,50 a e 22,44), Alta ($\geq 22,45$); (ii) IDH-M (2014) – Baixa(o) (<54,70), Moderado (54,70 a 61,49), Alta ($\geq 61,50$); (iv) Vulnerabilidade (2017) – Baixa(o) (<21,18), Moderado (21,18 a 64,64), Alta ($\geq 64,65$); (v) Taxa de Homicídio (2017) – Baixa(o) (<17,34), Moderado (17,34 a 54,52), Alta ($\geq 54,53$); (vi) Taxa de Homicídio por Arma de Fogo (2017) – Baixa(o) (<6,32), Moderado (6,32 a e 35,22), Alta ($\geq 35,23$) e (vii) IDH-M (2017) – Baixa(o) (<54,70), Moderado (54,70 a 61,49), Alta ($\geq 61,50$).

Os valores do nível descritivo (p) menores que o nível de significância de 0,05 (5%) e do Critério Beta (β) maior ou igual que 3, indicam que tanto as variáveis como suas categorias são dependentes (Tabela 1). Além disso, pode-se observar que a soma dos percentuais de inércia indica que mais que 70% da informação foi restituída pela AC. Desta forma todos os pressupostos para utilização da técnica de Análise de Correspondência são satisfeitos. (Anexo 4: Tabela de Análise de correspondência)

7.4.2.2 Análise de Componentes Principais

Para a construção dos Índices de Vulnerabilidades dos municípios do estado do Pará e da RMB, utilizou-se a Técnica Estatística Análise de Componentes Principais.

A Análise de Componentes Principais (ACP) é uma técnica multivariada, a qual tem como principal objetivo a redução do número de variáveis originais e verificação de quais componentes principais (índices) explicam uma proporção elevada da variação total associada ao conjunto original dos dados.

A princípio, quando se tem uma grande quantidade de variáveis a ser estudada, é possível obter as Componentes Principais (índices), principalmente quando existe uma necessidade de se reduzir o número destas variáveis, logo, a informação presente nas variáveis originais é substituída pela informação contida em Componentes Principais (índices) não correlacionadas, isto é, independentes (MINGOTI, 2005).

Uma Componente Principal é um modelo estatístico, ou seja, uma equação, construída a partir do conjunto de variáveis originais, capaz de produzir um escore, a partir do qual cada observação pode ser classificada de acordo com os objetivos da pesquisa. O modelo geral para a j -ésima Componente Principal é definido por

$$Y_j = e'_j X = e_{j1}X_1 + e_{j2}X_2 + e_{j3}X_3 + \dots + e_{jp}X_p, \quad j = 1, 2, 3, \dots, p$$

em que Y_j é a Componente Principal (índice); e_j é o autovetor (coeficiente) associado a cada variável e X_i é a variável (MINGOTI, 2005). Quanto maior o valor do coeficiente,

mais importante é a variável na composição da Componente Principal.

Diante disso, o grau de aproximação das variáveis em estudo depende do número de componentes mantidas no sistema, sendo medida por meio da avaliação da proporção de variância total explicada por elas.

Para a obtenção das componentes principais, é calculado o percentual de variância explicada pelos autovalores (λ_i) – estes indicam a variância de uma componente principal Y_j , em que a primeira componente é a de maior variabilidade, isto é, e a Componente Principal mais importante. A última componente é a que possui menor variabilidade, pois os autovalores são sempre ordenados em ordem decrescente (LATTIN et al., 2011).

Analisa-se somente as Componentes Principais, cuja soma do percentual de variância explicada é maior ou igual a 70%, isto é, se o percentual de variância explicada da 1ª Componente Principal (Y_1) for maior ou igual a 70%, deve-se utilizar somente esta componente na análise. Contudo, se o percentual de variância explicada da 1ª Componente Principal (Y_1) for menor que 70%, utilizam-se as 1ª e 2ª Componentes Principais se suas somas de percentual de variância explicada for maior que 70%, e assim por diante (RAMOS et al., 2008).

A quantidade de Componentes Principais utilizadas para compor os Índices desenvolvidos neste estudo, foi definido a partir da proporção de variância explicada, sendo exigido no mínimo 70%.

Os escores ou estimativas para Município foi obtido multiplicando-se os coeficientes associados a cada variável (neste caso, a Taxa de Homicídio, a Taxa de Homicídio por Arma de Fogo e o IDH-M), que compõem os Índices de Vulnerabilidade para os anos de 2014 e 2017, pelos valores da respectiva variável.

Para facilitar a interpretação dos escores de cada Município, estes foram padronizados em uma escala de 0 a 1, utilizando

$$Z_j = \frac{Y_j - \text{Mín}(Y_{j1} \dots Y_{jp})}{\text{Máx}(Y_{j1} \dots Y_{jp}) - \text{Mín}(Y_{j1} \dots Y_{jp})},$$

onde, $\text{Máx}(Y_{j1} \dots Y_{jp})$ e $\text{Mín}(Y_{j1} \dots Y_{jp})$ são os valores máximo e mínimo obtidos pelo Y_j , o qual corresponde aos escores do j-ésimo Município.

As Componentes Principais (Índices) desenvolvidas para avaliar a Vulnerabilidade dos municípios do estado do Pará, para os anos de 2014 e 2017, são dadas, respectivamente, por

(i) Índice de Vulnerabilidade dos Municípios do Estado do Pará (2014) = $0,17 \times \text{Taxa de Homicídio}_{(2014)} + 1,60 \times \text{Taxa de Homicídio por Arma de Fogo}_{(2014)} - 0,65 \times \text{IDH-M}_{(2014)}$

(ii) Índice de Vulnerabilidade dos Municípios do Estado do Pará (2014) = $0,17 \times$ Taxa de Homicídio (2017) + $1,60 \times$ Taxa de Homicídio por Arma de Fogo (2017) – $0,65 \times$ IDH-M (2017).

A partir dos Índices de Vulnerabilidade dos Municípios do Estado do Pará desenvolvidos para os anos de 2014 e 2017 os valores positivos dos coeficientes das variáveis, indicam que quanto maior for o valor escore obtido para um determinado Município, maior é, respectivamente, sua Vulnerabilidade.

Após a obtenção dos Índices de Vulnerabilidade dos Municípios do Estado do Pará desenvolvidos para os anos de 2014 e 2017, foi possível calcular os escores para cada Município, por exemplo, para o município de Belém, os seguintes escores, para os anos de 2014 e 2017, foram respectivamente, dados por

(i) Índice de Vulnerabilidade do Municípios de Belém (2014) = $0,17 \times 41,32 + 1,60 \times 34,55 - 0,65 \times 62,80 = 21,23$.

e

(ii) Índice de Vulnerabilidade do Municípios de Belém (2017) = $0,80 \times 59,56 + 0,60 \times 50,06 + 0,05 \times 74,60 = 81,32$.

A partir dos escores fatoriais de cada Município foi realizada a padronização dos valores obtidos, para que os mesmos pudessem ser avaliados em uma escala de 0 a 1 ou 0 a 100%. Assim, para o município Belém, os seguintes escores padronizados, para os anos de 2014 e 2017, foram obtidos, respectivamente,

(i) Escore Padronizado do Índice de Vulnerabilidade do Municípios de Belém (EPIV Belém-2014), é dado por,

$$EPIV_{\text{Belém-2014}} = \left(\frac{F_i - F_{\min}}{F_{\max} - F_{\min}} \right) \times 100 = \left(\frac{21,23 - (-42,84)}{42,84 - (-42,84)} \right) \times 100 = 55,47\%;$$

(ii) Escore Padronizado do Índice de Vulnerabilidade do Municípios de Belém (EPIV Belém-2017), é dado por,

$$EPIV_{\text{Belém-2017}} = \left(\frac{F_i - F_{\min}}{F_{\max} - F_{\min}} \right) \times 100 = \left(\frac{81,32 - 2,79}{148,62 - 2,79} \right) \times 100 = 53,85\%;$$

Após a obtenção dos escores fatoriais padronizados de cada Município, para cada ano (2014 e 2017), foi realizada uma classificação da Vulnerabilidade para cada município em três grupos distintos (Tabelas 1 e 2, do Apêndice). A classificação foi baseada na teoria dos

quartis amostrais (BUSSAB; MORETTIN, 2017). Assim, cada município foi classificado em uma das 3 categorias de Vulnerabilidade: Baixa; Moderada ou Alta, tendo como ponto de corte os valores dos 1º e 3º quartil (Q3) amostrais (BUSSAB, MORETTIN, 2017). Para os anos de 2014 e 2017, os municípios foram denominados classificados como de (i) Baixa Vulnerabilidade – grupo de municípios com os 25% menores escores; (ii) Moderada Vulnerabilidade – grupo de municípios com os 50% medianos escores e (ii) Alta Vulnerabilidade – grupo de municípios com os 25% maiores escores. Logo, a categorização dos municípios foi: (i) Baixa Vulnerabilidade(2014) ($<13,70\%$); Moderada Vulnerabilidade(2014) (13,71% a 41,41%) e Alta Vulnerabilidade(2014) ($\geq 41,42\%$); (ii) Baixa Vulnerabilidade(2017) ($<12,61\%$); Moderada Vulnerabilidade(2017) (12,62% a 42,41%) e Alta Vulnerabilidade(2017) ($\geq 42,42\%$).

As análises foram realizadas com o auxílio dos aplicativos Minitab versão 18.0 e Excel.

8 QUESTÕES ÉTICAS

Esta pesquisa foi desenvolvida sob os preceitos éticos definidos na Res. 005/2017 PPGSP.

CAPÍTULO II – ARTIGOS CIENTÍFICOS
ARTIGO 1 - HOMICÍDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM:
vulnerabilidades sociais

Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade Trindade⁵

Edson Marcos Leal Soares Ramos⁶

Clay Anderson Nunes Chagas⁷

RESUMO

O Brasil está entre as sociedades mais violentas, concentrando cerca de 10% dos homicídios ocorridos no mundo. O Estado do Pará tem a oitava maior taxa de homicídios dolosos do país, enquanto sua capital, Belém, apresenta a terceira maior entre as capitais brasileiras. Este artigo objetiva verificar a evolução dos crimes de homicídio na Região Metropolitana de Belém, entre os anos de 2010 à 2017, e se há relação entre esse crime e os fatores de vulnerabilidade social (mortes por armas de fogo e índice de desenvolvimento humano). Para a realização deste estudo efetuou-se pesquisa bibliográfica e documental, utilizou-se as técnicas de estatística descritiva, análise de componentes principais e análise de correspondência. Constatou-se que o acúmulo de vulnerabilidades sociais possui relação direta com o crime, impactando na qualidade de vida da população, sendo portanto, fatores de risco que pode influenciar na ocorrência dos homicídios.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedades violentas; Qualidade de vida; Fatores de risco.

ABSTRACT

Brazil has one of the most violent societies in the world, with approximately 10% of all homicides in the world. The State of Pará has the eighth highest homicide rate of the country, while its capital, Belém, has the third highest rate among Brazilian capitals. This article aims to verify the evolution of homicide crimes in the Metropolitan Region of Belém during the years of 2010 to 2017, as well verify if there is a relation between these crimes and factors of social vulnerability (death by fire weapons and the social development index). The study was based on bibliographical and documental research and used techniques of descriptive statistics as well as analyses of main components and corresponding components. It was identified that the concentration of social vulnerabilities is directly related with homicide, what impacts the population's quality of life, being one the factors that can influence the homicide rate.

Keywords: Violente societies, Quality of Life; Risk factors.

Introdução

A violência homicida no país têm levado os governos e a sociedade a refletir sobre esse grave problema, dada sua importância e o impacto da qualidade de vida da população,

⁵ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Delegada de Polícia Civil – Belém – Pará – Brasil. dpceugeniaandrea@gmail.com

⁶ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Pará – Brasil. ramosedson@gmail.com

⁷ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA) e Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

nesse ensejo, as estatísticas oficiais tem sido cada vez mais utilizadas para a elaboração de indicadores⁸, que são utilizados para a compreensão desse fenômeno e para a identificação de quem são suas vítimas, a exemplo, citamos os sucessivos estudos constantes dos relatórios do Mapa da Violência, elaborados por Waiselfisz (2016) e dos Anuários de Segurança Pública (FBSP, 2016; 2017), que comumente são observados para discutir e acompanhar essa temática.

Após 1980 os surtos de violência homicida vêm se difundindo no país, ante o processo de expansão de urbanização generalizada sobretudo das grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, seguindo para outros núcleos urbanos, de forma que o componente urbano se apresenta como um fator crucial na problemática homicida no Brasil (COSTA, 2017).

De acordo com Beato (2012), o Brasil no ano de 2009, alcançou o patamar de um milhão de mortes por homicídios, contabilizadas desde a década de 1970 pelo Ministério da Saúde, todavia, essa escalada da violência ocorreu de forma concomitante com a melhoria dos indicadores sociais e o fortalecimento das instituições democráticas brasileiras, que criaram um ambiente de crescimento para o país, que ainda sim, passou a figurar como um dos mais violentos da América Latina.

Beato (2012) destaca ainda que muitas cidades brasileiras figuram no topo das zonas urbanas mais deterioradas pela criminalidade e que no período compreendido entre 1979 a 2005, de acordo com dados do Sistema de Informações de Mortalidade – SIM mais da metade dos homicídios registrados foram decorrentes de armas de fogo.

No mesmo sentido, Procópio e Toyoshima (2017) assinalam que houve uma acentuada melhora dos indicadores sociais, porém em contrapartida houve um aumento nas taxas de criminalidade urbana, sendo portanto, necessária uma investigação acerca das causas e fatores associados à expansão dos homicídios, cuja problemática tem sido considerada pelos governos e pela sociedade como um dos mais graves obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do país.

O diagnóstico dos homicídios no Brasil (ENGEL et al., 2015), realizado com base em dados coletados do ano de 2014, salienta a necessidade da adoção de uma política pública nacional voltada para a redução dos homicídios, tendo efetuado um processo de pesquisa, levantamentos e avaliações visando subsidiar um pacto interfederativo e consequentemente

⁸ **Indicadores:** Para efeito deste estudo conceitua-se indicadores como “ferramentas constituídas de variáveis que associadas a partir de diferentes configurações, expressam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem” (IBGE, 2008).

entender as taxas e causas desse crime.

As pesquisas efetuadas para subsidiar a análise de políticas públicas buscaram indicar: a) os estados e municípios com o maior número de homicídios em todas as regiões do País; b) auxiliar na formulação de uma meta possível de redução; c) pesquisar a qualidade dos dados associados a esse crime; d) investigar se existem ou existiram políticas estaduais de redução da criminalidade violenta; e) compreender as principais causas dos homicídios no Brasil e os principais fatores de risco a elas associados; f) averiguar como afetam as regiões, estados, Distrito Federal e municípios (ENGEL et al., 2015).

Ainda de acordo com Engel et al. (2015), a Região Norte apresentou taxa de homicídios de 31,09 por 100 mil habitantes, a segunda mais alta taxa em homicídios do país, enquanto o Pará, apresentou taxa de 40,0 além de contar com quatro municípios com as taxas mais elevadas da região, dentre os quais, a capital Belém (49,3) e a vizinha Ananindeua (59,4), que compreendem a Região Metropolitana de Belém – RMB. Esses municípios foram considerados em situação de criticidade devido alta concentração desses delitos (municípios com registros de homicídios dolosos acima de 100 casos) e suas elevadas taxas (acima de 49 por 100 mil habitantes).

Para analisar e compreender o contexto em que a violência e a criminalidade estão inseridas, o Governo Federal tem buscado desenvolver estudos acerca dos homicídios no Brasil, e por meio do diagnóstico dos homicídios no Brasil analisou as causas desse crime e os fatores de risco a eles associados, tomando por base uma vasta literatura para identificação de principais categorias, a fim de verificar como elas se revelam em indicadores estatísticos (ENGEL et al. 2015)

Nessa acepção, está pesquisa, justifica-se pela necessidade de se analisar a evolução dos crimes de homicídio na Região Metropolitana de Belém – RMB, e ainda, se há relação entre esse delito e os **fatores transversais** (taxa geral de homicídios, mortes por armas de fogo e vulnerabilidades sociais, representada pelo índice de desenvolvimento humano – IDH), indicados como uma das macrocausas de homicídios, que “apresentam risco de causar homicídios ou potencializar a sua concretização” (ENGEL et al., 2015, p.15-16).

Essas questões requerem novos panoramas de atuação não só da segurança pública, mas também de outros órgãos e secretarias de governo, além da iniciativa privada e da sociedade civil. Aprofundar estudos no cenário nacional, estadual e local é relevante para o norteamento de políticas públicas a serem promovidas em todos os níveis de governo. Assim, conhecer os fatores que estão associados à criminalidade na atual conjuntura de violência que

se apresenta a RMB, é um fator imperativo para a tomada de decisão e construção de uma base legítima para se definir a atuação de todos, o que poderá fomentar discussões acadêmicas, nas instituições de segurança pública e sociedade quanto a busca de mecanismos para enfrentamento dessa problemática.

Desta feita, objetiva-se descrever os homicídios ocorridos na RMB, entre os anos de 2010 à 2017 e verificar se o acúmulo de vulnerabilidades sociais decorrentes dos fatores transversais possuem relação com os homicídios e se potencializam o risco de sua ocorrência. O recorte temporal objetiva verificar se houve evolução considerável da criminalidade homicida após o ano de 2014, pelo que se efetuou a sistematização dos dados referente à criminalidade.

Referencial teórico

Há na literatura diferentes abordagens teóricas sobre as causas da criminalidade as quais são observadas para se buscar a compreensão das altas taxas de criminalidade no país. Cerqueira e Lobão (2004) referem a abordagem criminológica, que de um lado promove o estudo das relações entre as taxas de crime com as variações nas organizações sociais e culturais, e por outro lado enfocam o indivíduo transgressor como unidade de análise. No prisma da economia, Cano e Santos (2001), buscam explicar os crimes contra a propriedade, enquanto que os crimes contra a pessoa, *in casu*, os homicídios são mais abordados por teorias de tensão e desorganização social.

Na literatura nacional e internacional diversos fatores são estudados como associados às causas que agravam à criminalidade. No estudo de Cerqueira e Castro (2014) fatores socioeconômicos, demográficos, de justiça criminal e criminógenos foram analisados, sendo destacado pelo autor fatores como a expansão do comércio de drogas, a disponibilidade de armas de fogo, o acúmulo de vulnerabilidades sociais e a escassez da presença do estado que apresentam risco de causar ou potencializar os crimes de homicídio.

Chagas e Silva (2014), Chagas (2014) e Costa (2017) observam que fatores do contexto urbano, como aglomerações urbanas, periferização e exclusão social podem contribuir para o aumento da violência, e asseveram que, moradores de áreas pobres e com escassos serviços urbanos são os mais expostos a uma morte violenta, sendo destacado nos estudos alguns bairros do município de Belém com essa problemática.

FBSP (2013), enfoca os conflitos entre a sociedade civil e a polícia, gerados em razão de confronto. Essa letalidade violenta tem se agravado no Pará que já ocupa o oitavo lugar em

mortes violentas intencionais no país em números absolutos, o que corresponde a soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora de serviço (FBSP, 2018).

Liu et al. (2012) examinam a relação entre taxas de criminalidade e várias variáveis econômicas e/ ou sociodemográficas em países de elevada renda per capita, destacando que esforços semelhantes são efetuados em países de baixa e média renda, porém, bem menos comuns que nos primeiros, avaliando o impacto no mercado de trabalho em 32 estados do México e as variáveis que influem nas taxas de criminalidade nesse país, onde aponta que o aumento dos salários médios, as forças policiais federais e as taxas de encarceramento possuem impactos significativos na redução das taxas de criminalidade nos estados analisados.

Briceno (2012), baseado nas teorias da pobreza e da desigualdade, efetuou um estudo com base em dados de três países: Brasil, Colômbia e Venezuela, relativos à pobreza, desemprego, riqueza nacional, desigualdade, desenvolvimento humano e governo, entre os anos 1999-2009, cujos resultados apontaram nos três países que o aumento da riqueza nacional acarreta uma elevação do desenvolvimento humano e uma diminuição das desigualdades. A riqueza nacional possui influência direta sobre a pobreza e desemprego, todavia, não interfere nos homicídios e no governo, possuindo influência indireta sobre os homicídios e na criminalidade (BRICENO, 2012).

Convém destacar Beato e Marinho (2007), que apontam um padrão de mortalidade extremamente elevado para homens, jovens e negros o que se coaduna com o perfil de indivíduos vulneráveis no Brasil consignado no relatório do diagnóstico dos homicídios (ENGEL et al., 2015), dessa forma o crescimento da criminalidade estaria associado à juventude. Dufloth et al., (2008) estuda e avalia como indicadores de segurança podem ser apresentados como indicadores sociais e melhor construídos para a realização e avaliação de políticas de controle da criminalidade.

No mesmo sentido, Procópio e Toyoshima (2017) destacam fatores associados à criminalidade violenta no Brasil, tendo como fator central os homicídios, que estão relacionadas as mortes de jovens do sexo masculino com idade até 25 anos. Para os autores o crime organizado e o mercado de drogas ilícitas contribuem para esse grave problema social e estão diretamente relacionadas a esses crimes. Por outro lado, destacam que a falta de oportunidades no mercado de trabalho impulsiona o ingresso de jovens no mundo do crime.

A literatura ora destacada, assim como outros estudos foram contemplados no relatório

de Engel et al. (2015, p. 17-38), que versa sobre “**Diagnóstico dos Homicídios no Brasil**”, por meio do qual, elenca-se sete causas principais de homicídios no Brasil e inúmeros fatores de risco associados a esses crimes: Dentre as causas principais destacadas temos:

a) **fatores transversais**, que serão objeto deste estudo e correspondem àqueles que se constituem como fatores de risco para causar homicídios ou potencializar a sua concretização. São eles: a disponibilidade de armas de fogo, uma vez que locais com alta circulação de armas são considerados especialmente vulneráveis para potencializar a ocorrência de homicídios; e, ao acúmulo de vulnerabilidades econômicas e sociais, representada por meio do índice de desenvolvimento humano – IDH, que mede as condições de educação, saúde e renda;

b) **gangues e drogas** relacionados ao comércio de substâncias ilícitas e ao próprio consumo, consoante literatura pesquisada. A esta causa foram associados os seguintes fatores de risco: 1) o consumo e o tráfico de algumas drogas ilícitas, em especial o crack; 2) alto percentual de jovens, proporcionalmente à população, posto que grande parte dos aliciados para trabalhar com o tráfico de drogas são jovens; 3) o abuso sexual e a violência doméstica, posto que podem influenciar a busca para ingressarem em grupos como gangues e facções do tráfico, bem como comportamento agressivo; e, 4) as rivalidades e os padrões violentos para resolução de conflitos;

c) **violência patrimonial** concebida como “indicador composto de ocorrências de latrocínio, roubo de veículos e a instituições financeiras” (ENGEL et al., 2015, p. 20);

d) **violência interpessoal** aponta que os “homicídios ocorrem por conflitos que acabam se resolvendo de forma violenta entre pessoas”, entendidos como conflitos que ocorrem em espaços públicos e que não envolvam relação familiar (ENGEL et al., 2015, p. 20). Os fatores de risco, particulares a esse tipo de violência compreendem: 1) acúmulo de vulnerabilidades associado a falta de presença do Estado (políticas públicas); 2) a desordem urbana; 3) sociabilidade violenta ligada a forma violenta de resolver conflitos decorrentes de fatores culturais; 4) a ausência de instâncias de mediação e resolução pacífica de conflitos, como alternativa para solução de conflitos entre os indivíduos; 5) os agentes potencializadores de violentas a determinados conflitos (consumo de álcool e drogas); e, 6) crimes de ódio, motivados por preconceito, além de discriminação em relação a determinados públicos, como: comunidade LGBT, indígenas, negros, etc.;

e) **violência doméstica** entendida como aquela ocorrida no ambiente doméstico. A ela foram observados os seguintes fatores de risco: 1) cultura patriarcal; 2) os altos índices de

homicídios de mulheres, crianças e idosos; 3) agentes potencializadores (consumo de álcool e drogas); e, 4) a carência de rede de proteção específica e de serviços do Estado que atentem para as especificidades das diferentes violências domésticas e dos riscos associados a elas;

f) **presença escassa do Estado nos territórios** gerando acúmulo de vulnerabilidades sociais no âmbito da segurança pública, saúde, assistência social, cultura e lazer, e, pelo acesso à justiça. O Estado, quando se faz ausente, implica em acúmulo de vulnerabilidades sociais que podem influir na criminalidade violenta e na ocorrência de homicídios;

g) **conflitos entre a sociedade civil e polícia** geram letalidade violenta à população por parte dos policiais e vice-versa e impactam nos homicídios ocorridos no Brasil.

Este estudo irá se ater a análise dos **fatores transversais**, considerado uma das causas associadas aos homicídios, dada a necessidade de coleta de dados para o indicador-síntese a ser observado, *in casu*, número de homicídios, taxa de homicídios por 100 mil habitantes, número de mortes causadas por armas de fogo, taxa de mortes causadas por armas de fogo e IDH, que correspondem a agregação dos indicadores escolhidos para o trabalho.

O diagnóstico aponta o Pará, com a situação mais crítica da Região Norte em relação a todas as causas de homicídios, destacando-o em situação de criticidade pela multiplicidade de fatores de risco associados às taxas de homicídios.

Caracterização da Região Metropolitana de Belém (RMB)

A Região Metropolitana de Belém (RMB)⁹ é formada por 7 (sete) municípios, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará e, a partir de 2011, também por Castanhal (PARÁ, 2011). Está localizada às margens do rio Guamá e da Baía do Guajará e conta com uma população de 2.275.032, habitantes de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010).

Quando considerada a densidade demográfica bruta da RMB, nota-se, que Ananindeua apresentou níveis mais acentuados entre os municípios integrantes no Censo 2010, com 2.476,29 habitantes/km² (IBGE, 2010). Este fator tem relação com a extensão territorial e o padrão de ocupação dos municípios. Ananindeua possui ocupação mais densa, situada em mais de um núcleo (Rodovia BR-316, conjuntos habitacionais, como a Cidade Nova, distritos), e território proporcionalmente compacto (IPEA, 2015).

Segundo do Relatório de pesquisa da RMB do Instituto de Pesquisa Econômica

⁹ Lei Complementar Nº 072, de 20 de abril de 2010, publicada no DOE Nº 31.656, de 30/04/2010, altera a Lei Nº 027, de 19 de outubro de 199 que Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências, introduz o inciso VI – Santa Izabel do Pará. Lei Complementar Nº 076 de 28 de dezembro de 2011, altera a Lei Complementar Nº 072/2010, insere inciso VII – Castanhal.

Aplicada (IPEA, 2015) o produto interno bruto (PIB) dos municípios da RMB constata-se o setor terciário (atividades de comércio de bens e prestação de serviços) é o que mais se destaca na composição deste indicador em todos os municípios componentes, mas é na capital que há maior proporção, configurando a concentração de riqueza característica da centralidade do município de Belém.

Metodologia

A presente pesquisa desenvolveu-se em diferentes etapas, sendo inicialmente efetuada uma pesquisa bibliográfica que possibilitou um aporte da literatura para compreensão do problema e definição do lócus e amostra, para então se delimitar o objeto a ser estudado diante da diversidade de causas e fatores de risco associados aos crimes de homicídios no Brasil, qual seja: fatores transversais que correspondem ao acúmulo de vulnerabilidades sociais (ENGEL et al., 2015).

Na fase quantitativa foram explorados os dados estatísticos do crime de homicídio para verificar seu comportamento entre anos de 2010 à 2017. Para tal, os dados estatísticos do indicador homicídio foram coletados no banco da Secretaria-Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), parte integrante da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), por meio da estratificação de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, versão 1 e 2. Os dados do IDH foram coletados do site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A base de dados utilizada consistiu do filtro da base de dados coletada para a Região Metropolitana de Belém (RMB), que abrange a área territorial dos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. O método quantitativo, de acordo com Silva e Menezes (2001), considera traduzir as informações, classificando-as e analisando-as com a utilização de recursos e de técnicas estatísticas, como percentagem, média, moda, mediana, dentre outras.

De posse dos dados, passou-se à sua análise descritiva, por meio de tabelas e gráficos, a fim de demonstrar o comportamento dos homicídios na RMB. Conforme Bussab e Morettin (2013) a análise descritiva é utilizada para coletar, organizar e classificar os dados oriundos de levantamentos de informações de uma determinada população, descrevendo os dados por meio de tabelas, gráficos, medidas de tendência central entre outros.

Outra técnica utilizada foi a Análise de Correspondência, que tem como objetivo verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas (FÁVERO et al., 2009).

Para aplicar a análise de correspondência é necessário primeiramente realizar o teste qui-quadrado (χ^2) para verificar a existência de dependência entre as variáveis em estudo. As hipóteses testadas são H_0 : as variáveis são independentes e H_1 : as variáveis são dependentes. De acordo com Díaz e López (2007), a estatística do teste qui-quadrado é dado por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (1)$$

em que O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada para a i -ésima linha e j -ésima coluna da Tabela de contingência.

O próximo passo é testar a hipótese de independência entre as variáveis em estudo, utilizando o teste do critério β , dado por

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}}, \quad (3)$$

em que χ^2 é o valor do qui-quadrado; l é o número de linhas e c é o número de colunas da Tabela de contingência. Se o valor de $\beta \geq 3$, as variáveis são associadas entre si (FÁVERO et al., 2009).

Além do critério β deve-se avaliar o inter-relacionamento utilizando, cálculo do percentual de inércia, referente à variação explicada por cada dimensão. De acordo com Ramos et al. (2008), quando utilizada a análise de correspondência as associações são propagadas em um plano bidimensional, logo, a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser igual ou superior a 70% para que os resultados sejam válidos. O resíduo padronizado é dado por (RAMOS et al., 2008),

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}. \quad (4)$$

em que O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada calculada por meio da Equação (2).

Por fim, após a obtenção dos valores dos resíduos, calcula-se o coeficiente de confiança (γ), para verificar a significância dos resíduos calculados, por meio de (RAMOS et al., 2008),

$$\gamma = \begin{cases} 0 & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1 & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (5)$$

sendo que Z_{res} é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. As associações entre as categorias são consideradas significativas, quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades moderadamente significativas, isto é, quando $50\% \leq \gamma < 70\%$ ou quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades fortemente significativas, isto é, quando $(\gamma) \geq 70,00\%$.

Para a elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social, utilizou-se a Técnica Estatística Análise de Componentes Principais. Onde segundo Mingoti (2005) a Análise de Componentes Principais (ACP) é uma técnica multivariada, a qual tem como principal objetivo a redução do número de variáveis originais e verificação de quais componentes principais (índices) explicam uma proporção elevada da variação total associada ao conjunto original dos dados.

Uma Componente Principal é um modelo estatístico, ou seja, uma equação, construída a partir do conjunto de variáveis originais, capaz de produzir um escore, a partir do qual cada observação pode ser classificada de acordo com os objetivos da pesquisa. O modelo geral para a j -ésima Componente Principal é definido por

$$Y_j = e_j' X = e_{j1}X_1 + e_{j2}X_2 + e_{j3}X_3 + \dots + e_{jp}X_p, \quad j = 1, 2, 3, \dots, p$$

em que Y_j é a Componente Principal (índice); e_{ji} é o autovetor (coeficiente) associado a cada variável e X_i é a variável (MINGOTI, 2005). Quanto maior o valor do coeficiente, mais importante é a variável na composição da Componente Principal.

Analisa-se somente as Componentes Principais, cuja soma do percentual de variância explicada é maior ou igual a 70%, isto é, se o percentual de variância explicada da 1ª Componente Principal (Y_1) for maior ou igual a 70%, deve-se utilizar somente esta componente na análise. Contudo, se o percentual de variância explicada da 1ª Componente Principal (Y_1) for menor que 70%, utilizam-se as 1ª e 2ª Componentes Principais se suas somas de percentual de variância explicada for maior que 70%, e assim por diante (RAMOS et al., 2008).

A quantidade de Componentes Principais utilizadas para compor os Índices desenvolvidos neste estudo, foi definido a partir da proporção de variância explicada, sendo exigido no mínimo 70%.

Os escores ou estimativas para Município foi obtido multiplicando-se os coeficientes associados a cada variável (neste caso, a Taxa de Homicídio, a Taxa de Homicídio por Arma de Fogo e o IDH-M), que compõem os Índices de Vulnerabilidade para os anos de 2014 e 2017, pelos valores da respectiva variável.

Conforme Sandanielo (2008), o principal objetivo da ACP é o de explicar a estrutura da variância e covariância de um vetor aleatório, composto de p-variáveis aleatórias, por meio de combinações lineares das variáveis originais, essas combinações lineares são chamadas de componentes principais e são não correlacionadas entre si.

Resultados e Discussões

Os resultados serão exibidos da seguinte forma: primeiro, apresenta-se a análise descritiva da variável número de homicídios na RMB e posteriormente será analisada a correlação entre as variáveis dispostas como acúmulo de vulnerabilidades sociais, no estudo de Engel et al. (2015) e o número de homicídios dolosos apresentados pela RMB, nos anos de 2014 e 2017, confrontando-os com as disposições encontradas na literatura acerca da temática causas e fatores de risco associados aos homicídios. Por fim, apresenta-se os índices de fatores de vulnerabilidades sociais desenvolvidos para os municípios que compreendem a RMB de acordo com a classificação estabelecida.

Da análise descritiva: representações dos homicídios na RMB

Define-se homicídio, para fins deste estudo, como todo ato de tirar a vida de outrem com intenção (dolo), extraindo-se, portanto, as mortes decorrentes de ação culposa, acidentes de trânsito e os decorrentes de intervenção policial. No Código Penal Brasileiro, o tipo criminal é tratado englobando todas essas categorias¹⁰.

A Tabela 1 revela que na RMB, no período de 2010 à 2017, ocorreram 10.949 homicídios do total de 26.630 ocorridas no Estado, o que representa 41,12% do total, possuindo portanto, grande concentração desses crimes.

Tabela 1: Homicídios registrados na Região Metropolitana de Belém, no período de 2010 a 2017, por ano de registro.

Período	Ano	Homicídio	
		Quantidade	Percentual

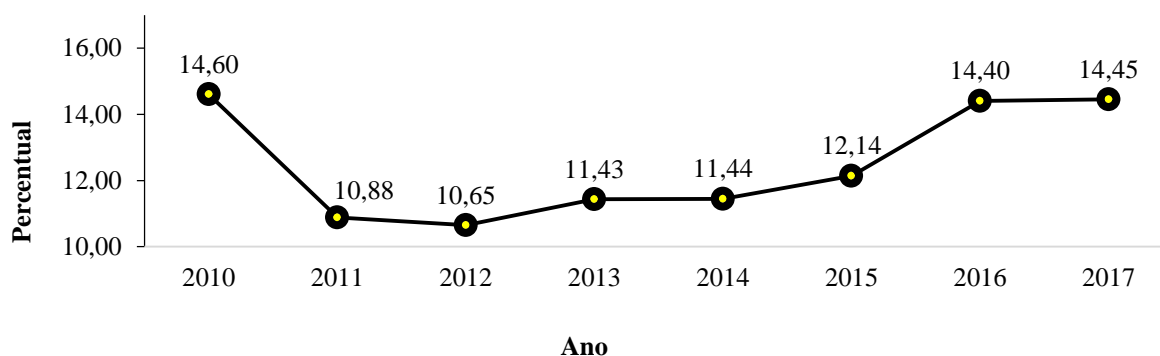
¹⁰ O crime de homicídio está tipificado no Art. 121 do Código Penal brasileiro (Decreto-Lei Nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940). A partir da Lei Nº 13.104/2015, foi instituído no Código Penal a figura do *Feminicídio* (Art. 121, § 2º, VI), que é o homicídio “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Os números apresentados neste trabalho não consideram essa distinção.

2010-2011	2010	1.599	14,61%
	2011	1.191	10,88%
2012-2015	2012	1.166	10,65%
	2013	1.252	11,43%
	2014	1.253	11,44%
	2015	1.329	12,14%
2016-2017	2016	1.576	14,40%
	2017	1.582	14,45%
2010-2017		10.948	100,00%

Fonte: SISP-WEB, setembro/2018 – Elaboração dos autores.

Ao se observar a série temporal (Figura 1), o comportamento dos homicídios não apresenta decréscimo e a taxa do ano de 2017 se apresenta como a 2ª maior da série, ficando atrás apenas da apresentada no ano de 2010, período de maior pico.

Figura 1: Percentual de Registros de Homicídio na Região Metropolitana de Belém, no período de 2010 à 2017, por Ano da Ocorrência.



Fonte: SISP-WEB, setembro/2018 – Elaboração dos autores.

Dos 10.948 homicídios, que foram registrados na RMB, no período de 2010 à 2017, 8.620 ocorreram nos Municípios de Belém e Ananindeua, o que representa 78,73% do total de mortes, das quais 8.584 foram por armas de fogo, ou seja, 78,40%. Os demais municípios contam com 2.329 casos, o que implica em 21,27% do total desses crimes. Belém lidera o ranking com 53,8%, seguida de Ananindeua com 25% (segundo município mais populoso da RMB) e Castanhal com a terceira maior taxa, de 7,6% (Tabela 2).

Convém salientar, que os dados acima demonstram o alto índice de homicídios perpetradas por arma de fogo na RMB, ou seja, a cada 10 homicídios 8 são por armas de fogo, de forma que a disponibilidade de armas consoante corroborado pelos estudos de Cerqueira (2014) e Engel et al. (2015), se apresenta como um relevante fator na questão da criminalidade. Dentro desse contexto, a RMB se apresenta como uma região de alta

circulação de armas de fogo sendo vulnerável a potencial ocorrência de mortes por esse instrumento bélico.

Tabela 2: Homicídios registrados na Região Metropolitana de Belém, no período de 2010 à 2017, por município/ano de registro.

Município	Ano								Total Município
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Belém	839	567	628	694	693	722	878	865	5.886
Ananindeua	472	323	301	300	293	312	351	382	2.734
Castanhal	89	126	92	89	89	110	122	112	829
Marituba	133	109	90	89	91	86	100	102	800
Benevides	32	28	21	47	47	43	60	67	345
Santa Isabel do Pará	27	33	31	26	30	46	49	39	281
Santa Bárbara do Pará	7	5	3	7	10	10	17	15	74
Total Ano	1.599	1.191	1.166	1.252	1.253	1.329	1.577	1.579	10.948

Fonte: SISP-WEB, setembro/2018 – Elaboração dos autores.

Há de se destacar (Tabela 2) que a maioria dos crimes de homicídio ocorreram em Belém (53,76%), seguido de Ananindeua (24,97%) e Castanhal (7,57%). Tal resultado mostra a concentração dos homicídios na capital do Estado, onde a prevalência desses crimes são em áreas urbanas e que se difundem preferencialmente pelas periferias o que vai ao encontro das estatísticas coletas por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal-SIAC, no período de 2010 à 2017, e dos estudos de Chagas (2014) e Costa (2017), que por meio de uma análise geográfica mostram a difusão de mortes por agressão no espaço urbano da RMB com tendência de recrudescimento.

Pelos estudos de Chagas (2014), tem-se evidenciado áreas da RMB que se caracterizam como aglomerados subnormais, com escassezes de serviços públicos, periferização e exclusão social que favorecem a atuação de criminosos e levam a disputas por territórios, sobretudo, em relação ao mercado de drogas ilícitas que também é apontado pela literatura como propulsor de homicídios.

Ao se verificar os dados de homicídios da RMB, observa-se uma significativa redução, com decréscimo de 25,52% em variação percentual no ano de 2011, se comparados aos 12 meses do ano anterior. No comparativo, os municípios que apresentam as taxas mais violentas, ou seja, Belém e Ananindeua, apresentam expressiva diminuição do número de mortes (Tabela 3).

Contudo, ao longo da série temporal esse comportamento não se mantém e se apresenta com tendência de crescimento (Tabela 1). Entre os anos de 2012 à 2014, verifica-se

um aumento desacelerado dos registros de homicídios (0,79%), porém em 2015 crescem em uma escala gradual (2,26%), sendo que entre 2016 e 2017 o crescimento fica mais acentuado (Tabela 3).

Tabela 3: Comparativo dos Registros de Homicídio na Região Metropolitana de Belém, no Período de 2010 a 2011, com Variação absoluta e percentual.

Município	Ano		VAR ABS	VAR %
	2010	2011		
Ananindeua	472	323	-149	-31,57%
Belém	839	567	-272	-32,42%
Benevides	32	28	-4	-12,50%
Castanhal	89	126	37	41,57%
Marituba	133	109	-24	-18,05%
Santa Bárbara do Pará	7	5	-2	-28,57%
Santa Isabel do Pará	27	33	6	22,22%
Total Geral	1599	1191	-408	-25,52%

Fonte: SISP-WEB, setembro/2018 – Elaboração dos autores.

Em relação ao comparativo dos anos de 2016 à 2017, vê-se que Ananindeua teve uma considerável elevação (8,83%) de um ano para outro e apesar da pequena redução apresentada em Belém (-1,48%), a RMB figurou no ano de 2017, com a 2ª maior taxa (14,45%) da série histórica (Tabela 4).

Tabela 4: Comparativo dos Registros de Homicídio na Região Metropolitana de Belém, no Período de 2016 a 2017, com Variação absoluta e percentual.

Município	Ano		VAR ABS	VAR %
	2016	2017		
Ananindeua	351	382	31	8,83%
Belém	878	865	-13	-1,48%
Benevides	60	67	7	11,67%
Castanhal	122	112	-10	-8,20%
Marituba	100	102	2	2,00%
Santa Bárbara do Pará	17	15	-2	-11,76%
Santa Isabel do Pará	49	39	-10	-20,41%
Total Geral	1577	1582	5	0,32%

Fonte: SISP-WEB, setembro/2018 – Elaboração dos autores.

Em linhas gerais, a RMB não apresenta redução das taxas de homicídios e vive nos últimos anos um significativo recrudescimento dessa problemática, que se mostra como a principal causa de mortalidade nessa região (COSTA, 2017). Essa conjuntura denota a

necessidade do crime de homicídio figurar como tema prioritário no processo de elaboração da política pública, dada as consequências que ocasiona à saúde pública e como asseveram Procópio e Toyoshima (2017), ao processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Esse quadro alarmante torna imperativo uma avaliação sobre quais fatores estariam associados ao aumento dos número de homicídios.

Análise de Correspondência

Inicialmente, ressalta-se que todos valores do nível descritivo (p) foram menores que o nível de significância de 0,05 (5%) e o Critério Beta (β) foi maior ou igual que 3, indicando que tanto as variáveis como suas categorias são dependentes e, além disso, a soma dos percentuais de inércia foi maior que 70%, indicando que todos os pressupostos para utilização da técnica de Análise de Correspondência são satisfeitos.

A Tabela 6, apresenta o resultado dos resíduos e níveis de confiança, resultantes da técnica de Análise de Correspondência para as variáveis: Acúmulo de vulnerabilidade social (taxa de homicídio, taxa de homicídio por arma de fogo e IDH, da Região Metropolitana de Belém – anos 2014 e 2017).

Pode-se observar que quando o acúmulo de vulnerabilidades sociais, em 2014, é baixa a taxa de Homicídio é baixa, a taxa de Homicídio por Arma de Fogo é baixa e IDH-M é alto (Tabela 6). Quando o acúmulo de vulnerabilidades sociais, em 2014, é alta a taxa de Homicídio é alta, a taxa de Homicídio por Arma de Fogo é alta e IDH-M é baixo (Tabela 6). Pode-se observar que o acúmulo de vulnerabilidades Sociais, em 2017, é baixo a taxa de Homicídio é baixa, a taxa de Homicídio por Arma de Fogo é baixa e IDH-M é baixo e moderado (Tabela 6). Quando o acúmulo de vulnerabilidades sociais, em 2017, é alta a taxa de Homicídio é alta, a taxa de Homicídio por Arma de Fogo é alta e IDH-M é alto (Tabela 6).

Tabela 6: Resíduos e Níveis de Confiança (entre parênteses), Resultantes da Aplicação da Técnica de Análise de Correspondência das Variáveis: Acúmulo de Vulnerabilidade Social (2014 e 2017), Taxa de Homicídio, Taxa de Homicídio por Arma de Fogo e IDH-M, da Região Metropolitana de Belém.

Indicadores	Categorias	Vulnerabilidade Social					
		2014			2017		
		Baixa	Moderada	Alta	Baixa	Moderada	Alta
Taxa de Homicídio	Baixa	6,17(100,00)*	-2,27(0,00)	-2,96(0,00)	7,91(100,00)*	-3,40(0,00)	-2,96(0,00)
	Moderada	-2,27(0,00)	3,38(99,93)*	-2,51(0,00)	-3,40(0,00)	5,07(100,00)*	-3,77(0,00)
	Alta	-2,96(0,00)	-2,51(0,00)	6,51(100,00)*	-2,96(0,00)	-3,77(0,00)	8,13(100,00)*
Taxa de	Baixa	7,86(100,00)*	-3,47(0,00)	-2,96(0,00)	7,22(100,00)*	-2,91(0,00)	-2,96(0,00)

Homicídio por Arma de Fogo	Moderada	-3,47(0,00)	5,24(100,00)*	-3,94(0,00)	-2,91(0,00)	4,39(100,00)*	-3,30(0,00)
	Alta	-2,96(0,00)	-3,94(0,00)	8,54(100,00)*	-2,96(0,00)	-3,30(0,00)	7,47(100,00)*
IDH-M	Baixo	-1,46(0,00)	0,00(0,00)	1,46(85,44)*	2,70(99,31)*	0,00(0,00)	-2,62(0,00)
	Moderado	-1,01(0,00)	1,91(94,42)	-1,69(0,00)	1,37(82,99)*	1,91(94,42)*	-4,00(0,00)
	Alto	2,83(99,53)*	-2,67(0,00)	0,94(65,42)	-4,54(0,00)	-2,67(0,00)	8,13(100,00)*

1. Nota: *Probabilidades fortemente significativas, pois $\gamma \times 100 \geq 70\%$.

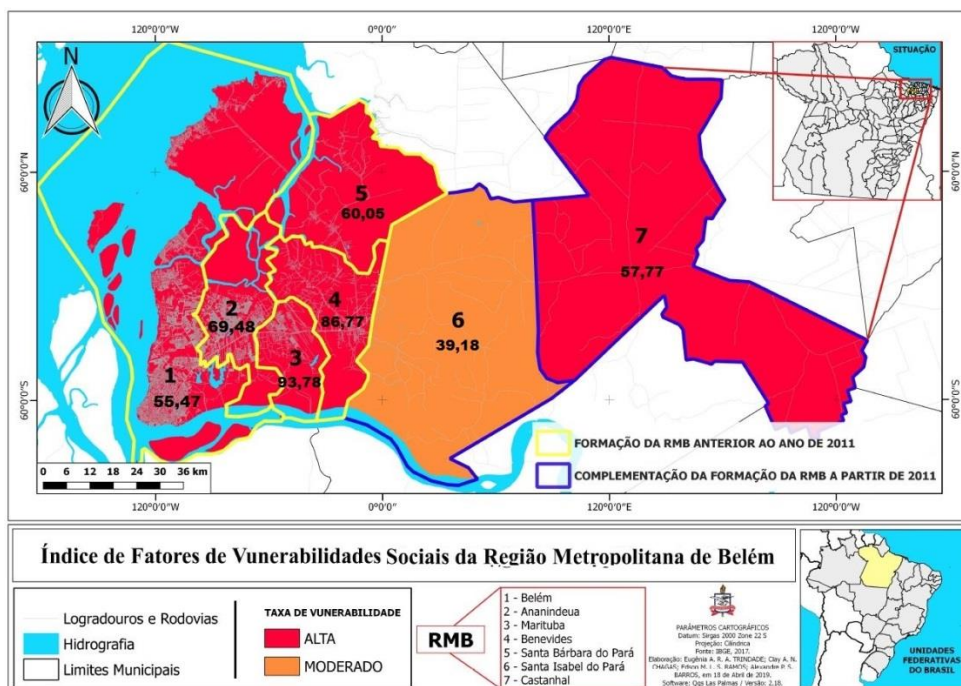
Portanto, os resultados observados (Tabela 6) em relação a RMB mostram que os dados coletados por Engel et al.,(2015) quanto a causa de homicídio disposta como fatores transversais se apresentam em todos os municípios da região metropolitana, com status predominantemente alto para todos os estratos observados, possuindo forte influência em relação aos homicídios, constatando-se, portanto, a existência de uma relação entre as variáveis, o que é um indicativo de que seja provável estabelecer uma associação entre as mesmas.

Análise de Componentes Principais – ACP

Com base nos resultados obtidos pela ACP, observa-se na Figura 2 que, em 2014 a Região Metropolitana de Belém – RMB, apresentou alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), onde destaca-se o município de Marituba com o maior IVS da região (93,78), porém a exceção de Santa Izabel, todos os municípios apresentam alta vulnerabilidade social se considerarmos o conjunto de fatores que possuem correspondência e que transcendem a esfera da segurança pública, relevando que o crime não é apenas um problema policial, pois possui relação com fatores sociais que estão fora da esfera da segurança pública.

Há de se destacar que o Índice elaborado pode ser aplicado para todo Estado do Pará, observada a metodologia aqui utilizada, de forma que cada município pode ser analisado individualmente quanto a classificação do nível de vulnerabilidade pelos fatores aqui observados (Figura2)

Figura 2: Distribuição dos Índice de Vulnerabilidade Social, na RMB, no ano de 2014.



Fonte: Elaboração dos autores.

Vários fatores citados neste artigo são observados para explicar causas relacionadas ao agravamento da criminalidade, como o processo de urbanização, o tráfico de drogas, a escassez da presença do estado, questões de ordem econômica e outros, o que mostra que estudos de indicadores sociais são usados para se determinar aspectos da realidade social, de forma que coloca-se em xeque se os indicadores de segurança pública utilizados atualmente são suficientes para se gerenciar políticas capazes de conter a criminalidade (DUFLOTH et al., 2008).

Nessa perspectiva, o Governo Federal tem buscado a consolidação por meio do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESP, do Ministério da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e de pesquisadores, de estatísticas de diversas temáticas que envolvem a segurança pública, as quais estão dispostas em anuários e em sítios oficiais do Governo, com uma série de dados que apontam um diagnóstico da criminalidade, embora com fragilidades inerente a construção de indicadores (JANNUZZI, 2011).

O aumento das taxas de criminalidade tem impactado no desenvolvimento econômico e social do Brasil, custos elevados são associados ao crime, nesse sentido, o IDH é utilizado em diversos níveis de governo para acompanhar o desenvolvimento social do país, sendo observado como parâmetro para a gestão pública, pois fornecem indicadores de natureza

econômica, privação de oportunidades e desigualdades sociais que impactam na qualidade de vida da população.

Assim, governo e pesquisadores, tem procurado informações mais adequadas em relação ao fenômeno da criminalidade e já se desenvolvem estudos neste sentido, mas sistematizar indicadores sociais ainda se apresenta como um desafio para garantir instrumentos balizadores para elaboração de políticas públicas, mormente políticas de segurança pública.

Conforme assevera Dufloth et al., (2008), a criação de um índice de cálculo com indicadores disponíveis e de qualidade pode ser possível e capaz de gerar uma avaliação eficiente de desempenho social no que se refere a segurança pública. O índice obtido com este estudo pode ser observado e conjugado com outros indicadores sociais e criminais, a fim de que possa ser melhor estudado e avaliado com relação ao impacto que possuem nos índices de criminalidade, pois os achados desta pesquisa mostram o impacto do IDH e sua relação com as taxas de homicídios e armas de fogo como propulsores da violência homicida na RMB.

Sapori (2007) também refere a combinação de dados entre indicadores sociais associados as questões de criminalidade, sendo possível, a partir dessas observações verificar a influência de um fator sobre outra, a exemplo dos estudos acerca do crescimento econômico e sua relação com a redução da pobreza, nas décadas de 1980 e 1990, as condições socioeconômicas com o crescimento da criminalidade, que nessa mesma época não apresentaram correlação.

No mesmo sentido, Procópio e Toyoshima (2017), ao avaliarem fatores associados à criminalidade, apontam a influência da falta de oportunidade no mercado de trabalho para o agravamento da criminalidade e a relação entre o mercado de drogas ilícitas e a delinquência juvenil, dentre outros fatores.

Tais dados podem servir como parâmetros a subsidiar estudos no campo das políticas sociais de acordo com as especificidades de cada região ou município, fomentando o redirecionamento de ações mais voltadas as demandas particularizadas de cada ente federado.

Considerações Finais

A partir da série histórica do número de homicídios ocorridos na RMB verifica-se uma tendência crescente nos últimos anos, tendo ocorrido uma elevação de 3,01% de 2014 para 2017. O crescimento dessa violência homicida está associado as altas taxas de mortes por armas de fogo que se apresenta como um grave problema a ser enfrentado.

A esse fator somam-se o baixo índice de desenvolvimento humano – IDH, dentre outros constantes do diagnóstico dos homicídios no Brasil. Assim, a RMB destaca-se por apresentar indicadores que confirmam uma série de fatores de risco que estão atuando e que se diminuídos por meio de ações articuladas, podem levar à redução dos homicídios e diminuir a gravidade da situação que se apresenta.

Destarte observa-se que, tanto em 2014 quanto em 2017, há relação entre os fatores transversais (Taxa de Homicídio, Taxa de Homicídio por Arma de Fogo e IDH-M) decorrentes do acúmulo de vulnerabilidades sociais (Tabela 6).

Essas variáveis, compõem o indicador-síntese fatores transversais, que de acordo com a análise de correspondência apresentam risco de causar homicídios ou de potencializar a sua ocorrência se comparados a qualquer uma das macrocausas consideradas, a partir da análise da literatura especializada, dentro do elenco das que podem ser concebidas como motivos para o crime de homicídio, a saber: gangues e drogas; violência patrimonial; violência interpessoal; violência doméstica; conflitos entre sociedade civil e policiais, e, escassez de presença do Estado. A situação do Pará no diagnóstico é apresentada como a mais grave da região norte, quando se combinam fatores transversais e macrocausas de homicídios.

O desenvolvimento dessa temática, consoante a literatura proporcionou o levantamento e compreensão de diversos indicadores e fatores associados as causas e ao risco para o agravamento do homicídio e da criminalidade em geral, os quais podem ser avaliados e articulados a região ou ao município investigado, possibilitando conhecer como influenciam na realidade.

Denota-se que os dados apurados mostraram-se suficientes para apreender uma relação entre as variáveis selecionadas, evidenciando-se assim, que o acúmulo de vulnerabilidades sociais pode aumentar os índices de violência e criminalidade o que vai ao encontro do diagnóstico dos homicídios no Brasil e da literatura observada, que também aponta outros fatores agravantes, como também os que podem reverter o quadro de violência, consoante citado nesta pesquisa.

Convém assinalar, que o diagnóstico dos homicídios no Brasil aponta os municípios de Belém e Ananindeua em situação de criticidade em relação a todas as causas e fatores potencializados para a criminalidade e para a ocorrência de homicídios.

Ademais, reitera-se a atenção para a necessidade de formulação de ações governamentais de prevenção e controle sobre o crime aqui estudado. Noutra giro, não raro, estatísticas oficiais a respeito das diversas formas de violência no Brasil são divulgadas de

forma generalizada e com base em informações que não possuem o mesmo nível de comparabilidade entre os Estados, em que pese os esforços do Fórum Brasileiro de Segurança Pública –FBSP em estabelecer uma metodologia para coleta de dados e informações oriundas da segurança pública e de outras fontes oficiais.

Assim, as populações muitas das vezes são destacadas equivocadamente, como se fossem homogêneas, deixando de evidenciar as distribuições espaciais diferenciadas quanto as mortes decorrentes de homicídios.

Convém observar, que as estatísticas norteiam a elaboração de indicadores que possibilitam o acompanhamento dos níveis de eficiência no processo de gestão e prestação dos serviços públicos, desse modo, trabalhar informações confiáveis e seguras é fundamental para um bom diagnóstico, além de possibilitar agregação de indicadores que permitem estudar causas e fatores de risco dispostos na literatura, a fim de verificar como estas se revelam em indicadores estatísticos.

Esta pesquisa em relação a RMB inicia os estudos nessa área, mas é necessário um maior aprofundamento para que se possa melhor estabelecer e compreender os fatores de ordem social e econômicos que contribuem para o agravamento dos homicídios.

Referências bibliográficas

BEATO, C. **Crime e Cidades**. (Coleção Segurança e Espaços Urbanos). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEATO, C. MARINHO; F. C. **Padrões regionais de homicídio no Brasil**. In: Homicídios no Brasil. Cruz & Batitucci (org.). Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007.

BRICENO, L. R. La Comprensión de los Homicidios en América Latina: ¿Pobreza o Institucionalidad?. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3159-3170, Dec. 2012 .

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., Saraiva, 2013.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Sete letras, 2001.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233- 269, 2004.

CERQUEIRA, D; CASTRO, D. R. de. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 196 p.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim amazônico de geografia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 186-203, 2014.

CHAGAS, C. A. N.; SILVA, C. N. A cartografia dos homicídios: A produção dos espaço e dinâmica dos territórios na região metropolitana de Belém-PA. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n.1, p. 186-204, 2014.

COSTA, T. B. A. **Fundamentos da análise geográfica da difusão espacial das mortes por agressão no espaço urbano de Belém-PA (2000-2012)**. Presidente Prudente, 2017. 261.f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. 2017.

DÍAZ, F.R.; LÓPEZ, F.J.B. **Bioestatística**. 1.ed., São Paulo: Thomson Learning, 2007.

DUFLOTH; S.C. et al. **Indicadores de Segurança Pública para a Gestão de Políticas Públicas**: análise dos atributos de qualidade dos indicadores propostos nas perspectivas de organizações internacionais, do governo federal e de governos estaduais. In ANPAD, maio de 2008.

ENGEL, C. L.; PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L. D.; LIMA, D. P. L.; ROMÃO, D. M. M. R.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; SANDRA FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FAVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: características da vitimização e do acesso à justiça. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2008 Acessado em 07.10.2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010a. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>>. Acesso em: 22/08/2018.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de Pesquisa**. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26551>. Acesso em: 22/10/2018.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2013.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2016.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**,

2017.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2018.

JANUZZI, P. de M. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil**: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas. n.36 jan/jul. 2011.

LIU, Y.; FULLERTON Jr. et al. Assessing the impacts of labor market and deterrence variables on crime rates in Mexico. 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1465-7287.2012.00339.x/abstract>>. Acessado em: 21.06.2017.

MINGOTI, S. A. **Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada**. UFMG, 2005.

PARÁ. Lei Complementar Nº 072, de 20 de abril de 2010. Altera a Lei Nº 027, de 19 de outubro de 199 que Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências, introduz o inciso VI – Santa Izabel do Pará. **Diário Oficial do Estado** Nº 31.656, Belém, PA, 30.abr.2010.

PARÁ. Lei Complementar Nº 076, de 28 de dezembro de 2011. Altera a Lei Nº 072, de 20 de abril de 2010, insere o inciso VII- Castanhal e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado** Nº 33035, 31.656, Belém, PA, 21.dez.2015.

PROCÓPIO, D. P; TOYOSHIMA, S. H. Fatores Associados à Criminalidade Violenta no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 263-288, jul. 2017.

RAMOS, E.M.L.S; ALMEIDA, S.S.; ARAÚJO, A.R. (Orgs.). **Segurança Pública**: Uma abordagem Estatística e Computacional. Belém: Editora Universitária EDUFPA, v.1, p.101, 2008.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil**: desafios e perspectivas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANDANIELO, V. L. M. . **Emprego de técnicas estatísticas na construção de índices de desenvolvimento sustentável aplicados a assentamentos rurais**. 2008

SAVEGNAGO, R.P., CAETANO, S.L., RAMOS, S.B., NASCIMENTO, G.B., SCHMIDT, G.S., LEDUR, M.C. MUNARI, D.P. **Estimates of genetic parameters, and cluster and principal components analyses of breeding values related to egg production traits in a White Leghorn population**. Poultry Science, 90, p.2174-2188. 2011.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed., rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2001.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2016: **Homicídios por arma de fogo no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2016.

ARTIGO 2 - VITIMIZAÇÃO POR HOMÍCIDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade Trindade¹¹

Edson Marcos Leal Soares Ramos¹²

Clay Anderson Nunes Chagas¹³

RESUMO

O objetivo deste artigo é levantar as características das vítimas de homicídios dolosos no âmbito da Região Metropolitana de Belém, a fim de verificar o perfil socioeconômico, no período de 2014 a 2017 e se há seletividade para um determinado grupo da população. Os dados estatísticos foram obtidos por meio do Sistema de Dados Periciais do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves - Perícia Net. Para a realização deste estudo efetuou-se pesquisa bibliográfica e utilizou-se à técnica estatística de análise descritiva. Os resultados demonstram que o perfil impacta indivíduos do sexo masculino, solteiros, na faixa etária de 15 a 28 anos, com baixo nível de escolaridade (ensino fundamental incompleto) e em ocupações do mercado informal, se caracteriza como vulnerável.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Seletividade; Segurança Pública.

ABSTRACT

The objective of this article is to survey the characteristics of victims of malicious homicides in the Belém Metropolitan Region, in order to verify the socioeconomic profile, between 2014 and 2017, and whether there is a selectivity for a given population group. The statistical data were obtained through the Expert Data System of the Center for Scientific Expertise Renato Chaves - Net Expertise. For the accomplishment of this study was carried out a bibliographical research and was used to the statistical technique of descriptive analysis. The results show that the profile affects male individuals, unmarried, in the age group of 15 to 28 years old, with low level of schooling (incomplete primary education) and in informal market occupations, is characterized as vulnerable.

KEYWORDS: Violence; Selectivity; Public security.

Introdução

A partir da década de 1980 houve um significativo aumento da violência no Brasil, sobretudo em suas regiões metropolitanas, passando o país a apresentar uma das mais elevadas taxas de homicídios do mundo. O aumento da violência e em particular dos homicídios concentrou-se nas periferias urbanas, mesmo diante da melhoria dos indicadores

¹¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Delegada de Polícia Civil – Belém – Pará – Brasil. dpceugeniaandrea@gmail.com

¹² Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Pará – Brasil. ramosedson@gmail.com

¹³ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA) e Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

sociais apresentada entre as décadas de 1980 e 1990 (SAPORI, 2007).

Como assinalam Cardoso et al. (2016) homicídios são a principal causa de morte de jovens entre 15 a 24 anos, atingindo moradores das periferias e das áreas metropolitanas dos centros urbanos, que sequer chegam a maturidade, sendo impedidos de usufruir do desenvolvimento socioeconômico experimentado pelo país na última década.

Desse modo, Cardoso et al. (2016) asseveram o homicídio de jovens como um problema social de grandes proporções e que requer o entendimento da interação perversa entre fatores estruturais relativos às causas socioeconômicas e aos processos culturais dinâmicos (identidade de gênero, raça/cor, escolaridade).

O diagnóstico dos homicídios no Brasil, Engel et al. (2015), realizado pelo Governo Federal com base em dados coletados em 2014, salienta a necessidade da adoção de uma política pública nacional voltada para a redução dos homicídios. Para tal, identificou estados e municípios com o maior número de homicídios em todas as regiões do país, indicando a capital do Pará, municípios da Região Metropolitana de Belém –RMB e do interior do Estado em situação de criticidade devido alta concentração desses delitos (municípios com registros de homicídios dolosos acima de 100 casos) e suas elevadas taxas (acima de 49 por 100 mil habitantes).

Essa temática envolve questões complexas e heterogêneas, assim estudos mais aprofundados tanto no cenário nacional, como estadual e local se apresentam relevantes para o norteamento de políticas públicas a serem promovidas em todos os níveis de governo, portanto, compreender a situação que envolve os crimes de homicídio, as características pessoais das vítimas, inclusive grupos mais vulneráveis, é essencial para o esclarecimento de suas determinantes e para a identificação das diferenças que derivam da própria identidade dos indivíduos, como a raça/cor, sexo, idade, nível escolar, etc.

Diante desse contexto, esta pesquisa é relevante pela necessidade de abordagem das variáveis socioeconômicas das vítimas de homicídios na RMB e produção de informações consistentes e detalhadas ao nível local, com relação ao perfil da população mais atingida por esse crime, contextualizando o leitor nessa dimensão, o que contribuirá para outros estudos e ações, que sejam capazes de mitigar os efeitos dessa violência que mobiliza pessoas e força o governo a orientar políticas públicas.

Assim, conhecer quem são as vítimas e saber se há uma população específica na atual conjuntura de violência que se apresenta a RMB é um fator imperativo para a tomada de decisão e construção de uma base legítima para se definir a atuação de todos.

Desta feita, objetiva-se levantar quem são as vítimas de homicídios na RMB, pelo que se efetuou a sistematização dos dados referente ao perfil socioeconômico das vítimas.

Referencial teórico

Para abordar o perfil das vítimas de homicídios os estudos de Saporì (2007), Cardoso et al. (2016), Vilaça (2016), Procópio e Toyoshima (2017), Cerqueira (2014), Chagas (2014), Engel et al., (2015), Beato e Marinho (2007) e Abramovay et al., (2002) foram tomados por referência.

Material e Métodos

O estudo foi de cunho quantitativo com emprego de técnicas de análise descritiva, por meio da qual foram explorados os dados estatísticos do perfil socioeconômico da vítima, considerando-se as seguintes variáveis: Sexo, Idade, Cor, Estado Civil, Escolaridade e Ocupação, referente ao período de 2014 à 2017.

A análise tomou como base a estratificação de dados do Sistema de Dados Periciais do Centro de Pericias Científicas Renato Chaves - Perícia Net e do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, versão 1 e 2. No caso do SISP os dados observados foram coletados pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, unidade afeta à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social- SEGUP, para levantamento dos casos de registros que se configuram crimes de homicídio doloso, em período fechado dos anos de 2014 a 2017, os quais foram cotejados com os dados do Perícia Net, resultando em 14.093 registros.

No Perícia Net foi analisado o bando de dados inerente aos registros de necropsias requeridas e pericias realizadas. Feito o processo de coleta de amostras dos 14.093 registros no estado do Pará, obtivemos uma amostra de 3.592 (três mil e quinhentos e noventa e duas) vítimas de homicídio doloso. A metodologia tomou por base amostragem aleatória simples com erro amostral de 1,44% (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

A análise de exposição de dados foi concebida por meio de estatísticas descritiva Fávero et al. (2009), com emprego de tabelas e medidas de resumo para melhor compreensão dos dados estudados.

A variável raça/cor observada no estudo, revelou-se um dado inconsistente na amostra e os demais registros não contavam com dados acerca dos indivíduos vitimados, apenas com o status do laudo, o que implicaria em leitura de cada documento gerado para a

coleta das informações acerca do perfil da vítima.

O método quantitativo, de acordo com Silva e Menezes (2001), considera traduzir as informações, classificando-as e analisando-as com a utilização de recursos e de técnicas estatísticas, como percentagem, média, moda, mediana, dentre outras.

A base de dados utilizada consistiu do filtro da base de dados coletada para a Região Metropolitana de Belém (RMB), que abrange a área territorial¹⁴ dos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará, a qual está localizada as margens do rio Guamá e da Baía do Guajará e conta com uma população de 2.275.032, habitantes de acordo com o Censo 2010.

De acordo com dados do IBGE (2010), em relação à caracterização da população residente, considerando a raça/cor, verifica-se que o quantitativo nacional é: 91.051.646 (Branca); 14.517.961 (Preta); 2.084.288; (Amarela); 82.277.333 (Parda); e 817.963 (Indígena). Já no Estado do Pará os valores apresentados são: 1.653.307 (Branca); 548.825 (Preta); 69.198 (Amarela); 5.270.307 (Parda); e 39.081 (Indígena). Quanto ao quantitativo da população residente da RMB, constata-se que o total, considerando a raça/cor, encontra-se em torno de 543.864 (Branca), 159.739 (Preta), 16.666 (Amarela), 1.377.946 (Parda) e 3.341 (Indígena), sendo a população parda a de maior número, entre os 2.101.883 habitantes.

Resultados e Discussões

Análise exploratória de dados da vítima na RMB: Perfil socioeconômico da vítima

A Tabela 5 mostra o quantitativo de vítimas de homicídios dolosos quanto ao sexo. Identificou-se nesse período 3.466 (três mil quatrocentos e sessenta e seis) vítimas de homicídios dolosos na RMB, dentre as quais, 93,12% são do sexo masculino e 6,88% do sexo feminino.

O perfil de vitimização no Brasil, conforme dados do Censo 2010 do IBGE, extraído do diagnóstico dos homicídios, Engel et al. (2015), aponta reduzida taxa de morte violenta de mulheres se comparada à dos homens, o que coincide com os dados levantados na RMB. Em relação ao quantitativo de vítimas de homicídios dolosos quanto a faixa de idade, observou-se que das 3.466 vítimas de homicídio doloso na RMB, 54,78% encontra-se na faixa de idade entre 15 a 28 anos, 31,18% entre 28 a 40 anos e 10,16% entre 40 e 52 anos.

Ao se observar os dados Brasil, no relatório de Engel et al., (2015), os jovens entre 15

¹⁴ Lei Complementar Nº 072, de 20 de abril de 2010, publicada no DOE Nº 31.656, de 30/04/2010, altera a Lei Nº 027, de 19 de outubro de 199 que Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências, introduz o inciso VI – Santa Izabel do Pará. Lei Complementar nº 076 de 28 de dezembro de 2011, altera a Lei Complementar Nº 072/2010, insere inciso VII – Castanhal.

a 29 anos são os mais vitimados pela moralidade homicida (52,9%), o que se assemelha a RMB, que apresenta taxa de 54,78% de vítimas entre 15 a 28 anos. Os estudos de Chagas (2014) em bairros do município de Belém apontam jovens com idade entre 16 a 24 anos, como os mais vitimados, faixa etária essa que é abrangida pelos dados dispostos na Tabela 5.

Esses dados vão ao encontro dos achados nos estudos de Vilaça (2016) que aponta uma mortalidade majoritariamente de jovens no município de Belém.

Outro referencial que mostra essa realidade é Cardoso et al. (2016) que destaca os homicídios como a principal causa de morte de jovens entre 15 a 24 anos, mormente moradores de áreas periféricas e metropolitanas dos centros urbanos.

No que tange ao estado civil das vítimas de homicídio doloso na RMB, observou-se na Tabela 5 que, de 3.466 vítimas de homicídio doloso na RMB, 84,85% eram solteiras, 8,49% viviam em união estável e 5,21% eram casadas.

A literatura aponta em relação as variáveis idade, sexo, cor/raça e escolaridade, um perfil de epidemia da moralidade por homicídios predominante entre indivíduos jovens, do sexo masculino, negros, que fazem parte de estratos socioeconômicos menos favorecidos e com nível de baixa escolaridade não apenas em países da América Latina, mas também de diversas partes do mundo (ABRAMOVAY et al., 2002; COSTA, 2017; SOUZA et al., 2012).

Vilaça (2016) destaca no município de Belém que concentra grande parte da população da RMB, uma seletividade em relação ao “tipo social” das vítimas de homicídios dolosos, com características coincidentes (jovens, do sexo masculino, solteiros, pardos/negros, de baixa escolaridade e oriundos das periferias da cidade), que em sua maioria foram mortes em via pública e com emprego de arma de fogo.

A Tabela 5 mostra o quantitativo de vítimas quanto à escolaridade. Verifica-se que, a maioria das vítimas de homicídio doloso ocorridos na RMB, tinha o ensino fundamental incompleto (84,42%), seguido pelos que apresentavam ensino superior completo (8,46%) e ensino fundamental completo (5,18%).

O diagnóstico de homicídios, Engel et al. (2015), aponta a evasão escolar no ensino médio como um fator de risco para o crime, tanto no Brasil como na Região Norte do país e em alguns municípios do Pará, todavia, o nível de escolaridade de 84,42% das vítimas na RMB refere ensino fundamental incompleto, de forma que o referencial desse indicador só serve de base para considerar a faixa etária com maior vulnerabilidade.

A educação é um componente-chave para a qualidade de vida da população juvenil, e deve ser observada como um fator de vulnerabilidade social, pois é considerada “um

instrumento para a elevação dos níveis de capital humano e para promover o bem-estar de jovens e adolescentes (ABROMOVAY et al., 2002).

Em relação ao quantitativo de vítimas de homicídios dolosos por ocupação, observa-se na Tabela 5 que, de 3.466 vítimas, 25,82% eram estudantes, 19,97% autônomos e 12,69% sem ocupação, o que implica em mais de 57% das vítimas, pelo que se denota o fator de vulnerabilidade social e econômica desses estratos da população, o que impacta segundo Procópio e Toyoshima (2017) no processo de desenvolvimento social e econômico do país.

Tabela 5: Percentual de Registros das Vítimas de Homicídio Doloso Ocorrido na Região Metropolitana de Belém - RMB, no Período de 2014 a 2017, por Sexo, Faixa Etária, Estado Civil, Escolaridade e Ocupação.

Variável	Categoria	Percentual
Sexo	Masculino	93,12
	Feminino	6,88
Faixa Etária	03 --15	0,75
	15 --28	54,78
	28 --40	31,18
	40 --52	10,16
	52 --64	2,61
	64 --77	0,52
Estado Civil	Solteiro	84,85
	União estável	8,49
	Casado	5,21
	Separado judicialmente	0,75
	Divorciado	0,51
	Viúvo	0,19
Escolaridade	E.F.I	84,42
	E.F.C	5,18
	E.M.I	0,18
	E.M.C	0,75
	E.S.I	0,51
	E.S.C	8,46
	Pós Graduação	0,50
Ocupação*	Estudante	25,82
	Autônomo	19,97
	Sem ocupação	12,69
	Ajudante de Pedreiro	10,33
	Pedreiro	7,53
	Moto Taxista	6,49
	Vendedor(a)	6,00
	Serviços gerais	4,92
	Motorista	3,59
	Comerciante	2,66

Nota: S.E.: Sem Escolaridade; E.F.I: Ensino Fundamental I (1ª a 4ª Série); E.F.II: Ensino Fundamental II (5ª a 8ª Série); E.M.: Ensino Médio Completo ou Incompleto; E.S.I.: Ensino Superior Incompleto; E.S.C.: Ensino Superior Completo; *Houve 127 Casos com Ausência de Informação quanto Faixa de Idade, 145 quanto ao Estado Civil, 128 quanto ao Grau de Escolaridade e

221 quanto a Ocupação da Vítima; A Variável com (*) Refere-se as dez maiores ocupações das Vítimas de Homicídio Doloso na RMB.

Em relação as três primeiras ocupações (estudantes, autônomos e sem ocupação) prepondera escolaridade de ensino fundamental incompleto (Tabela 5).

Conforme salienta Abromovay et al. (2002) a escassez de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade configura-se uma brutal perversidade, pois acentuada as vulnerabilidades sociais. Para Abromovay et al. (2002), a falta de acesso a determinados serviços (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de obtenção e aperfeiçoamento em relação a essas demandas que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades ofertadas pelo Estado, mercado e sociedade para ascensão social.

Procópio e Toyoshima (2017) ressaltam a importância da criação de novas oportunidades de empregos na contenção da delinquência. Existe um número crescente de pesquisas sobre violência que abordam fatores que explicam as causas dessa problemática homicida, ligada ao processo de juvenescimento da violência urbana na sociedade brasileira, que conforme assevera Saporì (2007), é a chave para que se compreenda a deterioração da ordem social, ligada dentre outros fatores a questão das armas de fogo, seu uso, sua posse e sua distribuição no Brasil, que devem merecer especial atenção do Governo (CERQUEIRA, 2014).

Aliado a esse fator as mortes violentas já se apresentam como a primeira causa de mortalidade no país entre adolescentes e jovens. No estudo de Cerqueira e Castro (2014) fatores socioeconômicos, demográficos, de justiça criminal e criminógenos foram analisados com base na literatura nacional e internacional, sendo destacado pelo autor, fatores como a expansão do comércio de drogas, a disponibilidade de armas de fogo, o acúmulo de vulnerabilidades sociais e a escassez da presença do estado que apresentam risco de causar ou potencializar os crimes de homicídio, mormente de jovens negros do sexo masculino até 25 anos de idade.

Chagas e Silva (2014), Chagas (2014) e Costa (2017) observam que fatores do contexto urbano, como aglomerações urbanas, periferação e exclusão social podem contribuir para o aumento da violência, e asseveram que, moradores de áreas pobres e com escassos serviços urbanos são os mais expostos a uma morte violenta, sendo destacado nos estudos alguns bairros do município de Belém com essa problemática.

Convém destacar Beato e Marinho (2007), que apontam um padrão de mortalidade extremamente elevado para homens, jovens e negros o que se coaduna com o perfil de indivíduos

vulneráveis no Brasil consignado no relatório do diagnóstico dos homicídios (ENGEL et al., 2015), dessa forma o crescimento da criminalidade estaria associado à juventude.

os negros (somatória de pretos e pardos, segundo o IBGE, Censo 2010) representam 50,7% da população do país e corresponderam a 72,0% das mortes, contra 26,0% de mortes de brancos e amarelos, num total de 50.715 mortes em 2013 com o campo raça/cor preenchidos. Os jovens com idade entre 15 e 29 anos estão no topo da pirâmide das mortes causadas por homicídio no país e o percentual de mortes dessa parcela da população chega a 52,9% do cômputo geral (dados do MS/Datasus) (ENGEL et al., 2015 p. 36).

No mesmo sentido, Procópio e Toyoshima (2017) destacam fatores associados à criminalidade violenta no Brasil, tendo como fator central os homicídios, que estão relacionadas as mortes de jovens do sexo masculino com idade até 25 anos. Para os autores o crime organizado e o mercado de drogas ilícitas contribuem para esse grave problema social e estão diretamente relacionadas a esses crimes. Por outro lado, destacam que a falta de oportunidades no mercado de trabalho impulsiona o ingresso de jovens no mundo do crime.

Conclusões

O perfil socioeconômico das vítimas de homicídios na RMB revelam o quanto à população jovem dessa região, assim como de todo o Brasil é vulnerável socioeconomicamente. Esse dano afeta toda à sociedade brasileira e o desenvolvimento econômico e social do país, que há décadas não atende de forma eficaz as demandas sociais.

Os dados desta pesquisa foram buscados para verificar o padrão característico de vítimas de homicídio na RMB, e assim compará-lo ao perfil do público vulnerável aos homicídios no Brasil, cujas características na quase totalidade são coincidentes.

Desse modo, observa-se que a violência letal na RMB não é aleatória, já que existe um público vulnerável a essa vitimização, em uma região que apresenta uma elevada taxa de homicídios do Estado. O resultado do estudo aponta que na grande maioria as vítimas tratam-se de indivíduos do sexo masculino, solteiros, com baixo nível de escolaridade (ensino fundamental incompleto) e em ocupações do mercado informal.

Denota-se pelos dados levantados em relação as vítimas que o acúmulo de vulnerabilidades sociais pode aumentar os índices de violência e criminalidade. Esse fator é apontado pela literatura e pelo diagnóstico de homicídios no Brasil como causa dessa mortalidade. Convém destacar, que o diagnóstico aponta os municípios de Belém e Ananindeua em situação de criticidade em relação a todas as causas e fatores potencializados para a criminalidade e para a ocorrência de homicídios.

Ademais, reitera-se a atenção para a necessidade de formulação de ações de prevenção

e controle sobre o crime aqui estudado e sua relação com a precariedade ou ausência de políticas públicas voltadas a jovens na faixa de 15 a 28 anos, sobretudo, com relação aos processos de educação e profissionalização para o mercado de trabalho formal como forma de observar a contenção dessas vulnerabilidades.

Esta pesquisa inicia um estudo nessa área, mas há a necessidade de aprofundamento para melhor compreender os fatores que influenciam sobre o agravamento das mortes de jovens na RMB.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G; PINHEIRO, L. C et al., **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

BEATO, C. MARINHO; F. C. **Padrões regionais de homicídio no Brasil**. In: Homicídios no Brasil. Cruz & Batitucci (org.). Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., Saraiva, 2013.

CARDOSO, F.L.M.G; CECCHETTO, F.R; CORREA, J.S; SOUZA, T.O. Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal. **Ciências e Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, Abr. 2016.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233- 269, 2004.

CERQUEIRA, D; CASTRO, D. R. de. **Causas e conseqüências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 196 p.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim amazônico de geografia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 186-203, 2014.

CHAGAS, C. A. N.; SILVA, C. N. A cartografia dos homicídios: A produção dos espaço e dinâmica dos territórios na região metropolitana de Belém-PA. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n.1, p. 186-204, 2014.

COSTA, T. B. A. **Fundamentos da análise geográfica da difusão espacial das mortes por agressão no espaço urbano de Belém-PA (2000-2012)**. Presidente Prudente, 2017. 261.f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. 2017.

ENGEL, C. L.; PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L. D.; LIMA, D. P. L.; ROMÃO, D. M. M. R.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; SANDRA FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. **Diagnóstico dos homicídios**

no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FAVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados:** modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** características da vitimização e do acesso à justiça. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2008. Acessado em 07.10.2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>

IBGE/SIDRA. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>>. Acesso em: 22/08/2018.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de Pesquisa.** 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26551>. Acesso em: 22/10/2018.

PARÁ. Lei Complementar Nº 072, de 20 de abril de 2010. Altera a Lei Nº 027, de 19 de outubro de 199 que Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências, introduz o inciso VI – Santa Izabel do Pará. **Diário Oficial do Estado** Nº 31.656, Belém, PA, 30.abr.2010.

PARÁ. Lei Complementar Nº 076, de 28 de dezembro de 2011. Altera a Lei Nº 072, de 20 de abril de 2010, insere o inciso VII- Castanhal e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado** Nº 33035, 31.656, Belém, PA, 21.dez.2015.

PROCÓPIO, D. P; TOYOSHIMA, S. H. Fatores Associados à Criminalidade Violenta no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 263-288, jul. 2017.
SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil:** desafios e perspectivas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed., rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2001.

SOUZA, E. R.; MELO, A. N.; SILVA, J. G. e; FRANCO, S. A.; ALAZRAQUI, M.; GONZÁLEZ-PÉREZ, G. J. **Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, Dez. 2012.

VILAÇA, Isabella Fonseca Torres. Vitimização por Homicídios: perfil socioeconômico e criminal das vítimas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Para. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Segurança Pública. Belém, 2016.

ARTIGO 3 – O PLANO PLURIANUAL COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO PARA CONTENÇÃO DA CRIMINALIDADE: uma observação sobre a Região Metropolitana de Belém

Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade Trindade¹⁵

Clay Anderson Nunes Chagas¹⁶

RESUMO

O Plano Plurianual consiste na principal ferramenta para a implementação do planejamento nas atividades governamentais, o qual assume o papel de coordenar as ações do governo. O presente artigo objetiva examinar a intersectorialidade em três gerações do planejamento público do Estado do Pará (quadriênios de 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019), partindo da análise de sua incorporação, por meio de programas de enfrentamento às drogas, aos homicídios dolosos e evasão escolar e os que contenham ações destinadas a jovens na faixa de 15 a 29 anos. Efetuou-se uma pesquisa qualitativa, com emprego das técnicas de análise de conteúdo dos dados extraídos dos sites das organizações pesquisadas. Verificou-se diferentes construções, em programas setoriais e intersectoriais, com prevalência de ações fragmentadas. Conclui-se que o trabalho de harmonizar a integração de ações articuladas encontra obstáculos técnicos, pois a implementação da gestão transversal como instrumento gerencial ainda é um desafio a ser vencido.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento público; Drogas; Homicídios; Evasão escolar; Integração de ações.

ABSTRACT

The multi-annual plan consists on the main tool for the implementation of the planned government activities and takes the role of coordinating government actions. This article aims to examine if there are intersectoral politics in three generations of public planning in the State of Pará (periods from 2008-2011; 2012-2015 and 2016-2019), regarding the prevention of drug consumption, homicides and school truancy, as well as actions with focus on youngster and young adults of age ranging from 15 to 29 years. A qualitative research was carried out using techniques of content analysis of data extracted from the websites of the organizations surveyed. It was identified the existence of different constructions in sectoral and intersectoral programs, with a predominance of fragmented actions. Therefore, can be concluded that the harmonization of joined policies faces technical obstacles, since the implementation of a transversal administration is still a challenge.

KEYWORDS: Public planning; Drugs; Homicides; School Truancy; Joined Actions

¹⁵ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Delegada de Polícia Civil – Belém – Pará – Brasil. dpceugeniaandrea@gmail.com

¹⁶ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA) e Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

Introdução

Esta pesquisa pretende examinar a intersectorialidade em três gerações do planejamento público (Planos Plurianuais dos quadriênios de 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019), partindo de sua incorporação por meio dos programas públicos, no enfrentamento dos homicídios, drogas e evasão escolar, cujo público-alvo são jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, com o fim de verificar a implementação de políticas públicas integradas nas áreas de segurança pública, saúde, educação e outras.

A relevância da pesquisa justifica-se em razão do recrudescimento da violência homicida em nível local, pois o Pará e sua Capital Belém, no ano de 2014, apresentavam taxas entre 40,0 e 49,3 homicídios por cem mil habitantes, mormente em relação à população jovem na faixa de 15 a 28 anos na RMB. Esse fenômeno é constituído por uma diversidade de fatores no contexto urbano que são frequentemente negligenciados pelo Estado, além de macrocausas¹⁷ que tem levado ao agravamento da criminalidade não só em nossa região, mas em todo o país (ENGEL et al., 2015; COSTA, 2017).

Nesse contexto, para uma política pública mais participativa e efetiva em relação às demandas que impactam e agravam à criminalidade e que atravessam mais de uma dimensão da vida humana, sua incorporação no planejamento governamental brasileiro ocorreu como diretriz, a partir da construção do PPA 2003-2007 do Governo Federal, porém sendo escassos os estudos com relação a fragmentação e intersectorialização de políticas. (IPEA, 2009; RUA, 2014).

A dinâmica da violência e da criminalidade nas grandes cidades vem impondo aos governos estaduais medidas que proporcionem rápidas respostas para que o sentimento de medo generalizado não permeie o cotidiano da população, que tem sido levada a mudança de comportamento cada vez mais limitadoras de sua autonomia (SOUZA, 2008; FIGUEIRA, 2015).

O crescimento populacional acarreta demandas por políticas habitacionais, de trabalho, educação, saúde e segurança pública que não foram devidamente asseguradas pelo Estado, tanto por carência de recursos como pela burocracia do modelo de governo que privilegiou à prestação de serviços em detrimento da solução de problemas e adoção de medidas preventivas (CERQUEIRA, 2014).

¹⁷ **Macrocausas** de homicídios são aquelas consideradas, a partir da análise da literatura especializada, como as principais, dentro do elenco das que podem ser concebidas como motivos para o crime de homicídio. São elas: a) *fatores transversais* “aqueles que apresentam risco de causar homicídios ou potencializar a sua concretização”; b) gangues e drogas; c) violência patrimonial; d) violência interpessoal; e) violência doméstica; f) conflitos entre sociedade civil; e g) policiais e escassez de presença do Estado (ENGEL, 2015, p. 15).

Causas e fatores que possuem influencia na criminalidade segundo Beato (2012), Procópio e Toyoshima (2017) e Engel et al., (2015), precisam ser racionalizadas e dimensionadas dentro do planejamento público.

Neste diapasão, uma das lições mais basilares de qualquer processo de administração é que qualquer ação deve ser precedida de um exercício de planejamento, que como assevera Maximiano (2006), representa elaboração de uma estratégia a ser colocada em prática, *in casu*, referenciando a relação governo x sociedade. O planejamento, nesse contexto, é de suma importância para a eficiência do Estado, na alocação e composição de esforços para a distribuição de bens e serviços públicos, assegurando a melhoria do bem-estar da população (JANUZZI, 2011).

A literatura dispõe de inúmeras teorias de planejamento Drucker (1977), Kotler (1992), modelos e formulação de estratégias, mas neste trabalho, será abordado como uma ferramenta de gestão estratégica, orientada a identificar demandas da sociedade e planejar o desenvolvimento das ações a serem executadas mediante um processo de priorização e alinhamento, orientando à administração pública para resultados.

No caso das agendas públicas, para a consecução de políticas que visem a proteção e promoção de direitos aos cidadãos, o Estado brasileiro tem processos de organização administrativa em que um dos principais instrumentos da gestão é o Planejamento Plurianual (PPA), previsto de forma inovadora pela constituinte de 1988, o qual estabelece as ações por um quadriênio.

No que diz respeito à política de segurança pública, Rua (2014) destaca que esta envolve aspectos sociais, econômicos, culturais, mas carece de um tratamento baseado na integração dos esforços de educação, saúde, trabalho, assistência social, limitando-se à repressão. Para Rua (2014) uma característica recorrente é que mesmo as demandas da sociedade que impliquem na articulação e cooperação entre instituições setoriais, ocorre uma rigidez no que diz respeito a demarcação das áreas de atuação de cada uma delas, de forma que na visão da autora a fragmentação setorial é um aspecto inerente as políticas públicas brasileiras.

A busca por políticas integradas de acordo com Martins (2006) envolve três dimensões. A primeira corresponde a integração horizontal que visa assegurar os objetivos individuais e as políticas desenvolvidas por várias unidades mediante mútuo reforço. A segunda é a integração vertical que objetiva assegurar que as práticas das agências, autoridades e órgãos autônomos, bem como os níveis subnacionais de governo se reforcem

mutuamente com os compromissos políticos mais amplos. A terceira é a integração temporal que visa evitar a descontinuidade das políticas e que elas sejam efetivadas ao longo do tempo e que as decisões de curto prazo não se oponham aos compromissos de longo prazo.

Para Martins (2006) as questões intersetoriais e transversais, dificilmente apresentam coerência devido o tratamento especializado na legislação e em diferentes áreas de governo. Nesse contexto, espera-se que gestores e planejadores sejam sensíveis ao objeto que envolve causas e fatores nos diversos campos temáticos e que procurem inserir em suas ações setoriais

Metodologia

A pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo, sendo efetuado um estudo bibliográfico e documental, que possibilitou dar um aporte teórico para o desenvolvimento do presente trabalho, objetivando conhecer por meio da literatura abordagens sobre instrumentos de planejamento público no Brasil e seu ciclo de gestão.

A coleta de dados foi iniciada com levantamento dos relatórios anuais de avaliação de programas dos PPA, a fim de compreender a dinâmica do planejamento público com relação as suas ações das áreas de segurança pública, educação e saúde. Com a análise documental observou-se fontes primárias como leis, guias, manuais e estratégias de elaboração dos Planos Plurianuais – PPA, no período de 2008-2011(recorte 2010-2011), 2012-2015 e 2016-2019 (recorte 2016-2017), do Estado do Pará, para identificar diretrizes da política quanto à intersetorialização e a articulação de ações para o enfrentamento aos homicídio, às drogas e a evasão escolar¹⁸, as quais foram obtidas nos sites das secretarias pesquisadas.

A pesquisa qualitativa foi realizada com base em técnicas de análise de conteúdo que consiste numa técnica de análise de dados utilizada com frequência no campo da administração (FLICK, 2009). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem por objetivo ultrapassar incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados, compreendo criticamente o conteúdo das comunicações (CHIZZOTTI, 2006).

O estudo foi feito com base no recorte geográfico da Região Metropolitana de Belém-RMB¹⁹, formada por 7 (sete) municípios, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa

¹⁸ De acordo com Silva e Araújo (2017) “várias formas de interpretação não permitem definir exatamente “evasão e abandono escolar”, dado os diferentes conceitos que dificultam o estudo das causas e dos princípios que podem resultar em alternativas objetivas para superar essa questão. Para fins deste estudo, entende-se por evasão escolar a situação em que o aluno desliga-se da escola (INEP, 1998).

¹⁹ Lei Complementar nº 072, de 20 de abril de 2010, publicada no DOE Nº 31.656, de 30/04/2010, altera a Lei nº 027, de 19 de outubro de 199 que Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências, introduz o inciso VI – Santa Izabel do Pará. Lei Complementar nº 076 de 28 de dezembro de 2011, altera a Lei Complementar nº 072/2010, insere inciso VII – Castanhal.

Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal, a qual está localizada as margens do Rio Guamá e da Baía do Guajará, com uma população de 2.275.032²⁰, habitantes, a qual sob o enfoque dos planejamentos plurianuais é tratada como Região Guajará e contempla os municípios de Santa Izabel e Castanhal, no âmbito da Região Guamá, em que pese o disposto nas Leis nº 072 de 20 de abril de 2010 e e 076 de 28 de dezembro de 2011.

Referencial Teórico

Os estudos de Garces e Silveira (2002), Souza (2008), Paulo (2010), Duarte (2013) e Fernandes (2015) foram suporte para abordar a função do PPA como instrumento de planejamento e gestão, a fim de compreender sua finalidade e disposição enquanto modelo de gestão pública. Rua (2014) e Brasil (2018) foram observados em relação ao ciclo de políticas públicas e programas públicos, e as etapas que compreendem seu processo, além da abordagem de fragmentação e rigidez no processo de articulação das políticas.

Com base nos estudos de Dufloth et al., (2008), Jannuzzi (2011) e Ferreira e Rigueira (2013), busca-se compreender a importância dos indicadores sociais no planejamento público e sua relevância para o monitoramento de políticas e programas públicos, com destaque para a importância de observar fontes de dados e métodos de coleta.

Reis e Lima (2015) foram observados em razão da abordagem do uso de indicadores sociais como instrumento de controle do princípio da eficiência. Para abordar o contexto de políticas intersetoriais, transversais e fragmentadas tomou-se por base alguns referenciais teóricos como Koga (2003), Maciel (2016), Brasil (2010; 2018), Silva (2011), Rua (2014), IPEA (2009; 2011) e Martins (2006).

Planejamento Governamental: O Plano Plurianual como Instrumento de Planejamento

O Planejamento Governamental é uma atividade permanente da administração pública e uma função de Estado prevista em vários artigos da Constituição Federal de 1988 (CF/88), para escolha das melhores estratégias de alocação de recursos públicos (BRASIL, 2018). Assim, inclui, além do Plano Plurianual (reproduzido nos estados, distrito federal e municípios), os planos nacionais, setoriais e regionais e a Lei Orçamentária Anual.

O Artigo 165, § 1º da CF/88 estabeleceu um conjunto de normas para regulamentar o processo de planejamento público, apoiado em 3 (três) instrumentos que integram as atividades de alocação de recursos e produção de bens e serviços: Plano Plurianual - PPA, Lei

²⁰ IBGE, CENSO (2010).

de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual -LOA (BRASIL, 1988). Assim, o PPA é uma forma de prestação de contas à sociedade dos resultados dos programas de governo que o compõem, o qual dispõe de um sistema de monitoramento, revisão e avaliação. Portanto, cabe aos Estados e a União promoverem a avaliação regular de seus programas e atividades (PAULO, 2010).

A metodologia de construção do PPA, sobretudo a adotada a partir de 2000²¹, introduziu o programa, como unidade de gestão com foco em resultados (o que ainda figura até os dias atuais), com o fim de integrar planejamento, orçamento e gestão. Isso representou um marco para o planejamento, pois as ações governamentais passaram a ser organizadas em função da resolução dos problemas e das demandas identificadas na sociedade (GARCES; SILVEIRA, 2002).

O Decreto Federal Nº 4.052/2001 estabeleceu a terminologia “**programa**” como sendo de uso restrito ao PPA, e o definiu como sendo o instrumento de organização da ação governamental, elaborado para resolver problemas/demanda social e avaliado via indicadores.

Duarte (2013) conceitua políticas públicas como programas de ação do poder público que visam assegurar direitos fundamentais, onde o Estado estrategicamente deve envolver a participação dos grupos interessados e seu aparato administrativo desde o planejamento até a alocação de recursos.

Portanto, o aprimoramento do controle social do Estado brasileiro passa a ser associado ao uso de indicador na administração pública, bem como o acesso crescente às informações mais estruturadas, tanto de natureza administrativa estatística, como no campo da tecnologia da informação e comunicação (JANUZZI, 2011).

Consoante os estudos de Dufloth et al., (2008) os indicadores sociais são utilizados para avaliação de políticas públicas, inclusive questões que envolvem violência e criminalidade, e devem proporcionar contribuições para tanto para a elaboração como para a avaliação de programas públicos.

Uma das grandes dificuldades na construção de indicadores na área da segurança pública tem a ver com a ampla desarticulação institucional dos órgãos que compõem o sistema de justiça criminal, composto pelo Poder Judiciário e Ministério Público, além dos órgãos de segurança ligados ao poder executivo, o que por sua vez gera dificuldades para que os governos estaduais encontrem condições para desenvolver um sistema integrado (BEATO;

²¹ Decreto 2.829, de outubro de 1998 estabelece normas para elaboração e execução do PPA e Orçamentos (**gerente/avaliação**), institui o programa como unidade de gestão com o fim de integrar planejamento, orçamento e gestão e, com isso, provoca reorganização do processo orçamentário.

REIS, 2009).

Enquanto recurso metodológico é importante refletir uma “visão sistêmica e integrada de todos os processos que irá envolver, para que sua implantação demonstre a lógica da estratégia, para que possam ser utilizados em suporte a tomada de decisão, incorporando as práticas de gestão em todos os níveis gerenciais”. (FERREIRA; RIGUEIRA, 2013, p. 75).

Assim uma das ferramentas fundamentais para o trabalho do gestor público na condução de suas atividades de planejamento é a utilização de indicadores para elaboração de diagnósticos setoriais e intersetoriais.

O caso do Pará

A Constituição Estadual do Pará de 1989 (CE/89) aderiu à “auto-organização do sistema político” e paralelamente “adotou o modelo de planejamento gerencial do Executivo Federal, baseado na Gestão por Resultados”, cujo processo não foi sedimentado, em que pese os esforços empreendidos para estimular uma cultura de monitoramento e avaliação dos setores de planejamento dos órgãos estaduais com o fim de avançar nessa prática (FERNANDES, 2015, p. 9-23).

Em 2010, o Poder Executivo buscou implantar o planejamento estratégico em suas organizações, contudo, embora o processo inicial de implantação do planejamento estratégico tenha partido das diretrizes do PPA, sua operacionalização ocorreu de forma separada do processo de elaboração do Plano (FERNANDES, 2015).

Por outro lado, os indicadores e metas formulados para o planejamento estratégico nem sempre coincidiam com os indicadores formulados no âmbito dos programas do PPA 2012-2015, de forma que o processo de implantação do Modelo de Gestão por Resultados e do Planejamento Estratégico, dificultou a compreensão e a operacionalização das atividades pelas organizações.

A previsão do PPA consta no artigo 204 da CE/89, cujo ciclo de gestão inicia com a elaboração do Plano, a partir das diretrizes estratégicas de governo, aprovadas por lei. Após são formulados programas, objetivos e definidas as metas²² para o período, bem como as ações destinadas ao alcance dos objetivos. Cada etapa (elaboração, execução, monitoramento, avaliação e revisão) representa uma fonte de orientação para o desenvolvimento das fases subsequentes do ciclo de gestão do PPA. A partir do PPA como instrumento de planejamento, busca-se examinar a incorporação da intersetorialidade nos programas de enfrentamento de

²² Meta: Constitui a medida de alcance do(s) objetivo(s), que fornecerá parâmetros para a realização esperada no período do Plano, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa (SEPLAN, 2016).

homicídios, drogas e evasão escolar no ensino médio.

“Transversalidade”: causas e efeitos em diversos campos de atuação da política pública

A aplicação da transversalidade implica em relações menos hierarquizadas e centralizadoras e mais adequadas ao modelo de gestão lateral, por meio do qual atores reúnem-se com interesse de cooperar para o alcance de um objetivo comum (BRASIL, 2010).

A implementação de uma política transversal está relacionada ao nível de percepção compartilhada da interdependência dos gestores, (IPEA, 2009).

A intersetorialidade envolve atuação conjunta para atingir objetivo já posto, enquanto a transversalidade corresponde à introdução de linhas de trabalho não atendidas anteriormente, sendo possível reunir esforços e cooperação intra e interorganizacional, sem recorrer a uma estratégia transversal (SILVA, 2011).

A intersetorialidade como observa Koga (2003), é uma atributo necessário ao processo de intervenção, sendo um desafio para equipes técnicas que buscam um trabalho conjunto com perspectiva de inclusão social. Consiste em reconhecer visão integrada de problemas sociais e de suas soluções integradas, já que a complexidade da realidade social não se limita no campo de uma única política (MACIEL, 2016).

Rua (2014) aponta vários fatores impeditivos da intersetorialidade nas diferentes agências (ministérios e secretarias), que vão desde a **demarcação de áreas de cada uma delas**, favorecendo “competição interburocrática”, até o emperramento das **políticas que em regra são fragmentadas em áreas de domínio de cada agência**. Ao buscarem uma convivência pacífica acabam por **estabelecer superposições** que levam à **baixa racionalidade** e ao **desperdício de recursos**.

Martins (2006) destaca que a fragmentação de políticas e programas públicos está relacionada a falta de **integração** (políticas que apoiem umas às outras), **coerência** (processo sistematizado de ações que se reforcem reciprocamente), **coordenação** (sistemas institucionais e gerenciais trabalhando juntos de forma intercambiável) e **consistência** (políticas individuais não devem ser contraditórias). No caso em estudo, parte-se da análise da incorporação da intersetorialidade das políticas públicas pelos instrumentos legais e administrativos que dispõem acerca do PPA.

Resultados e Discussões

Análise dos programas públicos do PPA 2008-2011 (recorte 2010-2011)

A Lei 7.077, de 28 de dezembro de 2007, sobre o **PPA 2008-2011**, previu a pactuação dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal para conciliação de interesses, mediante consentimento voltado a uma política compartilhada e articulada de desenvolvimento regional.

Esse Plano refere prioridade ao atendimento à população de jovens na faixa de 18 à 29 anos, todavia, não fez alusão à inclusão de políticas transversais como diretriz de governo. (PARÁ, 2007). Não contou com avaliação nos exercícios de 2008 e 2009, sendo observado em relação ao período de **2010-2011**. Foram identificados **5 (cinco) programas**, destinados à proteção social, saúde, segurança pública, educação, esporte e lazer, e políticas de desenvolvimento econômico e meio ambiente, estas com ações na área de trabalho. As ações da **Segurança Pública** foram realizadas por meio de 8 (oito) programas, todavia, somente **3 (três)** destinam-se as ações para redução da violência e violação aos direitos humanos.

Dentre os 5 (cinco) programas selecionados, 02 (dois) são destinados a jovens de 15 a 29 anos, sendo um na área de assistência social e outro na área de desenvolvimento econômico e meio ambiente, 02 (dois) estão na área da segurança pública, que contemplam as políticas sociais, com previsão de ações integradas, e 01 (um) na área da educação.

QUADRO 1 – PROGRAMAS PLURIANUAS (PPA-PARÁ), NO QUADRIÊNIO 2008-2011

PPA 2008-2011				
ÁREA	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
PROGRAMA	Pará, Território da Juventude			
OBJETIVO	Garantir acesso do direito social do jovem (15 A 29 anos), com ações de governo articuladas e integradas para à formação profissional para o mercado de trabalho e desenvolvimento integral, por meio de atividades de cultura, esporte, meio ambiente e inclusão digital			
INDICADORES	META	RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
Taxa de atendimento efetivo de jovens de 15 a 29 anos	Não prevista	Não Aferido	SEAS, SEDUC e UEPA	A avaliação do programa foi de cunho setorial e apenas contou com ações da SEDUC, sendo consignado que contribuíram para elevar a escolaridade dos jovens, mesmo sem aferição do indicador. As ações também não contaram com metas. A construção dos indicadores e ações não mostram uma visão integrada de problemas sociais e como seriam executadas.
ÁREA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE			
PROGRAMA	Bolsa Trabalho			
OBJETIVO	Oportunizar o acesso de jovens (18 a 29 anos) de baixa renda, ao mundo do trabalho, preferencialmente os inseridos no Programa Bolsa Trabalho, desempregados, residentes no Pará, que possuam no mínimo 05 anos de escolaridade, com ênfase àqueles que estejam concluindo o ensino médio ou que o tenham concluído há no máximo 02 anos e que não estejam cursando ensino superior			
INDICADORES	META	RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
Taxa de Qualificação	100	195,50%	SETER, ASIPAG, FDE,	A avaliação do programa foi de cunho setorial. O programa dispôs de um

Profissional			SEPOF e SEOP	indicador de um único órgão executor. Prevalência de ações setoriais.
Taxa de Participação de Trabalhadores	149,12	90,80%	SETER, ASIPAG, FDE, SEPOF e SEOP	
ÁREA	SEGURANÇA PÚBLICA			
PROGRAMA	Segurança para Todas e Todos			
OBJETIVO	Oferecer à sociedade paraense um ambiente seguro, reduzindo o medo e os índices de violência			
INDICADORES	META	RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
Taxa de crimes violentos com vítima fatal	73.09	63,1 Redução de 12% na RMB	SEGUP, CPC, CBM, DETRAN, PC, PM, IMEP, PGE, SECOM e SEOP	Pelo relatório de avaliação não se vislumbram ações intersetoriais de mútuo reforço para o alcance do objetivo comum do programa, sendo as ações mais direcionadas a ações repressivas.
Taxa de crimes violentos sem vítima fatal	8.201	4.845	SEGUP, CPC, CBM, DETRAN, PC, PM, IMEP, PGE, SECOM e SEOP	As ações verificadas no âmbito da Segurança Pública não estão dispostas por municípios, assim como o número de atendimentos ao público. Portanto, não há como destacar individualmente as ações no âmbito da RMB. O indicador expressa atividade de natureza policial
PROGRAMA	Segurança e Direitos Humanos			
OBJETIVO	Proporcionar segurança à sociedade paraense, a partir do enfrentamento de infrações que atentem contra a violação de direitos humanos, em especial no que se refere a grupos vulneráveis (mulheres, idosos, crianças e adolescentes e GLBT)TT)			
INDICADORES	META	RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
Taxa de Incidência de Infrações Ambientais e Agrárias nos municípios	12,98	Não Aferido	PC, PM, CPC e SEGUP	Os dados da avaliação não mostram o caráter articulado e intersetorial entre os órgãos do SIEDS, embora sejam citadas ações para atender o público alvo deste objetivo, sem contudo, qualquer relação com o objetivo.
ÁREA	EDUCAÇÃO			
PROGRAMA	Educação pública de qualidade para todos			
OBJETIVO	Garantir acesso do direito social do jovem (15 A 29 ANOS), com ações de governo articuladas e integradas para à formação profissional para o mercado de trabalho e desenvolvimento integral, por meio de atividades de cultura, esporte, meio ambiente e inclusão digital			
INDICADORES	META	RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
Sem indicador referente a presente investigação (evasão escolar)	-	-	SEDUC, FCG e UEPA	o Programa conta com indicadores de infraestrutura e ações no âmbito da educação, não sendo observada da avaliação processo de articulação e coordenação

Fonte: Pará (2011)

Analisando exemplificativamente alguns aspectos dos programas, por força do exíguo espaço, temos o seguinte. O **indicador do Programa Pará, Território e Juventude** não foi mensurado não apresentou meta prevista para atendimento do público-alvo. Embora o programa tenha previsto ações intersetoriais, somente a SEDUC as efetuou, portanto, não se vislumbra na prática ações de mútuo apoio entre secretárias.

No **Programa Bolsa Trabalho** não houve avaliação de sistemas de cooperação técnica e parcerias, nem coordenação e organização entre os órgãos executores, sendo que

mesmo com o não atingimento da meta do indicador **Taxa de participação de trabalhadores**, considerou-se que alcançou o objetivo.

Ambos os programas contemplaram a RMB, porém os documentos consultados não permitem verificar ações de apoio de uma secretaria a outra (PARÁ, p. 282-284).

Os dados de indicadores e ações apontaram vários obstáculos à integração de políticas articuladas, sendo os objetivos desses dois programas abrangentes, o que poderia ter resultado numa coordenação intersetorial que envolve atuação conjunta para atingir a finalidade mediante uma articulação multisetorial.

Não foram apresentados por meio das avaliações setoriais mecanismos específicos de acompanhamento, para superação e melhoria dos indicadores. Nesse ensejo, dois aspectos da fragmentação intersetorial se apresentam pelas ausências de coerência e coordenação. **Ausência de coerência**, pela falta um processo sistematizado de ações que se reforcem reciprocamente nos diferentes órgãos, visando um melhor alcance de objetivos comuns. **Ausência de coordenação**, decorrente da avaliação setorial que revela os diversos sistemas institucionais e gerenciais não trabalham de forma interativa (MARTINS, 2006).

O Programa Segurança Para Todas e Todos, contou com dois indicadores para aferir crimes violentos: **Taxa de crimes violentos com vítima fatal por 100.000 habitantes** e **Taxa de crimes violentos sem vítima fatal**. A avaliação do programa aponta que as **ações articuladas no âmbito da segurança pública** apresentaram bons resultados, evidenciados pela redução da criminalidade, porém sem diagnóstico multisetorial (PARÁ 2011).

Os relatórios de avaliação do PPA 2008-2011 fazem referência que a geração de emprego e renda e ações destinadas à educação, saúde, cultura e cidadania, por meio de ações do Pró-Paz, contribuíram para a redução dos índices de criminalidade. Contudo, o processo avaliativo não mostra de que forma a “estratégia intersetorial” foi desenvolvida, já que neste programa temos consignadas ações no âmbito da segurança pública. Não se informa como se deu a estratégia de intervenção, nem a relação de causa e efeito entre a política colocada em prática e o problema alcançado.

O Programa Segurança e Direitos Humanos, voltado ao enfrentamento da violação de direitos humanos, foi executado por órgãos da Segurança Pública e não teve aferição de seu indicador. As ações deveriam ser executadas em rede, porém os relatórios avaliativos não informaram como foram executadas, depreendendo-se o caráter departamental e ausência de integração com outras políticas sociais. Embora tenha contemplado ações de **caráter transversal**, não foram previstas ações para serem desenvolvidas por vários órgãos ou

secretarias mediante mútuo reforço e sistema de cooperação para o alcance de um objetivo comum.

Os relatórios de avaliação não mostram articulação, mas práticas individuais de cada Secretaria, sem qualquer mensuração, pelo que se depreende ausência de mútuo reforço e a adoção de uma gestão transversal, que ultrapassam vários campos de análise e atuação dando um novo significado as atividades para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade das ações (MACIEL, 2016).

O Programa Educação Pública de Qualidade Para Todos não contou com indicador relacionado a evasão escolar no ensino médio. Na **área de Saúde e da Segurança Pública** nenhum programa voltado ao combate às drogas foi identificado.

Denota-se que o processo avaliação, de cunho quantitativo, foi efetuado por coordenadorias setoriais, que efetuaram a avaliação e julgaram as ações sem indicadores. Esses coordenadores também estão envolvidos na formulação e execução dos programas, pelo que resultou na perda da objetividade do processo avaliativo, ou seja, na ausência de racionalidade.

Em síntese, não houve intersetorialidade entre as áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação para enfrentamentos às drogas, aos homicídios e à evasão escolar no PPA 2008-2011. Embora se depreenda a utilização dos termos “política compartilhada e articulada”, cada uma dessas áreas de governo tem diretrizes com suas especificidades e não necessariamente se relacionam à intersetorialidade diante dos problemas que estão postos.

Não se observa a intersetorialidade como um requisito para implementação das políticas setoriais, que objetivem sua efetividade mediante o intercâmbio entre instituições governamentais.

Análise dos programas públicos do PPA 2012-2015

A Lei nº 7.595, de 28 de dezembro de 2011, que instituiu o PPA 2012-2015, previu o seu monitoramento e avaliação pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), sob a coordenação da Secretaria Especial de Gestão.

Convém assinalar que a “metodologia utilizada para a formulação do PPA contemplou o modelo de Gestão por Resultados” (PARA, 2011, p. 7), sendo que esse documento não adotou como diretriz as políticas transversais, mas **programas setoriais**, com previsão de políticas públicas **multisetoriais** no campo da educação, saúde, trabalho, assistência, cultura, esporte e lazer e infraestrutura.

Foram **identificados 7 (sete) Programas**, no escopo desta pesquisa, sendo os da **área de Segurança Pública e Defesa Social**, classificados como **Dimensão Social**, os da **área de Educação**, classificados como **Promoção Social** e os da **Saúde**, classificados como **Proteção e Desenvolvimento Social**.

Na área de **SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**, foram estabelecidos 5 (cinco) programas, dos quais 2 (dois) foram observados por contarem com ações integradas e intersetoriais para enfrentamento à criminalidade: **Segurança pela Paz** e **Pró-Paz por uma Cultura de Paz**.

QUADRO 2 – PROGRAMAS PLURIANUAS (PPA-PARÁ), NO QUADRIÊNIO 2012-2015

PPA 2012-2015							
ÁREA	Defesa Social e Segurança Pública						
DIMENSÃO	Social						
PROGRAMA	Segurança pela Paz						
OBJETIVO	Proporcionar à sociedade um ambiente seguro, por meio da redução dos índices de violência, de criminalidade e de risco coletivo, destinado à população do Estado						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2012	2013	2014	2015			
Taxa de crimes contra a pessoa/ Crimes por 100.000 hab/ SEGUP	963 (prevista)/ 946 (realizada)	941 (prevista)/ 980 (realizada)	920 (prevista)/ 956 (realizada)	900 (prevista)/ 986 (realizada)	Somente no ano de 2012 ficou abaixo da meta estipulada	CBM, SEDEC, CPC, DETRAN, FEAS, PM, PC, SEASTER, SEDOP, SEFA, SEGUP e SUSIPE	Avaliação destaca a necessidade de ações integradas, maior articulação com outras políticas sociais e setoriais e análise conjunta com programas de outras áreas. Indicadores de cunho setorial
Taxa de crimes contra o patrimônio/ crimes/100.000 hab/ SEGUP	2166 (prevista)/ 2524 (realizada)	2075 (prevista)/ 3163 (realizada)	1989 (prevista)/ 2991 (realizada)	1905 (prevista)/ 3248 (realizada)	Não apresenta redução em todo quadriênio		Não conclusão das ações definidas (conclusão do concurso público)
Índice de policiais militares por 100.000 hab/ Percentual/ PMPA	Não prevista	Não prevista	151 (prevista)/ 196 (realizada)	169 (prevista)/ 189 (realizada)	Atingiu a meta no último biênio		
ÁREA	Segurança Pública e Defesa Social						
DIMENSÃO	Social						
PROGRAMA	Pró-Paz por uma Cultura de Paz						
OBJETIVO	Promover ações de enfrentamento à violência por meio da disseminação da cultura de paz, destinado à população em situação de vulnerabilidade social.						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2012	2013	2014	2015			
Taxa de homicídio de adolescentes e jovens (12 a 29 anos)/ Homicídios/100000 adolescentes/ SISP	49,46 (prevista)/ 53,26 (realizada)	47,46 (prevista)/ 55,34 (realizada)	45,09 (prevista)/ 60,10 (realizada)	42,83 (prevista)/ 63,02 (realizada)	Indicador inconsistente de acordo com a avaliação	Casa Civil, CBM, CPC, DETRAN, FASEPA, FCG, FCP, FES, Fundação Santa Casa, Fundação Pró-Paz, NAC, PM, PC, SEASTER, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEGUP, SEJUDH, SEMAS e SESP	Avaliação destaca a necessidade de ações integradas, maior articulação com outras políticas sociais e setoriais e análise conjunta com outras áreas
Identificação de casos de abuso e exploração sexual no estado do Pará/ Percentual/ SEGUP	Não prevista	Não prevista	12,24 (prevista)/ -0,08 (realizada)	7,14 (prevista)/ 15,32 (realizada)	Indicador inconsistente de acordo com a avaliação. Não expressa redução dos casos de abuso e exploração sexual		Exclusão do Pro Jovem Urbano e do Pró Paz UIPP. Este último foi para o programa Segurança pela Paz, passando a ação para Implantação de Espaços Pró Paz Integrado

Taxa de incremento de pessoas atendidas pelo Programa Pró-Paz por uma Cultura de Paz/ Percentual/	Não prevista	Não prevista	15 (prevista)/ 3,97 (realizada)	20 (prevista)/ 10,98 (realizada)	Abaixo do esperado. Ações realizadas somente na RMB		Queda dos casos de abuso sexual. Este programa por força da Lei nº 8.096/2015 passou a contar com ações de Política Multissetorial a ser executada pela Fundação Pró-Paz
ÁREA	Educação						
PROGRAMA	Educação pública de qualidade						
DIMENSÃO	Promoção Social						
OBJETIVO	Assegurar educação básica de qualidade aos alunos visando a permanência no processo de formação escolar aos alunos da escola pública estadual						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2012	2013	2014	2015			
Taxa de distorção série-idade no ensino fundamental	42,73 (prevista)/ 42,80 (realizada)	42,01 (prevista)/ 41,00 (realizada)	41,30 (prevista)/ 41,43 (realizada)	40,61 (prevista)/ 40,85 (realizada)	Nos anos de 2014 e 2015 ficou abaixo da meta estipulada	SEDUC, SEAD, FGC, FUNDEB, SEDOP e UEPA	O programa contou com parceria público-privada, para atingimento de seu objetivo setorial. A RMB dispôs de 73% dos recursos orçamentários do programa e 39% das matrículas do estado na RMB
Taxa de distorção série-idade no ensino médio	58,53 (prevista)/ 58,15 (realizada)	53,15 (prevista)/ 57,50 (realizada)	53,86 (prevista)/ 56,40 (realizada)	51,67 (prevista)/ 55,35 (realizada)	Somente no ano de 2012 alcançou a meta estipulada		
Taxas de aprovação no ensino médio	70,99 (prevista)/ 67,94 (realizada)	73,13 (prevista)/ 67,88 (realizada)	75,33 (prevista)/ 69,20 (realizada)	77,60 (prevista)/ 69,60 (realizada)	Resultado inferior ao programado em todo o quadriênio		
Taxa de abandono no ensino médio	20,47 (prevista)/ 18,68 (realizada)	20,31 (prevista)/ 18,65 (realizada)	20,15 (prevista)/ 17,93 (realizada)	19,99 (prevista)/ 17,67 (realizada)	Resultado positivo em todo o quadriênio		
ÁREA	Trabalho, emprego e renda						
DIMENSÃO	Proteção e Desenvolvimento Social						
PROGRAMA	Bolsa Trabalho						
OBJETIVO	Ampliar o acesso e permanência dos jovens de 18 a 29 anos no mundo do trabalho						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2012	2013	2014	2015			
Taxa de Qualificação Profissional do Programa	100 (prevista)/ 50 (realizada)	100 (prevista)/ 84 (realizada)	100 (prevista)/ 0 (realizada)	100 (prevista)/ 0 (realizada)	Não alcançou a meta do quadriênio	SEASTER	A avaliação setorial: jovens são os mais atingidos pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e criminalidade. Necessário integrar programas e ações voltadas à promoção e inserção social dos jovens por meio do trabalho.
Taxa de Participação de Jovens Bolsistas inseridos no Mundo do Trabalho	30 (prevista)/ 48 (realizada)	30 (prevista)/ 18 (realizada)	35 (prevista)/ 3,97 (realizada)	40 (prevista)/ 0 (realizada)	Baixa execução das metas do programa		
PROGRAMA	Geração de trabalho, emprego e renda						
OBJETIVO	Promover ações que permitam a inserção de trabalhadores no mundo do trabalho para trabalhadores empregados e desempregados, a partir dos 16 anos						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2012	2013	2014	2015			
Incremento de novos empregos no mercado formal	0 (prevista)/ 3,80 (realizada)	0 (prevista)/ 2,80 (realizada)	5,30 (prevista)/ 1,60 (realizada)	6,80 (prevista)/ -59,90 (realizada)	Não alcançou a meta do quadriênio	SEASTER	Somente um órgão executor Sem ações de mútuo apoio e parcerias

Taxa de trabalhadores qualificados	10 (prevista)/ 46 (realizada)	20 (prevista)/ 10 (realizada)	30 (prevista)/ 11,70 (realizada)	30 (prevista)/ 2,29 (realizada)			privadas
ÁREA	Assistência Social						
DIMENSÃO	Proteção e Desenvolvimento Social						
PROGRAMA	Combate às Drogas						
OBJETIVO	Promover ações que fortaleçam o enfrentamento ao uso de drogas						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2012	2013	2014	2015			
Prisões efetuadas em decorrência do tráfico de drogas	3333 (prevista)/ 7976 (realizada)	3666 (prevista)/ 6964 (realizada)	4033 (prevista)/ 5001 (realizada)	4436 (prevista)/ 4915 (realizada)	A meta do quadriênio foi alcançada	SEASTER, PM, PC, FES, SEDOP, SEJUDH e SESPA	Conta com ações setoriais de três órgãos executores, todavia, as iniciativas não contam com diagnóstico conjunto para o planejamento e em regra tem cunho de parceria para palestra e discussão sem acompanhamento multidisciplinar do público alvo e das ações
Taxa de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	0,69 (prevista)/ 0 (realizada)	1 (prevista)/ 1 (realizada)	0,83 (prevista)/ 0,71 (realizada)	0,90 (prevista)/ 0,75 (realizada)	Não foram atingidas as metas do quadriênio		
Variação na realização de eventos pela SEJUDH	10 (prevista)/ 13 (realizada)	35 (prevista)/ 77 (realizada)	45 (prevista)/ 14 (realizada)	40 (prevista)/ 25 (realizada)	Alcançou a meta no primeiro biênio, mas ficou abaixo dela no segundo		
ÁREA	Direitos Humanos						
DIMENSÃO	Proteção e Desenvolvimento Social						
PROGRAMA	Pacto pelos Direitos Humanos						
OBJETIVO	Garantir direitos fundamentais ao cidadão em situação de vulnerabilidade social						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2012	2013	2014	2015			
Sem indicadores de referência para a presente investigação	-	-	-	-		CPC, DETRAN, FDDD, IMETRO, PM, SEASTER, PC, SEJUDH e SUSIPE	Destinado à emissão de documentos e proteção ao consumidor

A avaliação do programa **Segurança pela Paz** observou a necessidade de maior articulação com outras políticas sociais e setoriais e de análise conjunta com outras áreas (PARÁ, 2015). Neste Programa somente os órgãos da segurança contaram com ações setoriais e intersetoriais, porém a grande maioria demarcadas em suas áreas de atuação.

A exceção deu-se nas operações extraordinárias e nos grandes eventos (operação veraneio, operação semana santa) em que os órgãos do SIEDS e outros, bem como a logística fluvial e aérea, obedecem a planejamento e execução de ações conjuntas. No caso do processo de transporte aéreo, há também integração com a área da saúde. Porém não se observou no processo de avaliação do PPA metodologias de gestão intersetorial e transversal que capaz de gerar um sistema de articulação de políticas públicas de caráter contínuo e capaz de gerar a fragmentação de políticas que a própria avaliação do plano conclui como sendo de mútua dependência.

O **Programa Pró-Paz - Por Uma Cultura De Paz** foi redimensionado em 2013 e reestruturado pela Lei nº 8.096/2015, que o instituiu como uma política de estado, sob o nome

único de PróPaz, com a missão de unificar e integrar ações e programas sociais, evitando a pulverização de recursos e sobreposição de ações e programas.

Passou a ser responsável por gerir as ações multissetoriais voltadas à população em situação de vulnerabilidade social e enfrentamento à violência (PARÁ, 2014, 2015). Com essa política mirou-se a intersectorialização de ações para educação, cidadania e direitos humanos, combate às drogas, reinserção social, segurança pública, cidadania e outros, todavia, pela avaliação do PPA observa-se prevalência de ações em área demarcadas com perspectiva de integração.

A dimensão de **PROMOÇÃO SOCIAL** abrangeu objetivos setoriais vinculados às políticas públicas de educação básica e superior, cultura, esporte e de lazer. Nesta dimensão somente a área de educação foi observada, conforme a seguir.

O **Programa Educação Pública de Qualidade** contou com quatro indicadores (Quadro 2), sendo um deles destinado ao acompanhamento da evasão escolar.

Essa “**Taxa de abandono da rede estadual no ensino médio**” teve suas metas em todo período do plano alcançadas, mas ainda assim se apresentou bem acima da taxa nacional e regional. Este programa contou com ações de dois executores, direcionadas aos objetivos finalísticos da Educação (PARÁ, 2015).

Na dimensão da **PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, houve a abrangência de objetivos que visavam à garantia de direitos e redução da vulnerabilidade e risco social. Teve como pilares a saúde, assistência social, trabalho, emprego e renda e garantia de direitos humanos.

Os programas dessa dimensão buscaram alinhar estratégias para a rede de promoção social, segurança pública, desenvolvimento econômico, dentre outras, e de acordo com o processo avaliativo demonstraram a necessidade de desenvolver ainda mais a perspectiva do reconhecimento do “caráter transversal” para sua implementação. Portanto, a fragmentação é destacada pela própria avaliação do plano (PARÁ, 2015, p. 149).

No eixo da **Proteção e Desenvolvimento Social** identificamos 2 (dois) Programas destinados a jovens entre 15 à 29 anos: Bolsa Trabalho e Geração de Emprego e Renda. Outro programa contemplado foi o Combate às drogas.

O programa **Bolsa Trabalho** contou com dois indicadores que não foram mensurados. A avaliação do Programa concluiu sua importância para a faixa etária de 18-29 anos em razão da carência de políticas públicas voltada para à juventude (Quadro 2). Assina ainda, que para enfrentar esses desafios era necessário estabelecer ações que levassem em conta as

características, especificidades e a diversidade da juventude de forma integrada (PARÁ, 2015). Apesar da multiplicidade de causas citadas, não foram estabelecidas ações multissetoriais com novas práticas de gestão intersetorial embora essa visão tenha sido ampliada por meio da legislação que criou a multissetorialidade de ações como políticas de estado.

No programa **Geração de Trabalho, Emprego e Renda** não se observou ações intersetoriais articuladas e nem parcerias público-privada, o que revela sua atuação setorial e sem articulação intergovernamental (PARÁ, 2015).

Por fim, nesta etapa de análise, o programa **Combate às Drogas** mostrou a proliferação do crime em nosso território devido ao crescimento do número de prisões. Denota-se a incongruência do Programa com relação ao objetivo, ação, meta, público alvo e indicadores de forma antagônica.

O programa conta com ações educativas por meio do Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência – PROERD, e ações de saúde e outras, porém todas de cunho setorial, mostrando um sistema de centralização. O relatório de avaliação não contou com a forma de execução das ações e com informações sobre a articulação.

Denota-se ausência de racionalidade e coordenação pois os gerentes de programa deveriam trabalhar juntos criando um sistema multiagencial, porém não houve implementação da gestão transversal como instrumento de atuação

Nesse PPA, a fragmentação se mostrou constante, dadas as superposições destinadas à área de prevenção, sem racionalidade no processo de coordenação intersetorial e de aferição interinstitucional. Os indicadores de programas não deram conta de refletir os resultados obtidos e também não mostraram a articulação dos programas.

Análise dos programas públicos do PPA 2016-2019 (recorte 2016-2017)

A Lei nº 8.335, de 29 de dezembro de 2015 instituiu o PPA 2016-2019 de forma setorial e regionalizada, estabelecendo quatro dimensões em programas temáticos, contando com indicadores de processo e de resultado.

A ação governamental para a gestão de políticas públicas foi baseada em programas temáticos (PARÁ, 2016; 2017). Neste planejamento os indicadores de processos foram observados como instrumento para avaliação de desempenho dos programas temáticos, de forma regionalizada, sendo uma proposta metodológica nova. Porém, não houve dados regionalizados com margem de segurança aceitável, gerando discrepâncias nos resultados.

Baseou-se no Índice de Progresso Social (IPS) da Amazônia Brasileira de 2014 para mensurar os avanços sociais, tomando por base indicadores de resultado socioambientais regionalizados, os quais seriam aferidos no final do Plano. Objetivou a redução da pobreza e da desigualdade, sendo conveniente salientar que a inserção de políticas transversais não foi uma diretriz do Plano.

Dentro do proposto no trabalho foram **destacados 4 (quatro) Programas**, incluídos na dimensão **Inclusão Social**, sendo o da **área de Segurança Pública**, classificado como **Segurança Pública e Defesa Social**, o da **Educação**, como **Promoção Social**, o programa **Trabalho, Emprego e Renda**, na **Dimensão Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente** e o **Cidadania e Direitos Humanos**, na **Dimensão Proteção e Desenvolvimento Social**. O Programa Cidadania e Direitos Humanos contemplou ações intersetoriais.

QUADRO 3 – PROGRAMAS PLURIANUAS (PPA-PARÁ) - QUADRIÊNIO 2016-2019

PPA 2016-2019							
ÁREA	Segurança Pública e Defesa Social						
DIMENSÃO	Inclusão Social						
PROGRAMA	Segurança Pública						
OBJETIVO	Reduzir a violência e a criminalidade						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2016	2017	2018	2019			
Taxa de Identificação de Autoria de Procedimento (TIAP) Homicídio	24,0 (prevista)/ 26,10 (realizada)	27,0 (prevista)/ 24,0 (realizada)	30,0 (prevista)/ 38,0 (realizada)	33,0 (prevista)/ NA (realizada)	Atingiu a metas nos anos de 2016 e 2018	PC, SUSIPE, DETRAN	Demais órgãos do SIEDS como a PM e o CBM e não possuem indicadores, apenas ações no programa.
ÁREA	Direitos Humanos						
DIMENSÃO	Proteção e Desenvolvimento Social						
PROGRAMA	Cidadania e Direitos Humanos						
OBJETIVO	Promover os direitos humanos						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2016	2017	2018	2019			
Incremento do número de pessoas atendidas em ações de cultura de paz	10,0 (prevista)/ 20,75 (realizada)	10,0 (prevista)/ -13,0 (realizada)	10,0 (prevista)/ 38,80 (realizada)	10,0 (prevista)/ NA (realizada)	Atingiu a metas nos anos de 2016 e 2018	Fundação Pró-paz, SEJUDH, SUSIPE, PM e PC	A avaliação destaca a necessidade de ações integradas, maior articulação com outras políticas sociais e setoriais e análise conjunta deste programa com o de outras áreas
Índice de Reincidência dos Egressos da Fábrica Esperança	1,4 (prevista)/ 0,49 (realizada)	1,3 (prevista)/ - 1,94 (realizada)	1,0 (prevista)/ 2,19 (realizada)	0,5 (prevista)/ NA (realizada)	Ficou abaixo da meta em 2016 e 2017		Em 2017 o indicador foi substituído por Percentual de Migrantes identificados e atendidos pela REDE, o qual não atingiu a meta prevista. .Descontinuidade de aferição dos indicadores. Somente Pró-Paz, SUSIPE e SEJUDH figuram com indicadores, os demais somente com ações.
Percentual de pessoas em situação de tráfico e trabalho escravo identificado e atendido na rede	40,0 (prevista)/ 36,4 (realizada)	60,0 (prevista)/ -9,5 (realizada)	-	-	Abaixo do esperado na Região Guajará		

Percentual de Migrantes identificados e atendidos pela rede	-	-	60,0 (prevista)/ 51,85 (realizada)	80,0 (prevista)/ NA (realizada)			
Taxa de Cobertura das Ações de Capacitação dos Profissionais da Rede de Atenção aos Usuários de Drogas	100,0 (prevista)/ 40,0 (realizada)	Não previsto (prevista)/ 100,0 (realizada)	Não previsto (prevista)/ 20,0 (realizada)	Não prevista/ NA (realizada)			
ÁREA	Promoção Social						
PROGRAMA	Educação Básica						
DIMENSÃO	Proteção e Desenvolvimento Social						
OBJETIVO	Fortalecer a implementação de políticas públicas voltadas à redução do analfabetismo e a universalização da educação infantil em cooperação com os entes federados						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2016	2017	2018	2019			
Taxa de reprovação do ensino fundamental	21,3 (prevista)/ 14,43 (realizada)	18,9 (prevista)/ 14,53 (realizada)	17,7 (prevista)/ NA (realizada)	16,6 (prevista)/ NA (realizada)	Houve melhoria de desempenho do indicador nos anos de 2016 e 2017	SEDUC	O programa contou com parceria público-privada, para atingimento de seu objetivo setorial. 73% dos recursos foram aplicados na RMB e 39% das matrículas do estado na RMB
Taxa de reprovação do ensino médio	53,7 (prevista)/ 15,5(realizada)	47,7 (prevista)/ 16,83 (realizada)	44,07 (prevista)/ NA (realizada)	41,7 (prevista)/ NA (realizada)	Houve melhoria de desempenho do indicador nos anos de 2016 e 2017		
Taxa de abandono do ensino fundamental	7,4 (prevista)/ 6,8(realizada)	6,8 (prevista)/ 4,32(realizada)	6,0 (prevista)/ NA (realizada)	5,6 (prevista)/ NA (realizada)	Houve melhoria de desempenho do indicador nos anos de 2016 e 2017		
Taxa de abandono no ensino médio	17,9 (prevista)/14,1 2 (realizada)	16,4 (prevista)/ 11,85 (realizada)	15,1 (prevista)/ NA (realizada)	14,3 (prevista)/ NA (realizada)	Houve melhoria de desempenho do indicador nos anos de 2016 e 2017		
ÁREA	Assistência Social						
DIMENSÃO	Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente						
PROGRAMA	Trabalho, Emprego e Renda						
OBJETIVO	Fomentar a economia solidária e o empreendedorismo						
INDICADORES	META				RESULTADO	EXECUTORES	OBSERVAÇÃO
	2016	2017	2018	2019			
Incremento do emprego formal de jovens de 18 a 29 anos	0,3 (prevista)/ -8,60 (realizada)	0,5 (prevista)/ 0,91 (realizada)	0,7 (prevista)/ -4,38 (realizada)	10,0 (prevista)/ NA (realizada)	Alcançou a meta apenas no ano de 2017	SEASTER	Jovens são os mais atingidos pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade. Necessário integrar programas e ações voltadas à promoção e inserção social dos jovens por meio do trabalho.
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores encaminhados ao mercado de trabalho	12 (prevista)/ 20 (realizada)	17 (prevista)/ 15,9 (realizada)	22,0 (prevista)/ 12,30 (realizada)	27,0 (prevista)/ NA (realizada)	Baixa execução das metas do programa. Somente em 2016 alcançou a meta		

Na dimensão **PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, o programa **Cidadania e Direitos Humanos**, contou com quatro indicadores. Percebeu-se que nessa temática o Programa praticamente contou com ações da SEJUDH e das polícias, não havendo direcionamento pelo Programa Pró-Paz quanto às ações integradas para esse eixo.

Percebe-se a ampliação da compartimentação de ações e fragmentação nas políticas que deveriam ser de mútuo reforço por parte das secretarias. Ademais, o Plano não contou com definição de público-alvo na quase totalidade dos objetivos, sendo apenas indicado por meio de uma ou outra ação, a população a ser atendida. Na área da **Saúde** não identificamos ações para combate às drogas.

No que tange à dimensão **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE**, houve o programa **Trabalho, Emprego e Renda**, em que verificou-se execução apenas pela SEASTER e sem parcerias público-privadas, tendo caráter eminentemente setorial, contando com estrutura diminuta de apoio tanto no nível estadual quanto no federal. Não houve, portanto, coordenação entre secretarias.

Já no que concerne à dimensão **SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**, o programa **Segurança Pública**, teve avaliação de indicadores de processos vinculados à prestação de serviços pelos órgãos, porém somente a Polícia Civil apresentou indicadores, no âmbito do objeto desta pesquisa, não sendo possível verificar a como se dá a articulação de ações entre os órgãos do Sistema de Segurança, em que pese referir-se a um sistema baseado em gestão por resultados. O Programa não mostrou coordenação e acompanhamento de tarefas de forma intersetorializada, as quais estavam sob domínio dos órgãos. Quanto ao Pró-Paz, resumiu-se a implantação de UIPP enquanto perspectiva setorial com a Segurança Pública.

Na dimensão da **PROMOÇÃO SOCIAL**, houve o programa **Educação Básica**, que foi eminentemente setorial e contou com ações desenvolvidas no âmbito da SEDUC.

Esse PPA dimensionou como inclusão social as “políticas transversais”, todavia utilizou o termo com impropriedade técnica na maioria das avaliações, já que grande parte das ações mostraram-se de cunho socioassistenciais e de promoção social (ligadas à saúde, educação, esporte lazer).

A fragmentação e descontinuidade de ações e indicadores foi um dado marcante nesse planejamento. Outro ponto observado a partir dos indicadores de processo foi o descompasso entre oferta e demanda, mormente em relação ao Programa Trabalho, Emprego e Renda, onde as políticas foram pensadas a partir da oferta.

Pelos instrumentos de avaliação observados e utilizados podemos afirmar que os indicadores e procedimentos em grande parte são inadequados e precários e os mecanismos de controle social absolutamente incipientes ou inexistentes, sendo necessário melhor alinhamento entre os objetivos dos programas, seus, indicadores, metas e ações, para se

perceber se há uma perspectiva de atuação intersetorial que norteie a realização de ações.

A síntese das ações observadas na série temporal dos planejamentos anuais, mostram que apenas o combate a droga conta com ações interssetoriais articuladas. No que diz respeito aos homicídios, percebe-se ações em seis programas de caráter integrado e em parceria. Quanto a evasão escolar também se evidencia ações setoriais com parceria público-privada. Em relação aos programas voltados para jovens entre 15 a 29 anos tem-se a prevalência de ações setoriais em parceria e com integração de ações. Todavia, esses programas possuem perspectivas de integração e articulação, dentro de um modelo vertical e hierárquico diverso da gestão intersetorial e transversal que exigem um modelo sistematizado de ações intercambial visando o atingimento de objetos comuns, mediante cooperação intra e inter-organizações.

Os dados observados nas avaliações dos PPA apontam que o Pará tem tradição de construção de planejamentos verticais, portanto hierarquizados, diferentemente de uma gestão horizontal, que têm como corolários, a cooperação e a construção conjunta (quadro 4).

Quadro 4: Avaliação das ações dos PPA's 2008-2011; 2012-2015 e 2016-2019.

Categorias Iniciais	Jovens de 15 a 29 anos	Homicídio	Drogas	Evasão escolar
Ações focais	-	-	-	-
Ações integradas e em parcerias	-	2	-	1
Ações interssetoriais	-	-	1	
Ações setoriais	2	2		1
Ações setoriais e em parceira	1	1	2	2
Ações integradas e articuladas	1	1	-	-
Total	4	6	3	4

Fonte: Elaboração dos autores.

Em razão dos planejamentos convém salientar que por meio da Lei nº 6.836 de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei nº 8.327 de 22 de dezembro de 2015, foi instituído no Pará, o Mapa da Exclusão Social, que consiste num diagnóstico da exclusão social no Estado (PARÁ, 2006; PARÁ, 2015). Tal ferramenta foi instituída com o fim verificar a efetividade das ações governamentais, com a produção de um diagnóstico da “realidade social” paraense, observando a execução do PPA e seus resultados como referência (REIS; LIMA, 2015).

Essa guinada procedimental foi idealizada para que o Mapa assumisse papel-chave como objeto de análise, posto que antes dessa legislação, a execução do PPA não contava com um instrumento de controle de eficiência, princípio constitucional exigido em toda e qualquer

atividade pública.

Assim surgiu um processo para a avaliação de políticas, por meio de indicadores sociais que apontam se os resultados obtidos com as ações governamentais trouxeram benefício à população, observando-se aspectos da realidade social. Não obstante tal medida, de fato, o Mapa tornou-se inviável como parâmetro, por questões de temporalidade até o ano de 2015, quando foi reformulado e aperfeiçoado em relação aos indicadores previstos na lei que o instituiu e o alterou (PARÁ, 2006; 2015).

Até 2015 o Mapa fazia parte da prestação de contas do PPA, contudo, em 2016, essa obrigatoriedade deixou de existir. Para entender o processo que mostra em três gerações alguns aspectos da fragmentação da política pública no Estado do Pará, quanto a descontinuidade e consistência visualizamos a título de exemplo o indicador evasão escolar.

Quadro 5: Comparativo dos Indicadores dos Programas Públicos Finalísticos dos PPA 2008-2011 (recorte 2010-2011), PPA 2012-2015 e PPA 2016-2019 (recorte 2006-2017) do Estado do Pará, da área de educação, com disposição de metas de melhoria e resultado alcançado em relação ao esperado.

FONTE: ¹ PPA 2008 – 2011, ²Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, Exercício 2012;

ÁREA SUBÁREA	PLANO PLURIANUAL 2010-2011 ¹					PLANO PLURIANUAL 2012-2015 ²													PLANO PLURIANUAL 2016-2019 ^{3*}									
	PROGRAMA	INDICADOR	Índice esperado		STATUS	PROGRAMA	INDICADOR	2012			2013			2014			2015			PROGRAMA	INDICADOR	2016						
			2010	2011				ÍNDICE REF.	PREV	REALIZ	MELHOR	PREV	REALIZ	MELHOR	PREV	REALIZ	MELHOR	PREV	REALIZ			MELHOR	ÍNDICE REF.	PREV	REALIZ	MELHOR		
Promoção Social Educação	Educação pública de qualidade para todos	Taxa de implantação de bibliotecas nas escolas da rede estadual	25	25		Promoção Social Educação	Educação pública de qualidade para todos	Taxa de abandono da rede estadual do ensino médio	20,80	20,47	18,68	↑	20,31	18,65	↑	20,15	17,93	↑	19,99	17,67	↑	Inclusão Social Educação	Educação Básica	Taxa de abandono do ensino médio	18,81	17,87	14,10	↑
		Taxa de servidores do magistério básico com formação contínua	21,73	22				Taxa de aprovação da rede estadual no ensino médio	66,90	70,99	67,94	↓	73,13	67,88	↓	75,33	69,20	↓	77,60	69,60	↓			Taxa de abandono no ensino fundamental	7,78	7,40	6,80	↑
		Taxa de unidades escolares construídas da rede estadual	25	25	NA			Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino fundamental	44,20	42,73	42,08	↑	42,01	41,00	↑	41,30	41,43	↓	40,61	40,85	↓			Taxa de reprovação do ensino médio	59,66	53,70	15,50	↑
		Taxa de unidades escolares reformadas da rede estadual	15,9	16				Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino médio	63,60	58,53	58,15	↑	53,15	57,50	↓	53,86	56,40	↓	51,67	55,35	↓			Taxa de reprovação no ensino fundamental	23,65	21,30	14,40	↑

Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015.vol.1, Exercício 2016; ³Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, vol.1, Exercício 2017.

LEGENDA: Seta verde: indicador positivo; Seta vermelha: indicador negativo; NA: Não aferido pelo mapa da exclusão social.

Os dados observados (quadro 5) mostram que o PPA do 1º período (2010-2011) não acompanhava dados inerentes a evasão escolar no ensino médio, embora esta questão se apresentasse como um problema. Não se atendeu as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no referido PPA (PARÁ, 2011).

O mesmo ocorreu quanto ao disposto no artigo 5º, *caput*, que exigia que o projeto da LOA fosse integrado por um anexo das metas sociais, o qual conteria as metas de melhoria dos indicadores sociais previstos no Mapa a serem alcançadas no ano subsequente (com previsão das ações), para a sua realização e a avaliação do cumprimento do estabelecido para o ano anterior (PARÁ, 2011; 2013). Os indicadores sociais do Mapa até o ano de 2015 não acompanhavam a evasão escolar do ensino médio.

No segundo período observado, PPA 2012-2015, o Programa “Educação Pública de Qualidade para Todos” continuou e nele foram contemplados o acompanhamento quatro indicadores. A avaliação com base no desempenho dos programas não contemplou indicadores de resultados e as metas foram dispostas de maneira idêntica para todas as regiões do Estado (Quadro 5; PARÁ, 2011).

No terceiro período de análise, PPA 2016-2019 (recorte em 2016-2017), o planejamento público inova e por meio do artigo 6º da Lei nº 8.335 de 29 de dezembro de 2015, que o aprovou, instituiu indicadores de processo²³ e de resultados²⁴. No Programa Educação, dispôs de quatro indicadores de processos (Quadro 5).

Com o advento da Lei nº 8.327/2015, que altera o Mapa da Exclusão Social, o indicador Taxa de Abandono passou a ser contemplado para fins de diagnóstico da realidade social do Estado, expressando, portanto, os benefícios decorrentes da política empregada. São indicadores de resultado nesse PPA: acesso ao ensino médio (Mapa de Exclusão Social) e qualidade da educação, (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB).

Em suma, depreende-se da análise do resultado da avaliação do indicador dos Programas “Educação Pública de Qualidade” e “Educação” (quadro 5) que nos três períodos observados, somente o segundo (2012-2015) e o terceiro (2016-2017) contemplam o indicador abandono escolar no ensino médio, computado para fins de evasão.

Conclusões

O estudo mostra que as três gerações da política pública no Estado do Pará não trouxeram como diretriz a transversalidade e intersetorialidade de políticas públicas e nem mesmo um modelo de gestão transversal, sendo essa terminologia comumente utilizada de

²³ Indicadores de Processo: Alinham-se às dimensões tática e/ou operacional do Plano e são apurados com periodicidade de um ano. Medem o nível de utilização dos insumos alocados, representando os resultados de ações mais específicas (PARÁ, 2015).

²⁴ Indicadores de resultado: De composição mais setorializada, e são apurados em períodos igual ou superior a um ano. Alinham-se às dimensões estratégicas ou táticas do plano e expressam, direta ou indiretamente, os benefícios no público-alvo decorrentes das ações empreendidas, analisadas regionalmente (PARÁ, 2015).

forma inapropriada no planejamento público para dimensionar todas as políticas de inclusão social, o que enfraquece o conceito de transversalidade.

Os PPA's também não adotaram intersectorialidade de políticas ou articulação intergovernamental para fins de descentralização de programas específicos voltados às políticas públicas de prevenção e repressão ao crime, combate as drogas e evasão escolar num formato interagências, que levasse a atuação multisetorial dos gestores, mediante um trabalho conjunto com impacto social mais abrangente.

Dessa forma, as políticas de segurança pública, educação e saúde aqui observadas carecem de um tratamento baseado na intersectorialidade, seus programas se concentram em objetivos individuais, dada a própria estrutura do plano com prevalência de programa temáticos e gestão verticalizada.

Em que pese termos programas destinados as questões transversais, o processo avaliativo dá-se de forma equivocada e inapropriada, sem análise conjunta e coordenada de temas transversais. Quanto ao processo de intersectorialização e gestão transversal, mesmo dispondo da lei, o Pró-Paz, com a missão de unificar e integrar ações e programas sociais, não implementou uma cultura transversal interagências, mediante um sistema de coordenação e método de gestão, para fins de articulação intergovernamental verticalizada.

Os processos derivados da gestão transversal quanto a atuação interdepartamental e horizontal, em alguns aspectos norteiam os técnicos do planejamento, porém a metodologia empregada não favoreceu o emprego da gestão intersectorial e transversal e parece longe de ser alcançada, estando mais próxima do processo fragmentado.

Outro ponto revelado pelo estudo é com relação a observação de dados e informações mais consistentes para a formulação e avaliação da qualidade dos indicadores de programas e até mesmo os de resultado. A carência de informações e aferição por meio de fontes oficiais federais e estaduais, com períodos de apuração de dados e metodologias diferentes, como ocorreu em relação ao Mapa da Exclusão Social, prejudicam sobremaneira a análise dos indicadores sociais da educação e fragilizam a eficácia do diagnóstico do Mapa e da correlação destes com outros fatores.

O descompasso desse processo levou à revisão da legislação que versa sobre o Mapa de Exclusão Social do Pará no ano de 2015, estabelecendo novos indicadores, fontes de coleta e prazos de aferição, pois os parâmetros da Lei de 2006 inviabilizaram o processo de avaliação ao tomar por base o PPA, que partir de 2016 passaram a ter como referência o IPS para fins de aferição de resultados das políticas.

Essa mudança de metodologia implicou em indicadores de níveis diferentes (PPA e Mapa da Exclusão) e fontes de coleta diversas (Secretaria de Estado de Educação e INEP), o que inviabiliza a análise agregada e desagregada de indicadores.

Os indicadores introduzidos pela Lei nº 8.327/2015 irão permitir uma análise de dados qualitativa em relação ao ensino, contudo é necessário que as fontes de referência sejam observadas para evitar dificuldade de comparabilidade por problemas inerentes à coleta de dados de fontes diferentes e com emprego de metodologia diversa, já que não se recomenda comparações entre dados com abrangência e metodologia diferentes estatisticamente.

Uma vez estabelecidos os indicadores a serem utilizados é necessário buscar fontes de dados e pesquisas, porém a combinação entre dados e estatísticas, oriundos de diferentes fontes não é tarefa fácil por questões de levantamento, registro e problemas sérios de comparabilidade.

As informações obtidas com indicadores têm várias aplicações e permitem subsidiar a tomada de decisões, o acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas e seus respectivos programas, desde que sejam consistentes.

De outra forma, indicadores criam situações de aprendizagem organizacional e nesse sentido, precisam estar associados a realidade de onde essas informações são extraídas e devem ser observadas como partes de um processo que é diferenciado para cada programa e que pode contribuir para melhoria da realidade social como um todo, daí a importância de serem verificados em seus marcos temporais (avaliação anual ou ao término da vigência do PPA), pois são ferramentas de gestão interligadas ao planejamento público e por meio deles temos referenciado o diagnóstico das políticas públicas.

Referências bibliográficas

BEATO, C. **Crime e Cidades**. (Coleção Segurança e Espaços Urbanos). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. DOU, nº 191-A, de 05.10.1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3640147/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-10-1988>. Acessado em: 11/08/2017.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Indicadores de programas**: guia metodológico. Brasília: MP, 2010.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de

Planejamento e Assuntos Econômicos. **Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. 3ª Edição. Brasília: MP, 2018.

BRASIL, **Decreto N° 2.829, de 29 de outubro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2829.htm. Acessado em: 11/11/2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 196 p. Acessado em 05.07.2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1922/2/Concurso0212_33_premiobndes_Doutorado_P.pdf

COSTA, T. B. A. **Fundamentos da análise geográfica da difusão espacial das mortes por agressão no espaço urbano de Belém-PA (2000-2012)**. Presidente Prudente, 2017. 261.f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/77197>. Acesso em: 01/12/2017.

CUNHA, C. G. S. da. **Avaliação de Políticas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS, p. 01-46, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>> Acessado em:12.12.2017.

DUARTE, C. S. O Ciclo das políticas públicas. *In*: SMANIO, G. P.;BERTOLIN, P. T. M (org.). **O Direito e as Políticas Públicas**. São Paulo: Atlas, 2013.

DRUCKER, P.F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Pioneira, 1977.

DUFLOTH; S.C. et al. **Indicadores de Segurança Pública para a Gestão de Políticas Públicas**: análise dos atributos de qualidade dos indicadores propostos nas perspectivas de organizações internacionais, do governo federal e de governos estaduais. In ANPAD, maio de 2008.

ENGEL, C. L. et al. **Diagnósticos dos Homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. 271 f. Brasília: Ministério da Justiça, Secretária Nacional de Segurança Pública, 2015.

FERNANDES, R.P. Modelo de gestão por resultados: uma tentativa de implantação no estado do Pará. *In* CONSAD de Gestão Pública, maio 2015.

FERREIRA, B. A.; RIGUEIRA, A. L. Os indicadores-chave de desempenho como aliados da análise criminal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 7, n. 2, p. 68-88 Ago/Set 2013.

FIGUEIRA, M. G. Proposta de uma matriz de indicadores para as ações de gesto de informação da SENASP. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 110-128. ago/set 2015. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/503/211>. Acessado em: 13.08.2017

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3a ed São Paulo: Artmed, 2009.

GARCES, A.; SILVEIRA, J. P. Gestão Pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**. ano 53, n. 4. p. 53-77, out/dez, 2002. Disponível em <[http://www.reformadagestaopublica.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/02-Garces53\(4\).pdf](http://www.reformadagestaopublica.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/02-Garces53(4).pdf)> Acessado em: 07.08.2017.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : IPEA, 2009.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Planejamento e Financiamento das Políticas de Igualdade Racial: possibilidades para o Plano Plurianual 2012-2015 nº 07**. Brasília. Mai/2011.

JANUZZI, P. de M. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. Planejamento e Políticas Públicas. n.36 jan/jul. 2011.

JANUZZI, P. de M. **A importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Público**. - Segurança, Justiça e Cidadania/Ministério da Justiça – Ano 3, n.5 (2011), Brasília: Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2011.

KOTLER , P. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

KOGA, D. **Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais**. Disponível em www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/.../14622 Acessado em 21.02.2019

MACIEL, H H M. Transversalidade E Intersetorialidade Das Políticas Públicas: Desafios Da Gestão Social. **In** I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. 2016. Disponível em: https://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20161128180325_st_06_heloisa_helena_mesquita_maciel.pdf. Acessado em 15.02.2019.

MARTINS, H.F. Políticas de Gestão Pública no Governo Lula. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**. v.5. mar/mai.2006.

MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração: 2ª. ed**. São Paulo: Atlas, 2006.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011**. Exercício 2012. v.1, Belém: SEPOF, 2013. Disponível em: https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa20082011/relatorio_de_avaliacao_dos_programas_2011.pdf. Acesso em: 18.05.2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015**. Exercício 2012. v.1, Belém: SEPOF, 2013. Disponível em:

https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa20122015/relatorio_avaliacao_programas_ppa_ano_2012_volume_i.pdf. Acesso em: 18.05.2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. Relatório de Avaliação de Programas - **Plano Plurianual 2016-2019 – Ano Base: 2016** .v.2 Belém: SEPLAN. Disponível em: https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_avaliacao_do_ppa_20162019_exercicio_2016_volume_i.pdf. Acesso em:18.05.2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015**. Exercício 2015/ Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. v.2, Belém: SEPLAN, 2016. Disponível em: https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_avaliacao_do_ppa_20162019_exercicio_2016_volume_ii.pdf. Acesso em: 20.05.2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019**. Exercício 2017/ Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. v.2. Belém: SEPLAN, 2017. Disponível em: https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa20162019/relatorio_avaliacao_volume_ii_1.pdf. Acesso em: 20.05.2018.

PARÁ. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Relatório e Parecer Prévio das Contas Anuais do Governo do Estado do Pará**. Exercício, 2011. Belém/Pa, 2012. Disponível em: http://www.tce.pa.gov.br/contasdegoverno/2011/ACG2011.relatorio_e_parecer_previo.pdf Acesso:05.06.2018

PARÁ. **Lei Estadual nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006**. Disponível em: <http://www.age.pa.gov.br/sites/default/files/lei-estadual-no-6832-de-13-de-fevereiro-de-2006.pdf> . Acessado em: 10.06.2018

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação de Programas - Plano Plurianual 2016-2019**. Ano Base: 2017. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. v.1, Belém: SEPLAN. Disponível em: https://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa20162019/relatorio_avaliacao_volume_i_1.pdf. Acesso: 05.06.2018

PARÁ. **Lei nº 8.335, de 29 de dezembro de 2015**. Publicado no Diário Oficial nº 33.067 de 15/02/2016.

PARÁ. **Lei nº 7.077, de 28 de dezembro de 2007**. Publicado no Diário Oficial, 2011.

PARÁ. **Lei ordinária nº8.327, de 22 de dezembro de 2015**. Diário Oficial do Estado, 2015. Disponível em: <http://ediario.ioepa.com.br/portal/visualizacoes/jornal/#/p:4/e:16057>.

PARÁ, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015**. Exercício 2012/ Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico. v.1 . Belém: SEPOF, 2013.

PAULO, L. F. A. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do**

Serviço Público, Brasília, p-171-187abr/jun, 2010. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/44/42>>. Acessado: 05.10.2017

PROCÓPIO, D. P; TOYOSHIMA, S. H. Fatores Associados à Criminalidade Violenta no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 263-288, jul. 2017.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

REIS, J. L. R. dos; LIMA I. L. Análise do Relatório do Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará dos anos de 2013 e 2014 à luz do princípio da eficiência. **Revista Eletrônica de Direito da Faculdade Estácio do Pará**. v.2, nº2.set.2015. Disponível em: <http://www.revistasfap.com/ojs3/index.php/direito/issue/view/9>. Acesso em: 15.06.2018.

SEPLAN. **Estratégia do Plano Plurianual 2012 - 2015**. Disponível em: <<http://www.seplan.pa.gov.br/ppa-2012-2015-0>> Acessado em: 12.12.2017.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TCE. **Relatório e parecer prévio das contas anuais do governo do estado do Pará exercício 2011**. Tribunal de Contas do Estado do Pará. – Belém: TCE/PA, 2011. Disponível em: www.tce.am.gov.br/portal/wp-content/uploads/contas_do_gov_%202011.pdf. Acesso em: 22.06.2018.

TCE. **Relatório e parecer prévio das contas anuais do governo do estado do Pará exercício 2012**. Tribunal de Contas do Estado do Pará. – Belém: TCE/PA, 2012. Disponível em: www.tce.am.gov.br/portal/wp-content/uploads/contas_do_gov_%202012.pdf. Acesso em: 22.06.2018.

CAPÍTULO III – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

CONCLUSÕES

O propósito desta dissertação fundamentou-se em produzir conhecimento sob a ótica dos instrumentos de planejamento público, especialmente o PPA, quanto a ação governamental responsável pela provisão de segurança pública, educação e saúde na RMB, com o fim de verificar por meio dos programas (ações, indicadores e metas), ações setoriais e ações conjugadas e/ou intersetoriais dessas três esferas, mediante uma coordenação intersetorial para fins de integração e articulação de ações.

Os resultados encontrados neste trabalho inferem ausência de integração de esforços nas áreas da saúde, educação e segurança pública, com prevalência de ações setoriais orientadas aos objetivos individuais desses órgãos, contudo algumas ações (serviços de orientação com palestras para prevenção do uso de drogas e atendimentos destinados aos usuários de álcool ou drogas) envolvendo mais de uma secretaria, mesmo que em caráter de descontinuidade são alocadas no campo temático (programa finalístico) de outra. Como exemplo, citamos a área da educação, que conta com palestras do PROERD, cuja iniciativa é da Política Militar.

De igual forma ocorre em relação à área da saúde que planeja ação de apoio aos usuários de drogas no âmbito da Secretária de Direitos Humanos, porém não há se percebe constância no curso das três gerações do PPA observados, e nem mesmo ampliação de outras políticas que envolvam essas três esferas.

Com relação a segurança pública, no primeiro PPA, o programa da segurança pública contou a participação de órgãos diversos, porém com ações de caráter setorial, com avaliação inexistente de indicadores de programas e também sem a avaliação de resultados, acerca das ações setoriais e intersetoriais, as quais, diga-se de passagem, sequer foram efetuadas no primeiro biênio do plano.

Ao mirar o processo avaliativo do PPA, constata-se a prevalência de ações setoriais, embora haja um programa (Pró-Paz) destinado a promover no âmbito do Estado uma articulação intergovernamental em nível sistêmico e integrado, pelo que se denota uma fragmentação das ações programáticas ainda mais acentuada no último plano plurianual (2016-2019). Portanto, a tendência à fragmentação só recrudescer.

O processo de avaliação observado nesta pesquisa pode revelar que essa fase do ciclo dos programas públicos não está sendo observada como um instrumento de gestão necessário

à retroalimentação do próprio ciclo, que poderia subsidiar correções e mudanças de estratégia no planejamento para fins de tomada de decisão.

Assim, põe-se em questão se a análise intersetorial (segurança, educação, saúde e outras áreas), se conjugadas e observadas por meio de indicadores de resultados, poderiam melhor dimensionar o entendimento do fenômeno e a influência dos resultados obtidos com as ações empreendidas pela política estadual.

O emprego de indicadores agregados poderia, se monitorados e avaliados conjuntamente ao ciclo de gestão do PPA, apontar melhor parâmetro para a atuação no campo da prevenção social e da segurança pública, nas vertentes de prevenção e repressão.

Compreender os fatores de risco que produzem e que estão associados à criminalidade e agir sobre eles, neste prisma, parece ser o caminho mais adequado para sairmos de uma política eminentemente repressiva e de eficiência limitada. Isso é absolutamente necessário, na medida em que os índices de criminalidade violenta na capital paraense e em seu entorno sofreram aumento significativo nos últimos anos, associados aos acúmulos de vulnerabilidades sociais.

A relação, por exemplo, entre o crime de homicídio com os fatores transversais que verificamos, se apresenta em situação de criticidade na RMB, sendo possível afirmar que os fatores de risco elencados na literatura observada, perfeitamente se encaixam no cenário observado na Região Metropolitana de Belém.

As amostras desta pesquisa, conjugadas com o diagnóstico dos homicídios no Brasil, que aponta as causas e fatores de risco da criminalidade, incidem numa perspectiva, que políticas públicas de educação, saúde, habitação, emprego, entre outras, poderiam influir no curso do crime, havendo, portanto, uma sobreposição entre essas políticas e as políticas de segurança pública.

Estas precisam ser dirimidas mediante uma articulação intergovernamental com foco em demandas prioritárias e acompanhamento de resultados, buscando aprimorar o processo avaliativo, com vistas a entender os impactos sobre a sociedade.

Em que pese os estudos efetuados nesse campo temático e o conhecimento acumulado sobre a problemática, que envolve a deterioração da ordem pública mormente nos centros urbanos há mais de três décadas, não se pode esquecer o papel determinante e preponderante que o sistema de justiça criminal possui no enfrentamento do crime e da violência, sendo importante se conjugar nesse processo o seu desempenho e não apenas o do sistema policial, para a formulação e avaliação das políticas públicas.

Por meio dos relatórios de avaliação dos PPA estudados, resta claro que as ações do Poder Executivo (segurança pública) e do Poder Judiciário (justiça criminal) não são agregadas por meio dos programas (ações, indicadores e metas), para fins de se debelar o problema da criminalidade em nível estadual.

Entende-se que as metodologias, qualitativa e quantitativa, foram adequadas para combinação das variáveis estudadas, mas a literatura foi fundamental para o processo de discussão. A escolha metodológica permitiu compreender como a ação governamental é formulada e executada tanto para a manutenção do *status quo*, como para a implementação de mudança, no que diz respeito as tentativas de aprimoramento do processo de monitoramento e avaliação, que parece dissociado do ciclo de gestão do PPA.

No curso dessa análise, observação derradeira a ser feita é que a ação governamental voltada à segurança pública é capaz de reduzir a criminalidade, a exemplo como ocorre em alguns poucos estados do Sul e Sudeste (IPEA, 2016), provendo de forma eficiente a ordem pública.

Contudo, a escassez da presença do Estado quanto a provisão de outro bens públicos, conforme comentado neste trabalho, no mínimo reflete de forma negativa para o crescimento da violência associada à juventude, em especial na faixa de 15 a 29 anos.

Na RMB, os resultados obtidos apontam que a violência homicida atinge um público seletivo, representado estatisticamente, por jovens do sexo masculino, solteiros com baixa escolaridade e que em grande parte são estudantes, autônomos e sem ocupação ou fazem parte do mercado informal.

Essa letalidade está associada a uma série de causas e fatores, como circulação de armas de fogo e outras vulnerabilidades sociais que podem contribuir para o aumento da violência envolvendo de jovens com a criminalidade. Desse modo, **a vulnerabilidade socioeconômica é um fator que se apresenta relevante para o risco de uma pessoa tornar-se vítima homicídio.**

Ademais, mediante **observação dos programas do PPA, verificou-se que poucas ações estão destinadas para essa população vulnerável de jovens na RMB**, assim como não dispomos de ações interestaduais específicas para esse grupo, o que **confirma a hipótese da pesquisa.**

Indubitavelmente, a falta de acesso aos jovens às oportunidades de ascensão social, assim como a desigualdades sociais vivenciadas pela juventude aglutinada em aglomerados propicia uma maior vulnerabilidade, pois essas pessoas estão mais sujeitas a crimes violentos.

Por outro lado, como assevera a falta de uma racionalidade gerencial mais sistemática no campo das políticas públicas é fator determinante para a ineficiência da ação governamental, o que por conseguinte, potencializa o fenômeno da criminalidade, já que planejamento, monitoramento, avaliação de resultados gasto eficiente de recursos do orçamento não tem sido procedimentos usuais no combate à criminalidade, tanto na esfera federal como estadual.

Espera-se que os resultados deste trabalho sejam observados pelos decisores estratégicos, formuladores de políticas públicas, em especial, do sistema de segurança pública e defesa social, das áreas de educação, saúde e promoção social, dada a premente necessidade de se redirecionar os parâmetros para enfrentamento da criminalidade e da violência, e da desigualdade social, pois a incapacidade do poder público em provisionar diversos bens coletivos, além de constituir-se violação dos direitos humanos, que limitam sobremaneira a eficiência de políticas que atendam as demandas sociais. Isso fere mortalmente o exercício da cidadania.

Impende das considerações que um sistema integrado de informações, desenvolvido a partir de uma rede de organizações concebidas nas várias esferas de governo, pode ser útil aos decisores públicos nos diferentes níveis, por causa da integração de fontes, efetivação de pesquisas e entendimento e avaliação de estratégias adotadas para a definição de políticas públicas

Essa abordagem conceitual deixa claro que o planejamento é o ponto de partida para o processo de gestão ideal, a ser conduzido mediante a definição da estratégia, que é o caminho que deve ser delineado para o alcance da eficácia.

Por sua vez, os governos estaduais não encontram condições propícias para o desenvolvimento deste sistema integrado. No processo de informatização de dados e produção do conhecimento, ainda há muito a se fazer para que os Estados possam usar dessa ferramenta, que objetiva subsidiar a realização de diagnósticos sobre criminalidade, a formulação e avaliação de políticas públicas e a integração nacional de informações.

Temos então que o processo de gestão das organizações públicas é bastante complexo e abrangente. Portanto, envolve a busca de ferramentas e métodos que sejam capazes de promover a melhor prestação e acesso aos serviços ofertados.

RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A temática relaciona-se a outros fatores a serem melhor investigados, sendo este

trabalho um embrião para estudos mais acurados acerca das questões que envolvem as ações governamentais na RMB. Assim, o que instiga novas pesquisas, sob outros enfoques, dada complexidade e relevância do tema, são as abordagens a seguir, por óbvio, sendo apenas um rol exemplificativo e não exaustivo:

1) Sistematização e estratificação de dados para produção de indicadores agregados ao nível municipal e de bairros, para facilitar e orientar a tomada de decisões e o delineamento de ações que melhorem a qualidade de vida da população e o sentimento de insegurança;

2) Um estudo que observe o perfil socioeconômico das vítimas e compare o local de sua residência, de sua morte e as relações com o crime;

3) Estudos que observem fatores socioeconômicos em relação a disjunção do sistema de justiça criminal.

CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE

As contribuições primordiais da presente investigação científica estão relacionadas aos seguintes pontos, destacados a seguir:

1) Houve a **comprovação de que a vulnerabilidade socioeconômica do cidadão é um fator bastante relevante para o aumento do risco de uma pessoa tornar-se vítima de homicídio**. Destarte, isso importa em afirmar que **para reduzir índices de homicídios, é preciso, necessariamente, reduzir condições de hipossuficiência socioeconômica**;

2) Apontou-se com clareza e sem margem de erros que os **programas dos Planos Plurianuais, independentemente da cor política, tiveram poucas ações eficientes e eficazes, destinadas para essa população vulnerável de jovens na RMB**;

3) Demonstração de **metodologia de planejamento que evita a fragmentação das políticas públicas e valoriza a intersectorialidade**, que para a temática da violência e criminalidade, tende a ser mais eficiente, eficaz e efetiva;

4) **Criação de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)**, que correlacionou indicadores criminais com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para a RMB, mas com possibilidade de aplicação em qualquer universo. O IVS poderá ainda ser utilizado como ferramenta para a identificação de fatores de risco de outros tipos criminais, que não o homicídio.

PRODUTO RESULTANTE DA PESQUISA

Elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) no âmbito do Estado do Pará

Os índices existentes referentes à variáveis de cunho social e criminal não levam em consideração as necessárias correlações existentes entre distintos aspectos, o que importa, recorrentemente, em análises parciais, tanto no que concerne às nuances socioeconômicas, quanto no que se refere aos dados de ilícitos criminais.

O presente índice estrutura essa interrelação, ligando e fazendo análises dos indicadores criminais com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com capacidade de englobar qualquer universo.

Tal ferramenta é útil para a identificação, como demonstrado na pesquisa, de fatores de risco de tipos criminais, por via de consequência, sendo benéfico, e com relação direta, ao planejamento e avaliação de ações preventivas na área da segurança pública.

De posse deste novo índice, é possível que as áreas de planejamento dos diversos órgãos do Sistema de Segurança Pública, possam incorporar em seus processos internos e em suas relações com outros entes, estudo dos fatores que têm influências em diversos campos da vida em sociedade e que, de algum modo, repercutem no recrudescimento da violência e da criminalidade, além do próprio desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Esse índice pode ser incorporado como instrumento de avaliação de ações governamentais dentro do ciclo de planejamento estratégico e do ciclo de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública** [online], v. 41, nspe, p. 67-86, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000700005>>. Acessado em 17.04.2017.

ALBUQUERQUE, C. M. de; MEDEIROS, M. B.; SILVA, P. H. F. **Gestão de Finanças Públicas. Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal**. 2ª ed., Brasília: Editora Gestão Pública Editora e Treinamentos LTDA, 2008.

ALCOLUMBRE, S. M. P. A vis atractiva do crime: mídia e a judicialização da opinião pública. In: PESSÔA, R. M. (cood). **Poder e cidadania: análise crítica no direito contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

ARAÚJO, A. dos R.; RAMOS, E.M.L.S.; ALVES, M. A.; FIGUEIRA, P. A.; PAMPLONA, V. M. S. Análise estatística de crimes noticiados nos principais jornais de Belém, no ano de 2017, ocorrido no estado do Pará. **In** RAMOS, E. M. L. S. ALMEIDA, S. dos S. et al. **Segurança Pública: uma abordagem estatística e computacional**. Belém: EDUFPA, 2008.

BEATO, C. **Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública**. (Coleção Segurança e Espaços Urbanos). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

BEATO, C. **Crime e Cidades**. (Coleção Segurança e Espaços Urbanos). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BORGES, D.; DURANTE, M. Avaliação de Desempenho em Segurança Pública. **In: Segurança, Justiça e Cidadania**/Ministério da Justiça, ano 3, n. 5, Brasília: Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2011.

BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. DOU, nº 191-A, de 05.10.1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3640147/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-10-1988>. Acessado em: 11/08/2017.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Indicadores de programas: guia metodológico**. Brasília: MP, 2010.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9.ed., Saraiva, 2017.

CARNEIRO, M. J.; LYRA, E.; ROSA, T. da S.; SANDRONI, L.. Para quem fala a ciência. Limites e possibilidades da interface entre a ciência e politica **In Ambiente e sociedade na Amazônia uma abodagem interdisciplinar**. Org. VIEIRA, I. C. G., et al.1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 101-122, 2014.

CARVALHO, V. A. de; SILVA, M. do R. de F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limitres e desafios. **Revista Katálysis**, vol. 14, p. 59-67, jan/jun, 2011, UFSC/Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1796/179618775007/>>.

Acessado em 23.06.2017.

CERQUEIRA, D. R. de C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 196 p.

CHAGAS, C. A. N. **Região, Território e Planejamento Estatal: Planejamento Plurianual e Desenvolvimento Regional**, 2011. 190 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011>>. Acessado em 01/12/2017

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim amazônico de geografia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 186-203, 2014.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COSTA, T. B. A. **Fundamentos da análise geográfica da difusão espacial das mortes por agressão no espaço urbano de Belém-PA (2000-2012)**. Presidente Prudente, 2017. 261.f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. 2017.

CUNHA, C. G. S. da. **Avaliação de Políticas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS, p. 01-46, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>> Acessado em:12.12.2017

DÍAZ, F.R.; LÓPEZ, F.J.B. **Bioestatística**. 1.ed., São Paulo: Thomson Learning, 2007.

DUARTE, C. S. O Ciclo das políticas públicas. In: SMANIO, G. P.;BERTOLIN, P. T. M (org.). **O Direito e as Políticas Públicas**. São Paulo: Atlas, 2013.

ENGEL, C. L. et al. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GARCES, A.; SILVEIRA, J. P. Gestão Pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**. ano 53, n. 4. p. 53-77, out/dez, 2002. Disponível em <[http://www.reformadagestaopublica.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/02-Garces53\(4\).pdf](http://www.reformadagestaopublica.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/02-Garces53(4).pdf)> Acessado em: 07.08.2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatísticas para Economistas**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Guazzelli,1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: características da vitimização e do acesso à justiça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de Pesquisa.** 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26551>. Acesso em: 22/10/2018.

JANUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público.** p.137-160. abr/jun, 2005.

JANUZZI, P. de M. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil:** repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas. n.36 jan/jul. 2011.

JANUZZI, P. de M. **A importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Público.** - Segurança, Justiça e Cidadania/Ministério da Justiça – Ano 3, n.5 (2011), Brasília: Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2011.

LATTIN, J.; CARROLL, L.D.; GREEN, P.E. **Análise de Dados Multivariados.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LIMA. R. S. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014-2017.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Ed. Especial. Rio de Janeiro, 2018. Acessado Em 11/12/2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf

LOPES, E. **Política e segurança pública:** uma vontade de sujeição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração:** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINGOTI, S. A. **Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada.** UFMG, 2005.

MUNIZ, J. de O.; PROENÇA, D. Jr. Muita Politicagem, pouca política os problemas da polícia. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 21, n. 61, set./dez, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300011>> Acessado em 17.04.2017

PAULO, L. F. A. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do Serviço Público,** Brasília, p-171-187abr/jun, 2010. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/44/42>>. Acessado: 05.10.2017

PESTANA, M.H.; GAGEIRO, J.N. **Análise de Dados para Ciências Sociais:** A complementaridade do SPSS. 4.ed., Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

PROCÓPIO, D. P; TOYOSHIMA, S. H. Fatores Associados à Criminalidade Violenta no Brasil. **Análise Econômica,** Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 263-288, jul. 2017.

RAMOS, E.M.L.S; ALMEIDA, S.S.; ARAÚJO, A.R. (Orgs.). **Segurança Pública:** Uma abordagem Estatística e Computacional. Belém: Editora Universitária EDUFPA, v.1, p.101, 2008.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O Estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública,** Rio de

Janeiro, v.46, n.5, p. 1271-294, set./out, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>>. Acessado em 10.05.2017

RIBEIRO, T.V.B.; MOREIRA, P. D. de O.; SANTOS, F.H.M dos; BETINI; R. C., SIECRIM: Sistema estatístico criminal para apoio ao planejamento estratégico em segurança pública. In RAMOS, E.M.L.S; ALMEIDA, S.S.; ARAÚJO, A.R. (Orgs.). **Segurança Pública: Uma abordagem Estatística e Computacional**. Belém: Editora Universitária EDUFPA, v.1, p.101, 2008.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

SANTOS, A. M.. O Importante Papel do Legislativo na concretização do Princípio da Eficiência na Administração Pública. **Revista Jus Navigandi**, 2015. Disponível em: <<http://drafonsonendes.jusbrasil.com.br/artigos/169255066/o-importante-papeldo-legislativo-na-concretizacao-do-principio-da-eficiencia-na-administracao-publica.mai/2015>> Acessado em: 06.03.2017

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHABBACH, L. M. A agenda da segurança pública no Brasil e suas (novas) políticas. **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre, p.217-230, 2014. Disponível em: <Avaliação de políticas públicas. Porto Alegre, 2014 - <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108157/000948607.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 03.05.2017

SERRA, A. **Modelo aberto de gestão para resultados no setor público**. Natal: SEARH/RH, 2008.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC/PPGEP, 2001

SOARES, L. F. Segurança Pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.20, n.56, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100008>>. Acessado em 17.04.2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acessado em 02.12.2017

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**. n.42, p. 530-550. maio/jun. 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acessado em: 22.04.2017

TRINDADE, A. Estado, governança, segurança pública no Brasil: Uma análise das secretárias estaduais de Segurança Pública. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v.8, n.4, p. 607-632, out/dez, 2015. Disponível em:< <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7306>>. Acessado em: 14.10.2017

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1

Tabela 1: Estatísticas Resultantes da Aplicação da Técnica de Análise de Correspondência as variáveis: Pobreza; Suporte Social Total; Suporte Social Material; Suporte Social Afetivo; Suporte Social Emocional; Suporte Social Informacional e Interação Social Positiva.

Ano	Variáveis	χ^2	<i>L</i>	<i>C</i>	β	% Inércia	<i>P</i>
2014	Vulnerabilidade Social <i>versus</i> Taxa de Homicídio	132,26	3	3	64,13	100,00	0,000
	Vulnerabilidade Social <i>versus</i> Taxa de Homicídio por Arma de Fogo	234,74	3	3	115,37	100,00	0,000
	Vulnerabilidade Social <i>versus</i> IDH-M	27,78	3	3	11,89	100,00	0,000
2017	Vulnerabilidade Social <i>versus</i> Taxa de Homicídio	223,48	3	3	109,74	100,00	0,000
	Vulnerabilidade Social <i>versus</i> Taxa de Homicídio por Arma de Fogo	183,50	3	3	89,75	100,00	0,000
	Vulnerabilidade Social <i>versus</i> IDH-M	129,46	3	3	62,73	100,00	0,000

Nota: χ^2 - Valor do Qui-quadrado; *L* – Número de Categorias da Variável Linha; *C* - Número de Categorias da Variável Coluna; *p* – Nível Descritivo e β – Valor do Critério Beta.

ANEXO 2

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014.

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2014	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2014	IDH-M 2014	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	Classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2014						Vulnerabilidade	taxa de homicídio 2014	taxa de homicídio arma de fogo 2014	IDH -M 2014	
Abaetetuba	0,64	60	46	148873	40,3	30,9	64,2	14,32	49,49	Alta	Moderada	Alta	Alta	14,56
Abel Figueiredo	0,67	2	2	7070	28,29	28,29	66,6	6,59	42,79	Alta	Moderada	Alta	Alta	6,78
Acará	0,57	15	9	54047	27,75	16,65	56,6	-5,58	32,26	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-5,43
Afuá	0,51	4	0	37004	10,81	0	50,5	-31,03	10,23	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	-30,99
Água Azul do Norte	0,72	4	2	26105	15,32	7,66	71,5	-31,69	9,65	Baixa	Moderada	Moderada	Alta	-31,61
Alenquer	0,64	4	1	54353	7,36	1,84	64	-37,44	4,68	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	-37,40
Almeirim	0,6	13	4	33466	38,85	11,95	59,9	-13,37	25,51	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-13,21
Altamira	0,52	82	50	106768	76,8	46,83	51,9	53,85	83,71	Alta	Alta	Alta	Baixa	54,25
Anajás	0,62	4	0	27051	14,79	0	62,3	-38,04	4,16	Baixa	Moderada	Baixa	Alta	-37,98
Ananindeua	0,62	265	216	499776	53,02	43,22	62,2	37,42	69,48	Alta	Alta	Alta	Alta	37,74
Anapu	0,59	8	4	24525	32,62	16,31	58,9	-6,81	31,2	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-6,64
Augusto Corrêa	0,56	3	0	43154	6,95	0	56	-35,25	6,58	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-35,22
Aurora do Pará	0,55	9	2	28974	31,06	6,9	54,7	-19,36	20,33	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-19,23
Aveiro	0,59	1	0	15956	6,27	0	59,4	-37,57	4,56	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-37,54
Bagre	0,54	4	2	27491	14,55	7,28	53,7	-20,87	19,02	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-20,78
Baião	0,53	7	4	42513	16,47	9,41	52,6	-16,43	22,87	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-16,33
Barcarena	0,52	54	42	112921	47,82	37,19	52	33,56	66,14	Alta	Alta	Alta	Baixa	33,83
Belém	0,63	592	495	1432844	41,32	34,55	62,8	21,23	55,47	Alta	Moderada	Alta	Alta	21,48

Fonte: Autores (2019)

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014.(continuação)

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2014	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2014	IDH-M 2014	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	Classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2014						Vulnerabilidade	taxa de homicídio 2014	taxa de homicídio arma de fogo 2014	IDH -M 2014	
Belterra	0,59	1	0	16924	5,91	0	58,7	-37,18	4,91	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-37,15
Benevides	0,55	42	29	57393	73,18	50,53	54,6	57,4	86,77	Alta	Alta	Alta	Baixa	57,80
Bom Jesus do Tocantins	0,63	3	3	16074	18,66	18,66	63,2	-8,17	30,01	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-8,05
Bonito	0,53	3	1	14990	20,01	6,67	53,2	-20,59	19,26	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-20,51
Bragança	0,55	22	8	120124	18,31	6,66	54,8	-21,94	18,1	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-21,85
Brasil Novo	0,58	6	3	15139	39,63	19,82	58,3	0,35	37,39	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	0,55
Brejo Grande do Araguaia	0,6	3	2	7258	41,33	27,56	60,4	11,63	47,16	Alta	Moderada	Alta	Moderada	11,86
Breu Branco	0,59	18	10	59651	30,18	16,76	59,1	-6,62	31,36	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-6,47
Breves	0,59	10	4	97351	10,27	4,11	59,4	-30,34	10,82	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-30,29
Bujaru	0,57	7	4	27349	25,6	14,63	56,8	-9,3	29,04	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-9,16
Cachoeira do Arari	0,54	3	3	22100	13,57	13,57	54,3	-11,36	27,25	Moderada	Baixa	Moderada	Baixa	-11,28
Cachoeira do Piriá	0,6	14	10	30430	46,01	32,86	59,7	21,34	55,56	Alta	Alta	Alta	Moderada	21,59
Cametá	0,67	18	10	129161	13,94	7,74	66,5	-28,55	12,38	Baixa	Moderada	Moderada	Alta	-28,47
Canaã dos Carajás	0,59	20	5	32366	61,79	15,45	59,2	-3,51	34,05	Moderada	Alta	Moderada	Moderada	-3,26
Capanema	0,61	20	16	65932	30,33	24,27	61,3	3,96	40,51	Moderada	Moderada	Alta	Moderada	4,14
Capitão Poço	0,55	17	7	52616	32,31	13,3	55	-9,12	29,19	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-8,98
Castanhal	0,56	85	62	186895	45,48	33,17	56,4	23,89	57,77	Alta	Alta	Alta	Moderada	24,14
Chaves	0,64	2	2	22302	8,97	8,97	63,8	-25,66	14,87	Moderada	Baixa	Moderada	Alta	-25,59
Colares	0,59	2	1	11641	17,18	8,59	59	-21,77	18,24	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-21,69

Fonte: Autores (2019)

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014 (Continuação).

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2014	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2014	IDH-M 2014	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	Classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2014						Vulnerabilidade	taxa de homicídio 2014	taxa de homicídio arma de fogo 2014	IDH -M 2014	
Conceição do Araguaia	0,56	15	6	46302	32,4	12,96	56,3	-10,5	27,99	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-10,35
Concórdia do Pará	0,61	16	7	30801	51,95	22,73	60,9	5,36	41,73	Alta	Alta	Alta	Moderada	5,61
Cumaru do Norte	0,56	6	1	12069	49,71	8,29	55,8	-14,75	24,32	Moderada	Alta	Moderada	Moderada	-14,56
Curionópolis	0,6	7	3	17844	39,23	16,81	60,2	-5,75	32,11	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-5,56
Currálinho	0,54	7	5	31591	22,16	15,83	54,1	-6,2	31,72	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-6,07
Curuá	0,54	0	0	13333	0	0	53,9	-35,04	6,75	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	-35,04
Curuçá	0,64	7	3	37188	18,82	8,07	64	-25,59	14,94	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-25,49
Dom Eliseu	0,67	24	10	55513	43,23	18,01	67,3	-7,78	30,36	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-7,58
Eldorado dos Carajás	0,67	18	11	32544	55,31	33,8	66,8	19,77	54,2	Alta	Alta	Alta	Alta	20,06
Faro	0,59	0	0	7504	0	0	58,9	-38,29	3,94	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-38,29
Floresta do Araguaia	0,63	7	2	19005	36,83	10,52	62,7	-17,81	21,67	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-17,66
Garrafão do Norte	0,58	8	4	25307	31,61	15,81	58,1	-7,26	30,8	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-7,10
Goianésia do Pará	0,49	29	14	37249	77,85	37,58	48,9	41,21	72,77	Alta	Alta	Alta	Baixa	41,58
Gurupá	0,57	6	2	31182	19,24	6,41	57	-23,6	16,65	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-23,52
Igarapé-Açu	0,62	8	4	37112	21,56	10,78	62,2	-19,63	20,09	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-19,52
Igarapé-Miri	0,55	32	27	59998	53,34	45	55,2	44,87	75,93	Alta	Alta	Alta	Moderada	45,19
Inhangapi	0,62	3	1	10876	27,58	9,19	61,5	-20,7	19,17	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-20,58
Ipixuna do Pará	0,57	20	7	56613	35,33	12,36	56,8	-11,29	27,32	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-11,14
Irituia	0,58	4	3	31644	12,64	9,48	58,2	-20,59	19,26	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	-20,51
Itaituba	0,66	57	19	98405	57,92	19,31	66,2	-2,54	34,89	Moderada	Alta	Moderada	Alta	-2,29
Itupiranga	0,5	14	10	51743	27,06	19,33	50,2	2,74	39,46	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	2,90
Jacareacanga	0,53	2	1	41487	4,82	2,41	53,1	-29,87	11,23	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	-29,84
Jacundá	0,66	12	4	55204	21,74	7,25	65,9	-27,65	13,16	Baixa	Moderada	Moderada	Alta	-27,54

Fonte: Autores (2019)

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014 (Continuação).

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2014	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2014	IDH-M 2014	Score Bruto de Vulnerabilidade	Score Padronizado de Vulnerabilidade	Classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2014						Vulnerabilidade	taxa de homicídio 2014	taxa de homicídio arma de fogo 2014	IDH -M 2014	
Juruti	0,6	6	1	52755	11,37	1,9	60,2	-34,21	7,47	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-34,16
Limoeiro do Ajuru	0,62	2	0	26961	7,42	0	62,4	-39,33	3,04	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	-39,30
Mãe do Rio	0,59	6	2	28800	20,83	6,94	59,4	-24,05	16,27	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-23,96
Magalhães Barata	0,59	0	0	8260	0	0	58,6	-38,1	4,11	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-38,09
Marabá	0,49	122	83	257062	47,46	32,29	48,9	27,68	61,05	Alta	Alta	Alta	Baixa	27,95
Maracanã	0,51	8	1	28643	27,93	3,49	50,7	-22,73	17,42	Moderada	Moderada	Baixa	Baixa	-22,62
Marapanim	0,52	11	7	27262	40,35	25,68	51,5	14,25	49,42	Alta	Moderada	Alta	Baixa	14,47
Marituba	0,48	77	65	120305	64	54,03	48,4	65,49	93,78	Alta	Alta	Alta	Baixa	65,87
Medicilândia	0,55	14	6	29444	47,55	20,38	54,7	4,91	41,34	Moderada	Alta	Moderada	Moderada	5,14
Melgaço	0,66	1	0	26133	3,83	0	65,9	-42,2	0,55	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	-42,18
Mocajuba	0,5	14	10	28933	48,39	34,56	50,2	30,63	63,6	Alta	Alta	Alta	Baixa	30,89
Moju	0,59	56	47	76096	73,59	61,76	58,8	72,67	100	Alta	Alta	Alta	Moderada	73,11
Monte Alegre	0,45	8	4	56231	14,23	7,11	45,3	-15,72	23,48	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-15,65
Muaná	0,56	0	0	37314	0	0	55,9	-36,34	5,63	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-36,34
Nova Esperança do Piriá	0,66	12	6	20596	58,26	29,13	65,9	13,4	48,68	Alta	Alta	Alta	Alta	13,68
Nova Ipixuna	0,59	10	4	15632	63,97	25,59	58,5	13,5	48,78	Alta	Alta	Alta	Moderada	13,79
Nova Timboteua	0,61	0	0	14472	0	0	60,8	-39,53	2,87	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-39,52
Novo Progresso	0,55	24	11	25169	95,36	43,7	55,2	49,81	80,21	Alta	Alta	Alta	Moderada	50,25
Novo Repartimento	0,67	32	14	69267	46,2	20,21	66,5	-3,25	34,27	Moderada	Alta	Moderada	Alta	-3,04
Óbidos	0,62	11	3	50317	21,86	5,96	61,5	-26,81	13,88	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-26,72

Fonte: Autores (2019)

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014 (Continuação).

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2014	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2014	IDH-M 2014	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	Classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2014						Vulnerabilidade	taxa de homicídio 2014	taxa de homicídio arma de fogo 2014	IDH -M 2014	
Oeiras do Pará	0,42	1	0	30490	3,28	0	41,8	-26,63	14,04	Moderada	Baixa	Baixa	Baixa	-26,61
Oriximiná	0,59	14	2	67939	20,61	2,94	58,9	-30,15	10,99	Baixa	Moderada	Baixa	Moderada	-30,08
Ourém	0,69	3	0	16986	17,66	0	69,1	-41,98	0,75	Baixa	Moderada	Baixa	Alta	-41,91
Ourilândia do Norte	0,68	12	5	30171	39,77	16,57	67,6	-10,85	27,7	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-10,67
Pacajá	0,58	24	12	43930	54,63	27,32	58,3	14,83	49,93	Alta	Alta	Alta	Moderada	15,10
Palestina do Pará	0,66	5	3	7444	67,17	40,3	65,9	32,72	65,41	Alta	Alta	Alta	Alta	33,06
Paragominas	0,47	48	27	105417	45,53	25,61	47,1	17,87	52,56	Alta	Alta	Alta	Baixa	18,10
Parauapebas	0,56	98	41	183352	53,45	22,36	56,4	7,96	43,98	Alta	Alta	Moderada	Moderada	8,20
Pau D'Arco	0,66	0	0	5637	0	0	65,9	-42,84	0	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	-42,84
Peixe-Boi	0,56	1	1	7881	12,69	12,69	56,2	-14,16	24,83	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	-14,07
Placas	0,61	8	4	27700	28,88	14,44	60,9	-11,72	26,95	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-11,57
Ponta de Pedras	0,58	3	2	28601	10,49	6,99	58,1	-24,86	15,57	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	-24,80
Portel	0,47	21	9	57205	36,71	15,73	47,3	0,5	37,52	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	0,66
Porto de Moz	0,55	3	1	37669	7,96	2,65	54,7	-29,99	11,12	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-29,96
Primavera	0,61	1	1	10458	9,56	9,56	60,5	-22,47	17,64	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	-22,40
Quatipuru	0,59	2	2	12943	15,45	15,45	59,1	-11,17	27,42	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-11,07
Redenção	0,75	40	32	79917	50,05	40,04	74,6	23,79	57,68	Alta	Alta	Alta	Alta	24,08
Rio Maria	0,54	6	3	17755	33,79	16,9	54,4	-2,75	34,71	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-2,58
Rondon do Pará	0,58	27	13	49476	54,57	26,28	58,2	13,22	48,54	Alta	Alta	Alta	Moderada	13,49
Rurópolis	0,56	1	1	45595	2,19	2,19	56	-32,54	8,92	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-32,52
Salinópolis	0,57	2	1	38819	5,15	2,58	57,2	-32,21	9,2	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-32,18
Salvaterra	0,67	2	0	21987	9,1	0	67,2	-42,17	0,58	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	-42,13
Santa Bárbara do Pará	0,61	9	7	19197	46,88	36,46	60,8	26,52	60,05	Alta	Alta	Alta	Moderada	26,79

Fonte: Autores (2019)

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014 (Continuação).

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2014	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2014	IDH-M 2014	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	Classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2014						Vulnerabilidade	taxa de homicídio 2014	taxa de homicídio arma de fogo 2014	IDH -M 2014	
Santa Cruz do Arari	0,64	1	0	9191	10,88	0	63,5	-39,47	2,92	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	-39,43
Santa Isabel do Pará	0,6	28	14	65251	42,91	21,46	60	2,41	39,18	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	2,63
Santa Luzia do Pará	0,56	7	3	19418	36,05	15,45	55,7	-5,53	32,3	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-5,36
Santa Maria das Barreiras	0,55	10	7	19437	51,45	36,01	54,8	30,46	63,46	Alta	Alta	Alta	Moderada	30,74
Santa Maria do Pará	0,58	9	5	23790	37,83	21,02	57,7	2,36	39,13	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	2,56
Santana do Araguaia	0,55	14	6	65062	21,52	9,22	54,6	-17,18	22,22	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-17,08
Santarém	0,51	41	19	290521	14,11	6,54	50,6	-20,1	19,69	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-20,03
Santarém Novo	0,62	1	1	6390	15,65	15,65	61,7	-12,51	26,26	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-12,40
Santo Antônio do Tauá	0,59	9	7	29110	30,92	24,05	58,9	5,26	41,64	Alta	Moderada	Alta	Moderada	5,45
São Caetano de Odivelas	0,6	4	2	17344	23,06	11,53	59,8	-16,62	22,7	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-16,50
São Domingos do Araguaia	0,56	4	4	24235	16,51	16,51	56,2	-7,43	30,66	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-7,31
São Domingos do Capim	0,58	6	3	30701	19,54	9,77	57,5	-18,52	21,06	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-18,42
São Félix do Xingu	0,72	34	21	111633	30,46	18,81	71,8	-11,56	27,08	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-11,40
São Francisco do Pará	0,59	2	2	15341	13,04	13,04	59,4	-15,63	23,56	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	-15,53
São Geraldo do Araguaia	0,5	6	1	24828	24,17	4,03	50,3	-22,24	17,84	Moderada	Moderada	Baixa	Baixa	-22,14
São João da Ponta	0,52	0	0	5703	0	0	51,5	-33,48	8,1	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	-33,48
São João de Pirabas	0,6	8	3	21767	36,75	13,78	60,2	-11	27,57	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-10,83
São João do Araguaia	0,55	4	2	13470	29,7	14,85	55	-7,09	30,95	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-6,94
São Miguel do Guamá	0,67	21	15	55191	38,05	27,18	67,3	5,99	42,28	Alta	Moderada	Alta	Alta	6,21
São Sebastião da Boa Vista	0,57	1	0	24768	4,04	0	57,4	-36,64	5,37	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-36,62

Fonte: Autores (2019)

Tabela 1 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2014 (Continuação).

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2014	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2014	IDH-M 2014	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	Classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2014						Vulnerabilidade	taxa de homicídio 2014	taxa de homicídio arma de fogo 2014	IDH -M 2014	
Sapucaia	0,6	3	1	5492	54,62	18,21	59,7	-0,62	36,55	Moderada	Alta	Moderada	Moderada	-0,38
Senador José Porfírio	0,59	1	0	12075	8,28	0	58,8	-36,85	5,19	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-36,81
Soure	0,48	3	0	24076	12,46	0	48,3	-29,32	11,71	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	-29,28
Tailândia	0,58	60	37	93906	63,89	39,4	57,8	36	68,25	Alta	Alta	Alta	Moderada	36,33
Terra Alta	0,51	5	4	10973	45,57	36,45	51,4	32,39	65,13	Alta	Alta	Alta	Baixa	32,66
Terra Santa	0,55	5	0	17783	28,12	0	54,6	-30,8	10,42	Baixa	Moderada	Baixa	Baixa	-30,71
Tomé-Açu	0,5	0	0	59795	0	0	50,3	-32,7	8,78	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	-32,70
Tracuateua	0,67	5	1	29125	17,17	3,43	67,3	-35,41	6,44	Baixa	Moderada	Baixa	Alta	-35,34
Trairão	0,66	10	6	17880	55,93	33,56	65,9	20,07	54,46	Alta	Alta	Alta	Alta	20,37
Tucumã	0,53	12	5	36674	32,72	13,63	52,8	-7,1	30,94	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-6,95
Tucuruí	0,54	28	16	105431	26,56	15,18	54,1	-6,51	31,45	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	-6,36
Ulianópolis	0,55	13	9	51956	25,02	17,32	54,8	-3,79	33,81	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-3,65
Uruará	0,51	25	7	44607	56,05	15,69	50,9	1,32	38,23	Moderada	Alta	Moderada	Baixa	1,55
Vigia	0,64	12	7	50622	23,71	13,83	63,6	-15,31	23,83	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	-15,18
Viseu	0,58	3	1	58694	5,11	1,7	57,7	-33,94	7,71	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	-33,92
Vitória do Xingu	0,6	2	1	14242	14,04	7,02	59,5	-25,13	15,34	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-25,06
Xinguara	0,6	12	5	42465	28,26	11,77	59,6	-15,23	23,9	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	-15,10

Fonte: Autores (2019)

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017.

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2017	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2017	IDH-M 2017	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2017						vulnerabilidade	taxa de homicídio 2017	taxa de homicídio arma de fogo 2017	IDH -M 2017	
Abaetetuba	0,63	71	59	153380	46,29	38,47	62,8	63,18	41,42	Moderada	Moderada	Alta	Alta	63,25
Abel Figueiredo	0,62	5	3	7231	69,15	41,49	62,2	83,26	55,19	Alta	Alta	Alta	Alta	83,32
Acará	0,51	27	16	54096	49,91	29,58	50,6	60,17	39,35	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	60,21
Afuá	0,49	8	4	38144	20,97	10,49	48,9	25,5	15,58	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	25,52
Água Azul do Norte	0,56	4	0	26682	14,99	0	56,4	14,83	8,26	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	14,81
Alenquer	0,56	6	2	55246	10,86	3,62	56,4	13,68	7,47	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	13,68
Almeirim	0,64	10	1	33195	30,13	3,01	64,2	29,14	18,07	Moderada	Moderada	Baixa	Alta	29,12
Altamira	0,67	91	69	111435	81,66	61,92	66,5	105,7	70,57	Alta	Alta	Alta	Alta	105,81
Anajás	0,48	5	3	28466	17,56	10,54	48,4	22,78	13,71	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	22,79
Ananindeua	0,72	382	334	516057	74,02	64,72	71,8	101,52	67,7	Alta	Alta	Alta	Alta	101,64
Anapu	0,55	19	9	27096	70,12	33,22	54,8	78,74	52,08	Alta	Alta	Moderada	Moderada	78,77
Augusto Corrêa	0,52	12	6	44734	26,83	13,41	52	32,09	20,1	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	32,11
Aurora do Pará	0,52	6	1	30471	19,69	3,28	51,9	20,33	12,03	Baixa	Moderada	Baixa	Baixa	20,32
Aveiro	0,54	4	2	15947	25,08	12,54	54,1	30,28	18,86	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	30,29
Bagre	0,47	3	0	29808	10,06	0	47,1	10,42	5,23	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	10,40
Baião	0,58	11	5	46110	23,86	10,84	57,8	28,47	17,61	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	28,48
Bannach	0,59	0	0	3200	0	0	59,4	2,97	0,13	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	2,97
Barcarena	0,66	47	24	121190	38,78	19,8	66,2	46,2	29,77	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	46,21
Belém	0,75	865	727	1452275	59,56	50,06	74,6	81,32	53,85	Alta	Alta	Alta	Alta	81,41

Fonte: Autores (2019)

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017. (continuação)

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2017	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2017	IDH-M 2017	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2017						vulnerabilidade	taxa de homicídio 2017	taxa de homicídio arma de fogo 2017	IDH -M 2017	
Belterra	0,59	2	0	17249	11,59	0	58,8	12,23	6,47	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	12,21
Benevides	0,67	67	55	60990	109,85	90,18	66,5	145,15	97,62	Alta	Alta	Alta	Alta	145,31
Bom Jesus do Tocantins	0,59	7	4	16517	42,38	24,22	58,9	51,35	33,3	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	51,38
Bonito	0,55	2	1	15834	12,63	6,32	54,6	16,62	9,49	Baixa	Baixa	Moderada	Baixa	16,63
Bragança	0,6	35	12	124184	28,18	9,66	60	31,34	19,58	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	31,34
Brasil Novo	0,61	7	5	14689	47,65	34,04	61,3	61,56	40,3	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	61,61
Brejo Grande do Araguaia	0,59	4	4	7182	55,69	55,69	59,1	80,82	53,51	Alta	Alta	Alta	Moderada	80,92
Breu Branco	0,57	25	19	64194	38,94	29,6	56,8	51,7	33,54	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	51,75
Breves	0,5	24	11	99896	24,02	11,01	50,3	28,33	17,52	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	28,34
Bujaru	0,55	17	13	28331	60	45,89	55,2	78,22	51,72	Alta	Alta	Alta	Moderada	78,29
Cachoeira do Arari	0,55	1	1	23110	4,33	4,33	54,6	8,78	4,11	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	8,79
Cachoeira do Piriá	0,47	10	6	32947	30,35	18,21	47,3	37,55	23,84	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	37,57
Cametá	0,58	21	16	134100	15,66	11,93	57,7	22,55	13,55	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	22,57
Canaã dos Carajás	0,67	29	16	36027	80,5	44,41	67,3	94,36	62,79	Alta	Alta	Alta	Alta	94,41
Capanema	0,66	21	15	67150	31,27	22,34	65,9	41,68	26,67	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	41,72
Capitão Poço	0,55	26	15	52839	49,21	28,39	54,8	59,1	38,62	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	59,14
Castanhal	0,67	114	94	195253	58,39	48,14	67,3	78,87	52,17	Alta	Alta	Alta	Alta	78,96
Chaves	0,45	8	6	23066	34,68	26,01	45,3	45,58	29,34	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	45,62
Colares	0,6	1	1	11759	8,5	8,5	60,2	14,9	8,31	Baixa	Baixa	Moderada	Moderada	14,91
Conceição do Araguaia	0,64	6	5	46571	12,88	10,74	64	19,93	11,76	Baixa	Baixa	Moderada	Alta	19,95

Fonte: Autores (2019)

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017. (continuação)

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2017	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2017	IDH-M 2017	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2017						vulnerabilidade	taxa de homicídio 2017	taxa de homicídio arma de fogo 2017	IDH -M 2017	
Concórdia do Pará	0,57	9	4	32395	27,78	12,35	56,6	32,45	20,34	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	32,46
Cumaru do Norte	0,55	6	4	13093	45,83	30,55	55	57,7	37,65	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	57,74
Curionópolis	0,64	18	12	17453	103,13	68,76	63,6	126,84	85,06	Alta	Alta	Alta	Alta	126,94
Currálinho	0,5	4	1	33490	11,94	2,99	50,2	13,86	7,59	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	13,86
Curuá	0,58	1	0	13996	7,14	0	57,8	8,61	4	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	8,60
Curuçá	0,58	17	11	38959	43,64	28,23	58,2	54,72	35,61	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	54,76
Dom Eliseu	0,62	21	10	58071	36,16	17,22	61,5	42,32	27,11	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	42,34
Eldorado dos Carajás	0,56	20	8	32892	60,81	24,32	56	66,03	43,36	Alta	Alta	Moderada	Moderada	66,04
Faro	0,56	1	0	7009	14,27	0	56,3	14,24	7,86	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	14,23
Floresta do Araguaia	0,58	10	5	19746	50,64	25,32	58,3	58,6	38,27	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	58,62
Garrafão do Norte	0,53	9	9	25363	35,48	35,48	52,6	52,24	33,91	Moderada	Moderada	Alta	Baixa	52,30
Goianésia do Pará	0,56	20	11	39352	50,82	27,95	56	60,2	39,37	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	60,23
Gurupá	0,51	2	1	32458	6,16	3,08	50,9	9,32	4,48	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	9,32
Igarapé-Açu	0,6	9	4	37753	23,84	10,6	59,6	28,4	17,56	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	28,41
Igarapé-Miri	0,55	24	22	60994	39,35	36,07	54,7	55,79	36,34	Moderada	Moderada	Alta	Moderada	55,86
Inhangapi	0,57	5	4	11388	43,91	35,12	57,2	59	38,55	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	59,06
Ipixuna do Pará	0,49	20	8	62237	32,14	12,85	48,9	35,86	22,68	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	35,87
Irituia	0,56	8	4	31673	25,26	12,63	55,9	30,57	19,05	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	30,58
Itaituba	0,64	66	43	98523	66,99	43,64	64	82,91	54,94	Alta	Alta	Alta	Alta	82,98
Itupiranga	0,53	15	7	51835	28,94	13,5	52,8	33,88	21,32	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	33,89
Jacareacanga	0,51	7	3	8059	86,86	37,23	50,5	94,32	62,77	Alta	Alta	Alta	Baixa	94,35
Jacundá	0,62	5	3	57526	8,69	5,22	62,2	13,19	7,13	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	13,19

Fonte: Autores (2019)

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017. (continuação)

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2017	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2017	IDH-M 2017	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2017						vulnerabilidade	taxa de homicídio 2017	taxa de homicídio arma de fogo 2017	IDH -M 2017	
Jurutí	0,59	3	0	56325	5,33	0	59,2	7,23	3,05	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	7,22
Limoeiro do Ajuru	0,54	5	2	28138	17,77	7,11	54,1	21,18	12,61	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	21,19
Mãe do Rio	0,6	9	7	29260	30,76	23,92	59,9	41,92	26,83	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	41,96
Magalhães Barata	0,6	1	1	8316	12,03	12,03	59,7	19,8	11,66	Baixa	Baixa	Moderada	Moderada	19,83
Marabá	0,67	176	117	271594	64,8	43,08	66,8	80,97	53,61	Alta	Alta	Alta	Alta	81,03
Maracanã	0,57	6	2	28679	20,92	6,97	57	23,77	14,39	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	23,77
Marapanim	0,61	10	7	27569	36,27	25,39	60,9	47,26	30,5	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	47,30
Marituba	0,68	102	83	127858	79,78	64,92	67,6	106,04	70,8	Alta	Alta	Alta	Alta	106,16
Medicilândia	0,58	20	14	30726	65,09	45,56	58,2	82,25	54,49	Alta	Alta	Alta	Moderada	82,32
Melgaço	0,42	1	0	26897	3,72	0	41,8	5,07	1,57	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	5,07
Mocajuba	0,58	7	5	30277	23,12	16,51	57,5	31,25	19,52	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	31,28
Moju	0,55	54	34	79825	67,65	42,59	54,7	82,35	54,56	Alta	Alta	Alta	Moderada	82,41
Monte Alegre	0,59	13	2	56466	23,02	3,54	58,9	23,5	14,2	Moderada	Moderada	Baixa	Moderada	23,49
Muaná	0,55	1	0	39231	2,55	0	54,7	4,78	1,37	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	4,78
Nova Esperança do Piriá	0,5	16	13	20789	76,96	62,53	50,2	101,49	67,68	Alta	Alta	Alta	Baixa	101,60
Nova Ipixuna	0,58	5	3	16221	30,82	18,49	58,1	38,64	24,58	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	38,66
Nova Timboteua	0,61	3	1	14942	20,08	6,69	60,9	23,12	13,95	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	23,12
Novo Progresso	0,67	26	15	25071	103,71	59,83	67,3	122,15	81,85	Alta	Alta	Alta	Alta	122,23
Novo Repartimento	0,54	41	26	73802	55,55	35,23	53,7	68,22	44,87	Alta	Alta	Alta	Baixa	68,26
Óbidos	0,59	9	2	50727	17,74	3,94	59,4	19,54	11,49	Baixa	Moderada	Baixa	Moderada	19,53
Oeiras do Pará	0,51	4	1	31619	12,65	3,16	50,7	14,56	8,07	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	14,55
Oriximiná	0,62	18	9	71078	25,32	12,66	62,3	30,96	19,32	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	30,97

Fonte: Autores (2019)

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017. (continuação)

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2017	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2017	IDH-M 2017	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2017						vulnerabilidade	taxa de homicídio 2017	taxa de homicídio arma de fogo 2017	IDH -M 2017	
Oriximiná	0,62	18	9	71078	25,32	12,66	62,3	30,96	19,32	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	30,97
Ourém	0,57	5	0	17356	28,81	0	56,8	25,92	15,86	Moderada	Moderada	Baixa	Moderada	25,89
Ourlândia do Norte	0,62	18	8	31921	56,39	25,06	62,4	63,25	41,46	Moderada	Alta	Moderada	Alta	63,27
Pacajá	0,52	35	23	46383	75,46	49,59	51,5	92,62	61,6	Alta	Alta	Alta	Baixa	92,70
Palestina do Pará	0,59	3	3	7386	40,62	40,62	58,9	59,73	39,05	Moderada	Moderada	Alta	Moderada	59,81
Paragominas	0,66	63	34	110026	57,26	30,9	65,9	67,61	44,45	Alta	Alta	Moderada	Alta	67,64
Parauapebas	0,72	75	53	202356	37,06	26,19	71,5	48,9	31,62	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	48,94
Pau D'Arco	0,57	0	0	5341	0	0	57,4	2,87	0,06	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	2,87
Peixe-Boi	0,58	2	1	7860	25,45	12,72	58,1	30,88	19,27	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	30,90
Placas	0,55	5	3	30109	16,61	9,96	55,2	22,01	13,18	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	22,02
Ponta de Pedras	0,56	4	1	30219	13,24	3,31	56,2	15,39	8,64	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	15,39
Portel	0,48	16	10	60322	26,52	16,58	48,3	33,56	21,1	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	33,58
Porto de Moz	0,5	6	2	39991	15	5	50,3	17,52	10,1	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	17,52
Primavera	0,58	1	0	10534	9,49	0	57,7	10,49	5,28	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	10,48
Quatipuru	0,54	1	0	13237	7,55	0	54,3	8,77	4,1	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	8,76
Redenção	0,67	51	32	82464	61,85	38,8	67,2	76,06	50,25	Alta	Alta	Alta	Alta	76,12
Rio Maria	0,64	17	11	17705	96,02	62,13	63,8	117,19	78,45	Alta	Alta	Alta	Alta	117,28
Rondon do Pará	0,6	18	7	50925	35,35	13,75	60,2	39,53	25,2	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	39,54
Rurópolis	0,55	3	1	49093	6,11	2,04	54,8	8,85	4,16	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	8,85
Salinópolis	0,66	9	6	39569	22,75	15,16	65,9	30,57	19,05	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	30,59
Salvaterra	0,61	4	0	23096	17,32	0	60,8	16,91	9,69	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	16,90

Fonte: Autores (2019)

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017. (continuação)

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2017	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2017	IDH-M 2017	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2017						vulnerabilidade	taxa de homicídio 2017	taxa de homicídio arma de fogo 2017	IDH -M 2017	
Santa Bárbara do Pará	0,63	15	9	20492	73,2	43,92	62,7	87,99	58,42	Alta	Alta	Alta	Alta	88,05
Santa Cruz do Arari	0,56	0	0	9845	0	0	55,7	2,79	0	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	2,79
Santa Isabel do Pará	0,66	39	25	68836	56,66	36,32	65,9	70,36	46,34	Alta	Alta	Alta	Alta	70,42
Santa Luzia do Pará	0,55	6	4	19316	31,06	20,71	54,6	39,97	25,5	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	40,00
Santa Maria das Barreiras	0,54	21	20	20849	100,72	95,93	54,4	140,67	94,55	Alta	Alta	Alta	Baixa	140,85
Santa Maria do Pará	0,6	10	6	24186	41,35	24,81	59,8	50,92	33,01	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	50,96
Santana do Araguaia	0,6	18	10	70764	25,44	14,13	60,2	31,82	19,91	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	31,84
Santarém	0,69	58	28	296302	19,57	9,45	69,1	24,78	15,08	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	24,78
Santarém Novo	0,59	1	1	6526	15,32	15,32	58,7	24,36	14,79	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	24,38
Santo Antônio do Tauá	0,63	16	12	30611	52,27	39,2	63,2	68,43	45,01	Alta	Moderada	Alta	Alta	68,50
São Caetano de Odivelas	0,59	13	8	17563	74,02	45,55	58,5	89,41	59,4	Alta	Alta	Alta	Moderada	89,47
São Domingos do Araguaia	0,59	17	11	24859	68,39	44,25	59,4	84,16	55,8	Alta	Alta	Alta	Moderada	84,23
São Domingos do Capim	0,53	6	0	31123	19,28	0	53,2	18,1	10,5	Baixa	Moderada	Baixa	Baixa	18,08
São Félix do Xingu	0,59	54	26	124806	43,27	20,83	59,4	50,06	32,42	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	50,08
São Francisco do Pará	0,61	2	2	15454	12,94	12,94	60,8	21,13	12,58	Baixa	Baixa	Moderada	Moderada	21,16
São Geraldo do Araguaia	0,6	13	5	24188	53,75	20,67	59,5	58,37	38,11	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	58,38
São João da Ponta	0,58	2	0	5970	33,5	0	58,3	29,75	18,49	Moderada	Moderada	Baixa	Moderada	29,72
São João de Pirabas	0,54	6	1	22415	26,77	4,46	53,9	26,8	16,47	Moderada	Moderada	Baixa	Baixa	26,79
São João do Araguaia	0,55	14	9	13616	102,82	66,1	55	124,57	83,51	Alta	Alta	Alta	Moderada	124,67
São Miguel do Guamá	0,59	16	10	57364	27,89	17,43	59,1	35,7	22,57	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	35,73
São Sebastião da Boa Vista	0,56	0	0	25904	0	0	55,8	2,79	0	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	2,79

Fonte: Autores (2019)

Tabela 2 – Variáveis e Estatísticas Resultantes da Construção do Índice de Vulnerabilidade para os municípios do estado do Pará, a partir da Técnica Estatística Análise de Componentes Principais, por município, para ano de 2017 (Continuação).

Municípios	Variáveis				Taxa de Homicídio 2017	Taxa de Homicídio Por Arma de Fogo 2017	IDH-M 2017	Escore Bruto de Vulnerabilidade	Escore Padronizado de Vulnerabilidade	classificação				IVS
	IDH-M	Homicídio Doloso	Homicídio Arma de Fogo	População 2017						vulnerabilidade	taxa de homicídio 2017	taxa de homicídio arma de fogo 2017	IDH -M 2017	
Sapucaia	0,59	1	1	5766	17,34	17,34	59	27,2	16,74	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	27,23
Senador José Porfírio	0,51	14	9	11357	123,27	79,25	51,4	148,62	100	Alta	Alta	Alta	Baixa	148,74
Soure	0,62	2	0	24682	8,1	0	61,5	9,57	4,65	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	9,56
Tailândia	0,59	55	33	103321	53,23	31,94	58,8	64,65	42,42	Alta	Moderada	Moderada	Moderada	64,69
Terra Alta	0,61	4	4	11399	35,09	35,09	60,5	52,08	33,8	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	52,15
Terra Santa	0,64	0	0	18257	0	0	63,5	3,18	0,27	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	3,18
Tomé-Açu	0,59	0	0	61709	0	0	58,6	2,93	0,1	Baixa	Baixa	Baixa	Moderada	2,93
Tracuateua	0,53	9	7	30108	29,89	23,25	53,1	40,48	25,85	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	40,52
Trairão	0,56	7	3	18469	37,9	16,24	56,2	42,87	27,48	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	42,87
Tucumã	0,66	21	7	38508	54,53	18,18	65,9	57,83	37,74	Moderada	Alta	Moderada	Alta	57,83
Tucuruí	0,67	46	25	110516	41,62	22,62	66,6	50,17	32,5	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	50,20
Ulianópolis	0,6	16	9	57525	27,81	15,65	60,4	34,64	21,84	Moderada	Moderada	Moderada	Moderada	34,66
Uruará	0,59	33	19	44258	74,56	42,93	58,9	88,3	58,64	Alta	Alta	Alta	Moderada	88,35
Vigia	0,62	20	16	52216	38,3	30,64	61,7	52,06	33,79	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	52,11
Viseu	0,52	11	4	59735	18,41	6,7	51,5	21,32	12,71	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	21,32
Vitória do Xingu	0,6	14	7	14719	95,12	47,56	59,7	107,56	71,85	Alta	Alta	Alta	Moderada	107,62
Xinguara	0,66	15	5	43530	34,46	11,49	65,9	37,75	23,98	Moderada	Moderada	Moderada	Alta	37,76

Fonte: Autores (2019)

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Homicídios na Região Metropolitana de Belém: construção de informações a partir da análise estatística

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA) e Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

Eugênia Andréa Rebêlo de Andrade Trindade

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Delegada de Polícia Civil – Belém – Pará – Brasil. dpceugeniaandrea@gmail.com

Resumo

O Estado do Pará apresenta índices expressivos de violência urbana e os municípios do entorno de Belém, que perfazem a sua Região Metropolitana, destacam-se pelas altas taxas de criminalidade, dentre elas as de homicídio. O presente trabalho objetivou descrever as características da violência urbana nos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, os quais compõem a 2ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), durante o período de 2014 a 2017. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa quantitativa dos registros de ocorrência de homicídios nessa região, constantes do banco de dados da Polícia Civil do Estado, componente do sistema SISP-WEB, disponibilizado pela Secretaria-Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), parte da estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), no Pará. Por meio de pesquisa documental dos Relatórios de Inteligência e Análise Criminal (RIAC) e dos dados fornecidos pela SIAC referentes aos registros de homicídios, por meio de análise descritiva, verificou-se o comportamento desse crime, percebendo-se as variações ocorridas entre os meses, dias da semana e horários, tendo como ápice quantitativo os fatos ocorridos em abril e outubro, aos domingos e segundas-feiras, entre 18:00 e 24:00 h. O instrumento mais utilizado para essa prática criminal foi a arma de fogo. Verificou-se a importância da Estatística no processo de análise criminal adotado pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), contribuindo, pela atividade de Inteligência, para o conhecimento da região estudada.

Palavras-chave: Segurança pública; Análise descritiva; Inteligência.

Introdução

A preocupação com o crime é notoriamente generalizada, advinda dos números apresentados evidenciados no Estado, o que proporciona desesperança na população que espera uma resposta firme do Estado por meio de seus órgãos de segurança (ARAÚJO et al., 2008). No Brasil, os problemas de segurança vêm tomando dimensões epidêmicas, porém mesmo diante desse cenário, os dados disponíveis para fundamentar diagnósticos precisos e

políticas eficazes de redução da violência e do crime ainda são muito precários (LEMGRUBER, 2002).

Soluções para reduzir os índices de criminalidade são complexas e extrapolam a área da segurança pública que, assim como outros segmentos governamentais, é impactada por demandas sociais não garantidas pelo Estado, a exemplo da educação, saúde, emprego, renda etc. Logo, as instituições de segurança pública precisam estar cada vez mais preparadas para tomar decisões de forma rápida e flexível e assim criar métodos, processos e inovações que devem ser disseminados e incorporados pelas instituições (BEATO, 2009; LONGO et al., 2014).

O processo de mudança e transformação vivenciado hoje mostra que a necessidade de gestão do conhecimento é uma realidade nos dias atuais. A falta de sua compreensão e de adoção de práticas focadas na informação atrasa sobremaneira o seu processo de introdução nas organizações de segurança pública, que não dispõem de uma cultura de gestão e resistem em adotar novas práticas (WOOD, 2009).

Neste sentido, o processo de utilização de estatísticas criminais para produção de conhecimento²⁵ no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS)²⁶ tem propiciado a formação de um banco de dados permite analisar padrões, identificar locais, meios utilizados, pessoas e condições propensas à identificação dos eventos criminosos (AZEVEDO et al., 2011), que é matéria de trabalho das duas principais instituições que lidam com a prevenção e a repressão criminal: as polícias civil e militar.

Os métodos e processos da Estatística são fundamentais para compreender não apenas o fluxo do crime, mas para realizar estudos quantitativos e qualitativos com o fim de balizar as ações dos órgãos de segurança em evidências e diagnósticos científicos (LOECK et al., 2016).

O recente processo legislativo de reestruturação organizacional do SIEDS envolveu sua infraestrutura, com redefinição de processos e fluxos, constituindo-se matéria-prima renovadora capaz de propiciar o reposicionamento das ações governamentais e do próprio

²⁵ Para fins deste trabalho, considera-se *dado* como o fato bruto, não organizado, processado, avaliado ou organizado, sendo a unidade básica da *informação*, que constitui o dado relacionado, avaliado e interpretado, de forma a possibilitar a tomada de decisão. Quando a informação se encontra de maneira contextualizada e refletida, temos o *conhecimento*.

²⁶ Reestruturado pela Lei Estadual nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, o SIEDS tem a SEGUP como órgão central e coordenador do sistema e é composto também pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Superintendência do Sistema Penitenciário, Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” e Departamento Estadual de Trânsito.

sistema, de forma a gerar investimentos no desenvolvimento e fomento dos processos de inovação (PARÁ, 2011).

Logo, as organizações componentes do SIEDS, que se preocupam com a questão criminal mais diretamente, isto é, as forças policiais, precisam atuar com conhecimento científico de suas atividades, compreendendo a raiz dos seus problemas, que precisam ser identificados e avaliados, necessitando em muitos casos, de saberes específicos (RAMOS, 2012).

Diante disso, os objetivos desta pesquisa são: apresentar a importância da produção da informação como instrumento da tomada de decisões pelos gestores públicos do SIEDS e descrever o comportamento das taxas do crime de homicídio na 2ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP)²⁷, no período de 2014 a 2017, a partir das seguintes variáveis: meses de maior incidência, dias da semana, faixa de hora com maiores registros e os meios empregados.

O crime de homicídio é tomado como parâmetro internacional para a avaliação da violência, estando o Brasil entre as sociedades mais violentas no cenário internacional (SOARES et al., 2009; VICENTE, 2013). A taxa de homicídio por 100 mil habitantes na Região Norte, por exemplo, é a 2ª mais alta do país, estando os municípios de Belém (49,3) e Ananindeua (59,4) entre os maiores índices (ENGEL et al., 2015).

Revisão Bibliográfica

Esta pesquisa se ancorou em Gracioso (2003), Araújo et al., (2008), Azevedo et al. (2011), Ramos (2012) e Loeck et al. (2016) no que tange aos conceitos e discussões sobre métodos e processos estatísticos, produção e divulgação de dados estatísticos sobre crime, violência e trabalho policial como fundamentais para compreender e pautar o governo nos aspectos do planejamento, execução e redirecionamento das ações policiais, enfocando a utilização da informação como elemento essencial para a definição desses processos, além de destacarem que, estudos nesse campo, podem subsidiar a área de segurança pública com conhecimento e evidências científicas.

Os trabalhos de Soares et al. (2009), Vicente (2009) e Remédios et al. (2016) foram observados por examinarem o crime de homicídio como parâmetro para avaliação da

²⁷ A delimitação territorial da segurança pública no Pará foi reorganizada em 15 (quinze) RISP objetivando maior efetividade das ações na capital e interior do Estado, consoante Decreto N° 414/2012 (PARÁ, 2012a) e a Resolução N° 185/2012-CONSEP (PARÁ, 2012b) que regulamentaram essa organização e distribuição operacional dos órgãos do SIEDS. A RISP é dividida em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e estas, por sua vez, dividem-se em Setores Integrados de Segurança Pública (SEISP).

violência, além de analisarem elementos e variáveis capazes de influenciar e impor picos de ocorrências criminais em determinadas localidades.

Marcial e Grumbach (2008), Wood (2009), Beato (2009), Chiavenato e Sapiro (2009) e Longo et al. (2014) abordam o conceito e a importância da informação ser incorporada pelas instituições, para formação de uma cultura de gestão com base na gestão da informação e do conhecimento para embasar a tomada de decisão.

Durante (2009), Januzzi (2011), Ferreira e Rigueira (2013) destacam a relação e a importância das bases de informações, e a utilização de indicadores para a atividade de planejamento, acompanhamento dos dados da criminalidade e funcionamento das organizações, o que permite compreender que o uso de estatísticas e a consolidação de dados em séries históricas indicam o fluxo do crime e seus padrões.

As pesquisas de Souza (2002), Serra (2008) e Santos (2015) foram abordadas para enfatizar que a gestão e o aperfeiçoamento da máquina estatal pelo Poder Público são necessários para o alcance da eficiência e atendimento aos anseios da sociedade quanto à prestação de serviços, mediante um modelo de gestão para resultados no setor público.

Silva e Menezes (2001), Bussab e Morettin (2013) foram referências observadas quanto as técnicas estatísticas, conceito e classificação da análise descritiva para coleta e classificação de dados oriundos de levantamentos de informações, descritos por meio de tabelas, gráficos, medidas de tendência central entre outros, enquanto o estudo de Engel et al. (2015) corresponde a observação em relação a tendência de evolução dos homicídios para todas as cidades das Regiões Metropolitanas Brasileiras, além dos meios empregados no crime e suas taxas no país.

Gestão da Informação e Segurança Pública

Para Ferreira e Rigueira (2013) a velocidade com que as informações circulam acabam por pressionar o sistema a agir ainda que este não disponha de métodos. Monitorar os desdobramentos do fenômeno criminoso e trabalhar seus recursos humanos, materiais e de inteligência policial representa um enorme desafio enfrentado por todas as instituições policiais, que devem zelar para que a sociedade se sinta segura.

Nessa esteira, desataca-se a importância dos indicadores para a elaboração de diagnósticos setoriais, como um instrumento fundamental para o trabalho do gestor público na direção de suas atividades de planejamento (JANNUZZI, 2011). Por sua vez, a falta de acesso

à informação inviabiliza o desenvolvimento do planejamento, pois o planejamento estratégico demanda o maior número de informações e conhecimento do presente e do pretérito, e da elaboração de cenários em relação ao futuro (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Longo et al. (2014) citam o conhecimento como o fator de produção mais relevante na economia da informação. Para os autores, a gestão estratégica do conhecimento é uma filosofia gerencial que objetiva constituir esse conhecimento, transformando-o em vantagem estratégica para as organizações. Para Araújo et al. (2008) a informação se destaca como elemento essencial para o êxito das organizações, sendo um dos componentes primordiais a subsidiar o processo de tomada de decisão. A produção da informação e do conhecimento é, portanto, uma ferramenta para ser utilizada na gestão pública de forma a dar subsídio ao processo de formulação de políticas públicas mais adequadas e que sejam capazes de orientar o gestor.

Para Chiavenato e Sapiro (2009) a informação está contida em todos os momentos e em tudo que ocorre na organização. Neste sentido, ela precisa ter um guia, identificar os conhecimentos de maior relevância e o que dispõe em termos de recursos capazes de gerar um sistema estruturado, que seja capaz de auxiliar no processo de planejamento, controle, coordenação e análise para tomada de decisões.

A literatura e os estudos exploratórios que versam sobre criminalidade, violência e política pública apontam, em regra, inúmeras deficiências nas bases de informações sobre essas temáticas, o que compromete os estudos efetuados, as políticas, os programas, projetos e iniciativas dessa seara que por vezes é desenhada com embasamento nesse conhecimento (BEATO, 2009). Nesse entendimento, a falta de informação inviabiliza todo e qualquer processo de avaliação. O mesmo ocorre se for inconsistente e/ou oriunda de fonte não confiável e qualificada, gerando uma série de distorções no processo de conhecimento, impedindo o aprimoramento contínuo da organização.

Araújo et al. (2008) afirmam que na esfera da segurança pública, a produção e divulgação de dados estatísticos sobre crimes, violência e trabalho policial são úteis inicialmente para pautar o governo quanto aos caminhos que se deve buscar para o planejamento, execução e redirecionamento das ações policiais.

Neste enfoque, constituem-se desafios a serem enfrentados na atualidade as bases de informações e o funcionamento das organizações públicas, pois velhas práticas e improvisação não permitem mais a coordenação de suas atividades (DURANTE, 2009). Como assinalam Chiavenato e Sapiro (2009), o planejamento deve procurar elevar ao máximo

os resultados e tornar mínimo as deficiências, respeitando os princípios da maior eficiência, eficácia e efetividade, sendo que para tal, o processo estratégico importa no resultado cumulativo de um longo e penoso aprendizado organizacional.

Quando se relaciona a temática segurança pública essa premissa cresce em proporção exponencial. Prover a segurança da sociedade é uma tarefa complexa, necessitando de integração de uma diversidade de atores que compõem a sociedade. Souza (2002) destaca que a “gestão é a efetivação, ao mesmo em parte das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir”. Santos (2015) menciona que é ponto pacífico que o Poder Público deve buscar de forma contínua o aperfeiçoamento da máquina estatal, proporcionando com isso, melhorias aritméticas na qualidade dos serviços disponibilizados para a coletividade.

É relevante compreender as dificuldades encontradas por gestores públicos pela busca de maior eficiência, sendo indispensável se discutir quais os instrumentos administrativos que dispõem como recursos para enfrentá-las. Esse problema se reporta à busca por estruturas organizacionais, assim como por modelos de gestão, que assegurem o alcance de padrões de eficiência operacional e satisfação de acordo com a expectativa de atores: cidadãos, políticos, e os próprios burocratas (SERRA, 2008; SANTOS, 2015).

Dentro desse contexto a informação é um elemento importante para a tomada de decisão, cabendo lembrar que em ambientes políticos e competitivos, constitui-se uma importante fonte de poder. De acordo com Marcial e Grumbach (2008) as informações devem ser processadas para o embasamento de decisões em diferentes níveis.

Os esforços de modernização da administração pública trouxeram uma grande produção de informação e instrumentos, o que de certa forma permite conhecer situações até então não reveladas (SERRA, 2008). De outro modo, gera um arsenal de dados de difícil processamento. Esses fatores levam à necessidade de se buscar um modelo de gestão que integre elementos básicos (avaliação de dados) que se relacionem com instrumentos de gestão disponíveis e já conhecidos (planejamento, orçamento, avaliação de políticas), integrando-os numa visão sistêmica de gestão por resultados no setor público.

Na esfera da segurança pública, como assevera Azevedo et al. (2011), não se pode negar a relevância que as estatísticas criminais possuem para o processo de análise criminal a ser empregado nas atividades das forças policiais, podendo direcionar ações e revelar dados que podem ser estudados, a fim de se identificar possíveis causas da criminalidade. Para tanto,

a organização das estatísticas e sua disseminação é ponto fundamental para a mudança de paradigma da ação policial.

Nessa linha, Gracioso (2003) assinala que a função estatística dada à informação, retira o seu condão abstrato, tornando-a objeto concreto de estudo, destacando a possibilidade de se efetuar uma relação do todo com a parte, no que concerne ao estudo da informação estatística no campo da ciência da informação, analisando os conceitos (dado, estatística pública, indicador social, informação institucionalizada e conhecimento) para delimitar a informação estatística.

As questões acima relacionadas levaram o SIEDS no Pará a reestruturar o processo de trabalho das forças policiais, com o emprego sistemático de estatísticas criminais para orientar as atividades de inteligência, o policiamento ostensivo e a investigação criminal. O uso de indicadores de criminalidade e de desempenho para acompanhar o desenvolvimento das ações policiais voltadas à prevenção do crime foi estabelecido nos artigos 28 e 41 da Lei Estadual Nº 7.584/2011 (PARÁ, 2011).

Em 15 de janeiro de 2014 foi instituído, por meio da Portaria Nº 005/2014-GAB/SEGUP, o Programa de Redução da Criminalidade (PREC), com a finalidade estabelecer e regular o modelo de gerenciamento para a redução da criminalidade no Estado do Pará, a ser operacionalizado por seus órgãos vinculados.

Esse programa consiste em conjugar ações de planejamento, com emprego de estatísticas e análise criminal, o qual passou a ser disseminado no sistema policial do Estado a partir do ano de 2014, mediante produção de relatórios estatísticos, de inteligência e análise criminal, consoante a Portaria Nº 005/2014-GAB/SEGUP e Portaria Nº 002/2017-GAB/SEGUP que regulamentam o Programa (PARÁ, 2014; PARÁ, 2017).

O uso dos dados estatísticos possibilitou a criação de indicadores de criminalidade e de produtividade que são monitorados para avaliação do emprego das ações no combate ao crime. A escolha dos indicadores pelo SIEDS, consoante a norma reguladora do Programa (Portaria Nº 005/2014-GAB/SEGUP, PARÁ, 2014), tomou por base crimes de maiores índices e que mais impactam no aumento do medo da população, *in casu*, o homicídio, o roubo e o latrocínio.

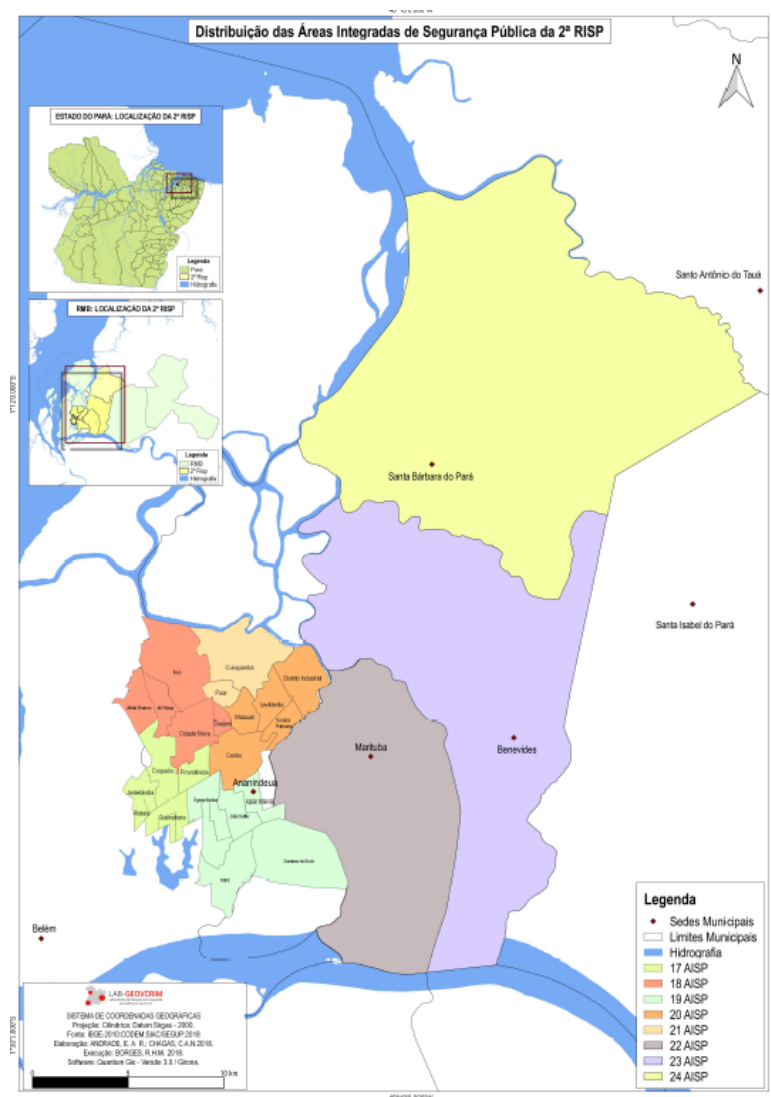
Material e Métodos

O objetivo geral deste trabalho é apresentar algumas características afetas ao crime de homicídio, nos municípios do entorno da Região Metropolitana de Belém, no período de

2014-2017, onde a violência urbana alcança o 2º maior índice desse delito no Estado, além de apresentar padrões similares ao da Capital.

A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa quantitativa dos registros de ocorrência de homicídios ocorridos na área da 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, que abrange a área territorial dos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará (Figura 1), constantes nos bancos de dados da Secretaria-Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), da SEGUP. O método quantitativo, de acordo com Silva e Menezes (2001), considera traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las com a utilização de recursos e de técnicas estatísticas, como porcentagem, média, moda, mediana, dentre outras.

Figura 1 – Divisão Territorial da 2ª Região Integrada de Segurança Pública-RISP



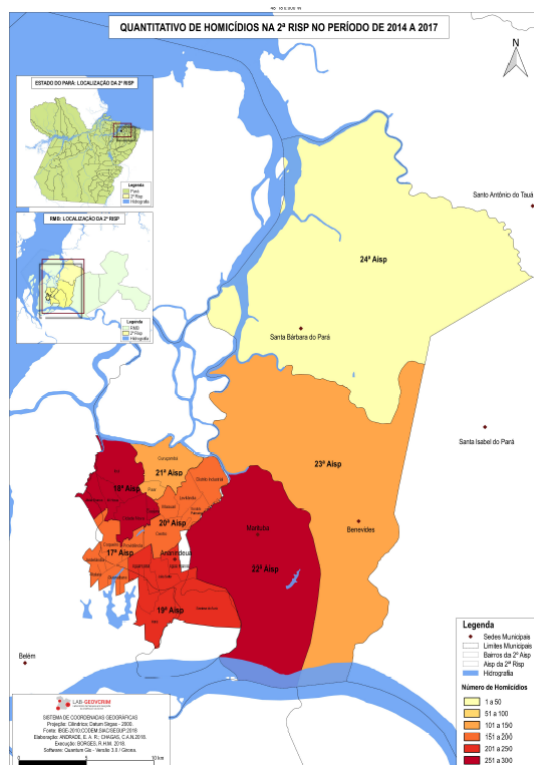
Fonte: Resolução 185/2012 – Conselho Estadual de Segurança Pública

A 2ª RISP ocupa o 2º lugar no ranking de registros de crimes de homicídio entre as 15 (quinze) RISP do Estado (Belém, que corresponde a 1ª RISP, tem os maiores índices), de acordo com os dados extraídos do SISP WEB (Sistema Integrado de Segurança Pública), que é o sistema informatizado que em base computacional hospeda o banco de dados de ocorrências criminais no Pará.

As AISP que correspondem à área territorial do município de Ananindeua estão contempladas no pacto interfederativo, denominado Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, que assinala a taxa de 59,4% nesse tipo crime, em relação a 100 mil habitantes (ENGEL et al., 2015), o que chama atenção de imediato. Ananindeua é o segundo maior município paraense, como uma população que gira em torno de 500 mil habitantes.²⁸

A 2ª RISP é área de responsabilidade territorial do Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM), estrutura da Polícia Militar responsável pelo policiamento ostensivo, e da Superintendência de Polícia Civil da Região Metropolitana (SRM), que tem a missão de polícia judiciária. Esta RISP está subdividida em 8 (oito) AISP (Figura 2) que são comuns às duas instituições policiais, fato que foi fruto de um trabalho de harmonização administrativa dessas circunscrições territoriais, alcançando todos os órgãos do sistema.

Figura 2: Distribuição dos homicídios na 2ª. RISP por AISP (2014-2017)



²⁸ Conforme dados do Censo de 2010, disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150080>

O crime de homicídio doloso na 2ª RISP, no período de 2014 a 2017, pôde ser analisado a partir de distintas variáveis: ano, mês, dia da semana, faixa de hora, município, AISP, meio empregado, local da ocorrência. Essas variáveis utilizadas no processo descritivo dessa incidência criminal são partes integrantes dos relatórios de inteligência e análise criminal produzidos pela SIAC e servem de norteadores para as ações das forças policiais do Estado. Houve 1.986 homicídios registrados no SISP-WEB entre 2014 e 2017, na 2ª RISP.

De posse dos dados, passou-se à sua análise descritiva, por meio de tabelas e gráficos, a fim de demonstrar o comportamento dos homicídios na 2ª RISP. Conforme Bussab e Morettin (2013) a análise descritiva é utilizada para coletar, organizar e classificar os dados oriundos de levantamentos de informações de uma determinada população, descrevendo os dados por meio de tabelas, gráficos, medidas de tendência central entre outros.

Convém destacar que o conceito de homicídio, para fins deste estudo, é todo ato de tirar a vida de outrem com intenção (doloso), extraindo-se, portanto, as mortes decorrentes de ação culposa, acidentes de trânsito e os decorrentes de intervenção policial. No Código Penal Brasileiro, o tipo criminal é tratado da seguinte maneira²⁹:

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tomando-se como referência todas as RISP do Estado, os dados estatísticos extraídos demonstraram no período em estudo que 4 (quatro) delas concentram mais de 58 % de todos os registros de homicídios (1ª RISP – Capital; 2ª RISP – Região Metropolitana de Belém; 10ª RISP – Região de Carajás/Polo Marabá); 3ª RISP – Região do Guamá/Polo Castanhal. Desses

²⁹ A partir da Lei nº 13.104/2015, foi instituído no Código Penal a figura do *Feminicídio* (art. 121, § 2º, VI), que é o homicídio “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Os números apresentados neste trabalho não consideram essa distinção.

registros, mais de 14 % estão concentrados na 2ª RISP/Polo Ananindeua, que nos últimos anos vem ocupando o 2º lugar no *ranking* de homicídios, atrás somente de Belém.

Conforme a Tabela 1 observa-se que o ano 2017 apresentou o maior percentual de registros de homicídios na 2ª RISP (28,50%), seguido do ano de 2016 (26,59%). Essa evolução também se apresenta no cenário nacional, pois há uma tendência de espraiamento dos homicídios para todas as cidades das Regiões Metropolitanas brasileiras (ENGEL et al., 2015).

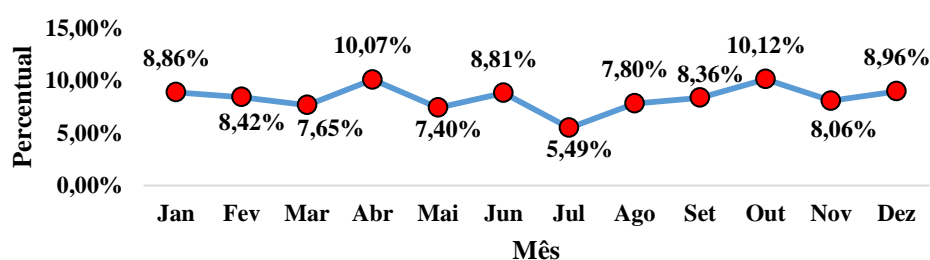
Tabela 1: Quantidade e Percentual de Registros de Homicídios ocorridos na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por ano da ocorrência.

Ano	Homicídio	
	Quantidade	Percentual
2014	441	22,21
2015	451	22,71
2016	528	26,59
2017	566	28,50
Total	1986	100

Fonte: SISP-WEB, Junho/2018 - Elaboração dos autores.

No caso específico da 2ª RISP, percebe-se certa regularidade no número de homicídios no decorrer dos meses, não obstante destacarem-se levemente os meses de abril (10,07%) e outubro (10,12%) com as mais elevadas taxas de registros, conforme a Figura 3. É fato que alguns estudos relacionam variações sazonais de temperatura, comemorações e festas, como elementos capazes de impor picos de ocorrências criminais em determinadas cidades (SOARES et al., 2009). Porém, na Região Metropolitana de Belém, que compõe a 2ª RISP, não se percebeu no período estudado variações significativas mês a mês, exceção feita ao mês de julho, tradicional período de férias escolares, o que possivelmente possa ter relação com o decréscimo populacional sazonal em virtude de deslocamento para balneários, em que se verificou a diminuição de índices até a metade dos encontrados nos meses mais violentos.

Figura 3: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Mês da Ocorrência.

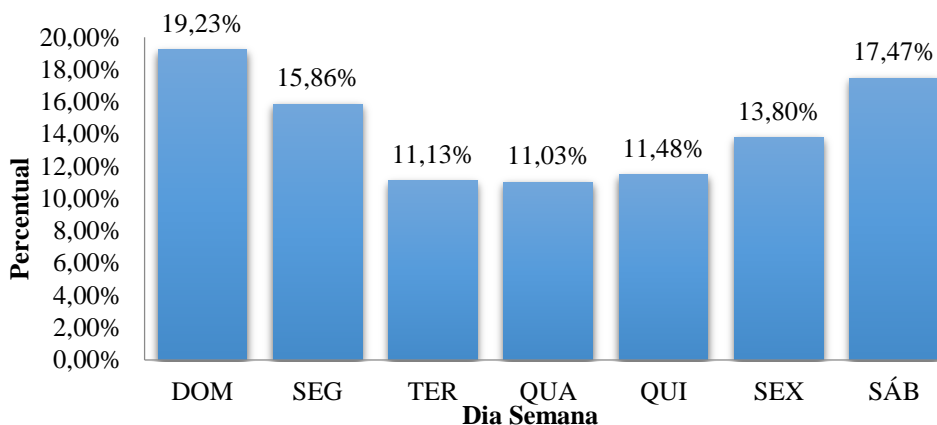


Fonte: SISP-WEB, Junho/2018 - Elaboração dos autores.

Tomando-se como referência o dia da semana, pode-se verificar que os finais de semana tendem a concentrar as ocorrências, apesar de haver registros significativos em todos os dias. Mais de 50% dos homicídios se concentraram entre o sábado e a segunda-feira, sendo que o domingo aparece com o maior índice, seguido do sábado e depois da segunda-feira (Figura 4). Dos registros de homicídio que ocorrem nas segundas-feiras, 39% concentram na faixa de hora de 00 às 06. Infere-se portanto, a influência do fluxo dos registros de domingo.

No domingo, por exemplo, ocorreram quase o dobro de casos em comparação com a quarta-feira. Isso infere que, conforme se observa na Figura 4, em dias não úteis, ou seja, em dias dedicados culturalmente ao descanso e à diversão (a segunda-feira é normalmente o dia de folga dos trabalhadores que realizam suas atividades no domingo, notadamente no setor de serviços), a probabilidade de acontecimento de um homicídio é maior na 2ª RISP.

Figura 4: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por dia da semana.

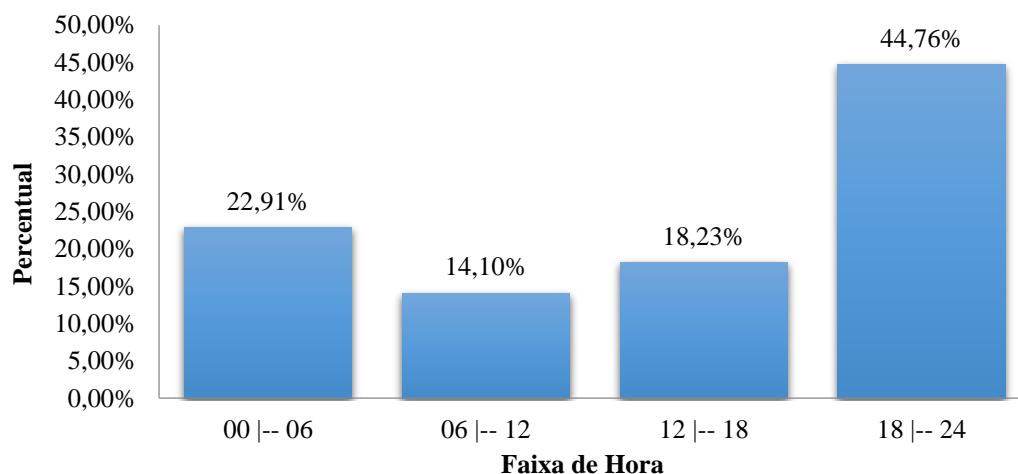


Fonte: SISP-WEB, Junho/2018 - Elaboração dos autores.

Já no que se refere à hora das ocorrências um destaque é notório: o período compreendido entre 18 e 24 horas concentrou aproximadamente 45% dos crimes de homicídio, seguido pela madrugada (00 às 06 horas), que registrou aproximadamente 23% das ocorrências. Está claro, conforme a Figura 5, portanto, que o período noturno, isto é, aquele sem iluminação natural, e sujeito a propensão de uso de bebidas alcoólicas, que toma as vítimas mais vulneráveis nesses intervalos de horas, é muito mais violento, pois concentrou em torno de 68% dos registros.

Pode-se também inferir que isso traduz uma dinâmica dessa região, que é conurbada com a capital, a qual apresentou resultados semelhantes em pesquisa anterior (REMÉDIOS et al., 2016). Em Belém, a maior parte dos homicídios ocorreu à noite e madrugada (49,13% e 24,56%, respectivamente).

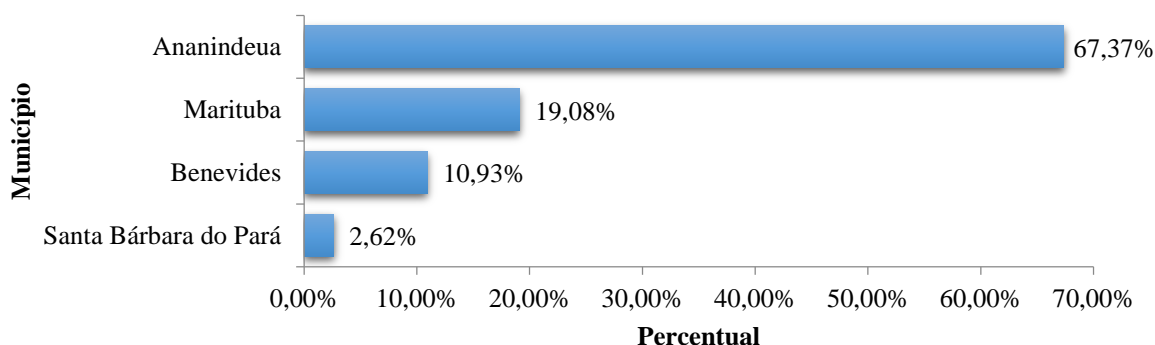
Figura 5: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Faixa de Hora.



Fonte: SISP-WEB, Junho/2018 - Elaboração dos autores.

Ao olhar para os municípios *per si* (Figura 6) verifica-se que Ananindeua, a maior das quatro cidades da região abarca quase 68% dos registros. Não há dúvidas de que esta variável tem relação direta com existência de um contingente populacional muito maior do que as demais cidades relacionadas, o que também vai impactar no cálculo do índice de criminalidade. O fundo demográfico pode ser determinante nesse índice, pois na hipótese de aumento do número de pessoas num local, seja bairro, cidade, estado ou país, outras situações sendo iguais, resultam num aumento de tudo, até mesmo de acidentes, crime e homicídios” (SOARES et al., 2009).

Figura 6: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Município.



Fonte: SISP-WEB, Junho/2018 - Elaboração dos autores.

Como já dito, a 2ª RISP é dividida em oito AISP, que correspondem basicamente a bairros do município de Ananindeua e aos demais municípios como um todo. Assim, tem-se

da 17^a até a 21^a AISP dentro do município de Ananindeua, a 22^a AISP correspondendo a Marituba, 23^a AISP dizendo respeito a Benevides e, finalmente, a 24^a AISP englobando o município de Santa Bárbara do Pará.

Ao observar os índices de homicídios por AISP (Tabela 2), percebe-se que há concentração em Ananindeua, especialmente nos os bairros da Cidade Nova, Guajará, Icuí-Guajará, Icuí-Laranjeira, Jibóia Branca e 40 Horas, que compõem a 18^a AISP, com 21,30% dos casos. Em seguida tem-se a 22^a AISP (município de Marituba) que registrou 19,08% das ocorrências e logo atrás a 19^a AISP (Ananindeua), que abarca os bairros Águas Brancas, Águas Lindas, Aurá, Conjunto Júlia Seffer e Santana do Aurá, que tiveram 14,75% dos homicídios (Tabela 2).

Tabela 2: Quantidade e Percentual de Registros de Homicídios, na 2^a Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por AISP.

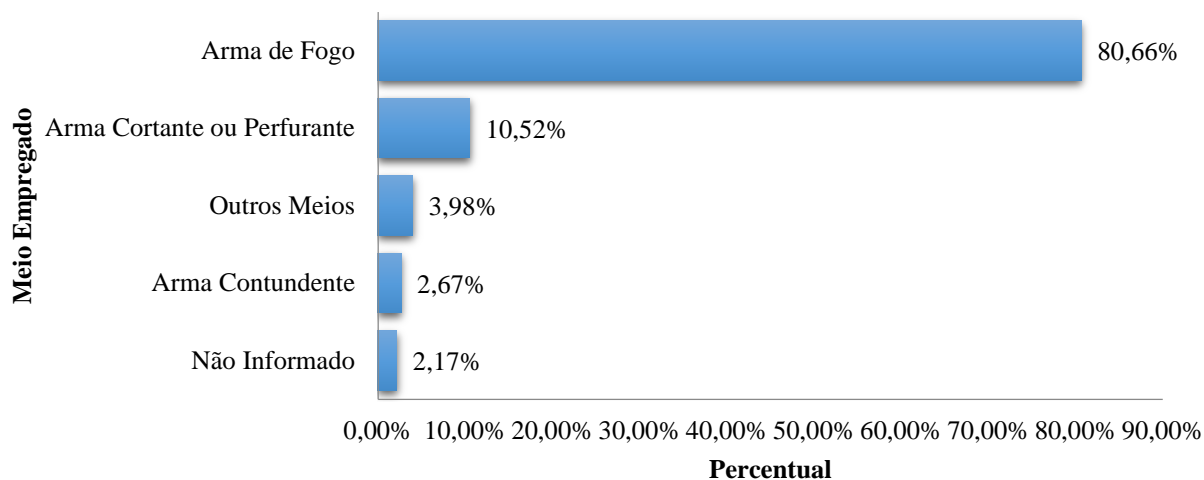
AISP	Homicídio	
	Quantidade	Percentual
18 ^a	423	21,30
22 ^a	379	19,08
19 ^a	293	14,75
20 ^a	241	12,13
17 ^a	232	11,68
23 ^a	217	10,93
21 ^a	149	7,50
24 ^a	52	2,62
Total	1986	100,00

Fonte: SISP-WEB, Junho/2018- Elaboração dos autores.

A Figura 7, por sua vez, demonstra a variação dos homicídios em função dos meios empregados na sua consecução. A maioria esmagadora dos casos envolve o uso de arma de fogo (80,66%), seguido de arma cortante ou perfurante, com 10,52% dos casos. No Brasil, a utilização da arma de fogo para perpetração do homicídio atinge 71% do total de casos (ENGEL et al., 2015).

Tal constatação importa em construir políticas de controle mais eficazes no que diz respeito ao uso de armas de fogo, que são instrumentos de uso controlado, mas que cujas políticas nesse caminho têm se mostrado insipientes. Existe um grande esforço operacional para a retirada desses instrumentos das ruas, sendo que a apreensão de armamentos tem sido utilizada pelo PREC como indicador de produtividade das forças policiais.

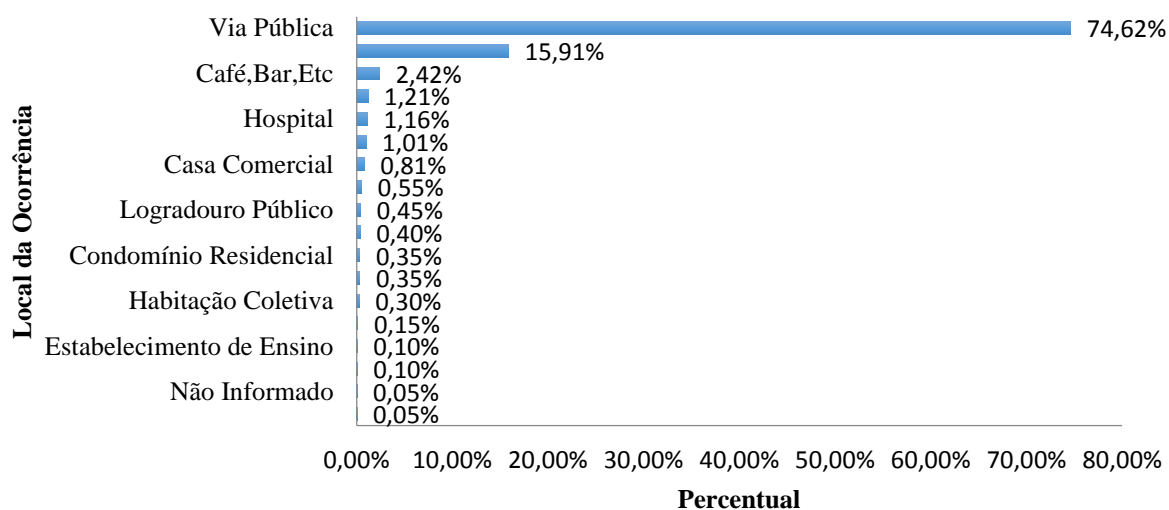
Figura 7: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Meio Empregado.



Fonte: SISP-WEB, Junho/2018 - Elaboração dos autores.

Por fim, como variável geográfica, têm-se os registros de homicídios em função do local em que ocorrem, sendo que os acontecimentos em vias públicas são a maioria absoluta (Figura 8). Em 74,62% dos casos, as mortes ocorrem nas ruas, avenidas, travessas, passagens, etc., o que dificulta o controle, tendo em vista a grande capilaridade nas cidades. Os homicídios ocorridos no interior de residências, ou seja, no espaço de intimidade das pessoas, perfazem 15,91% dos registros. Portanto, uma prevenção mais qualificada poderia diminuir sensivelmente os índices, tendo em vista que percentual bem reduzido é o que ocorre em espaços privados, cujo acesso policial é limitado.

Figura 8: Percentual de Registros de Homicídios, na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no período 2014 a 2017, por Local da Ocorrência.



Fonte: SISP-WEB, Junho/2018- Elaboração dos autores.

Considerações Finais

A aproximação entre a consecução de serviços de segurança pública e a atividade científica é cada vez mais óbvia e notória. Não obstante o fato de que a garantia da segurança objetiva das pessoas se consubstancia como um serviço, ela também cria o cenário para a consolidação de profissões, principalmente as policiais. Portanto, ao assumir que as atividades de segurança são realizadas por profissionais, não há espaço para soluções improvisadas, descoladas da técnica.

A segurança pública, destarte, se constrói, do ponto de vista do prestador do serviço, com emanações técnico-científicas, como tal, emolduradas por processos metodológicos próprios ou emprestados de outras áreas do conhecimento, mas capazes de conferir à atividade resultados adequados aos anseios comunitários. Parece ser uma exigência cada vez maior nos tempos atuais que qualquer atividade seja atravessada por métodos aptos a gerar efeitos cada vez menos questionáveis, tudo isso como consequência de uma racionalidade científica que orienta as relações humanas há pelo menos cinco séculos (WEBER, 2002).

Dentro desse processo de cientificização da segurança pública, a Estatística assume papel importante, destacado em função da possibilidade de geração de respostas acerca da percepção de resultados das atividades de prevenção e repressão criminal, posto que a análise de índices, indicadores, etc. pode permitir a manutenção ou reorientação de polícias públicas dessa natureza.

Nessa esteira, foi possível enxergar neste trabalho o papel da análise descritiva das taxas de homicídio na 2ª RISP, no período compreendido entre 2014 e 2017, têm problemas tão ou mais graves, em relação ao controle de homicídios, do que a própria cidade de Belém.

De fato, percebeu-se o aumento geral de índices de homicídio na região no período estudado e que essa evolução também pôde ser observada em âmbito nacional. Ao mesmo tempo que essa constatação se realiza, é cediço que há a necessidade de estabelecer processos metodológicos capazes de gerar a compreensão dessas variações de índices, levando-se em conta, dentre outras coisas, fenômenos aptos a gerar pressão sobre os indicadores, seja os diminuindo ou os aumentando.

Foi comprovado também o fato de que na área da 2ª RISP, os fins de semana demandam atenção especial das forças de segurança, tendo em vista que acabam por concentrar a maioria dos homicídios registrados naqueles municípios. Nessa linha de

detalhamento, foi observado que esses crimes ocorrem com muito mais frequência no período noturno, especialmente entre 18 e 24 horas e em seguida entre 00 e 06 horas da manhã.

Entre os quatro municípios que compõem o espaço geográfico da RISP em análise, Ananindeua se destacou como a cidade que apresentou as taxas mais elevadas de homicídios, com 67,37% dos registros, seguida de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará.

Dentro de Ananindeua, especificamente os bairros da Cidade Nova, Guajará, Icuí-Guajará, Icuí-Laranjeira, Jibóia Branca e 40 Horas, que compõem a 18ª AISP, tiveram registrados 21,30% dos casos. Na sequência, a 22ª AISP (município de Marituba), que registrou 19,08% das ocorrências, apareceu como a segunda área mais importante a destacar em número de homicídios, vindo logo atrás a 19ª AISP (Ananindeua), a qual engloba os bairros Águas Brancas, Águas Lindas, Aurá, Conjunto Júlia Seffer e Santana do Aurá, que tiveram juntos, 14,75% dos homicídios.

Finalmente, a pesquisa indicou a arma de fogo como o principal instrumento de consecução dos crimes, chegando a mais de 80% dos casos. Essa informação importa, portanto, em concluir que os sistemas de monitoramento e controle da circulação/porte de armas de fogo na região deixam a desejar, sendo que a construção de políticas operacionais mais efetivas nesse sentido é urgente.

É claro que a quantidade significativa de homicídios registrada em todo o período estudado merece maiores pesquisas de dados que levem a elaboração de um diagnóstico que permita identificar essas causas e conseqüentemente medidas corretivas nas ações policiais do SIEDS. Porém, não obstante esse reconhecimento, independentemente das causas, os altos números já sugerem reorientação do planejamento operacional das instituições policiais no caminho de ocuparem mais maciçamente esses municípios, com ações preventivas e repressivas.

Ademais, o emprego da Estatística como ferramenta científica só traz cada vez mais benefícios, contribuindo exponencialmente para o conhecimento da realidade da segurança pública na região estudada e mais além, no país inteiro, assim como tem sido capaz de demonstrar as limitações que os órgãos de segurança pública do Estado apresentam para o desenvolvimento do uso da tecnologia e da informação nas atividades policiais, que por muito tempo foram materializadas de maneira amadorística. É um novo momento, uma era de profissionalização, de ciência, de gestão técnica de resultados. Espera-se disto, por óbvio, tempos menos violentos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, A. dos R.; RAMOS, E.M.L.S.; ALVES, M. A.; FIGUEIRA, P. A.; PAMPLONA, V. M. S. Análise estatística de crimes noticiados nos principais jornais de Belém, no ano de 2017, ocorrido no estado do Pará. *In* RAMOS, E. M. L. S. ALMEIDA, S. dos S. et al. **Segurança Pública: uma abordagem estatística e computacional**. Belém: EDUFPA, 2008.

AZEVEDO, A. L. V.; RICCIO, V.; RUEIGER, M. A. **A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão**. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p.9-21, jan/abr. 2011.

BEATO, C. C. Gestão da Informação. *In*: BEATO, Cláudio. **Coleção Segurança com Cidadania**. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ano I, n. 2. Brasília, DF, 2009.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 8.ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

CHIAVENATO, I; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. 2.ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DURANTE, M. O. Gestão da Informação e estatísticas de Segurança Pública no Brasil. *In*: **Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal**. Coleção Segurança com Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ano I, n. 2, Brasília, DF, 2009.

ENGEL, C. L.; PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L. D.; LIMA, D. P. L.; ROMÃO, D. M. M. R.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; SANDRA FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S.. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FERREIRA, B. A.; RIGUEIRA, A. L. **Os indicadores-chave de desempenho como aliados da análise criminal**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 7, n. 2, p. 68-88 Ago/Set 2013.

GRACIOSO, L. de S. **Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística**. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 69-76, Mai/Ago 2003.

JANNUZZI, P. M. **A importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Publicação**. – Segurança, Justiça e Cidadania/Ministério da Justiça. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Ano 3, n. 5, 2011.

LEMGRUBER, J. Controle da Criminalidade: mitos e fatos. *In*: **Insegurança Pública – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. Org. OLIVEIRA, N. V. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

LOECK, J. F.; MAGNUS, T. M.; M. D.; MATTOS, E. V. Gestão da informação e governos locais: experiências do observatório de Segurança Pública de Canoas (RS) e novas

possibilidades. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 88-103, Ago/Set 2016.

LONGO, R. M. J.; QUEIROZ, C.; SANTOS, P dos; CAMACHO, F; PAULINELLI, R; FEDELE. **Gestão do Conhecimento**: a mudança de paradigmas empresárias no século XXI. São Paulo: Ed. Senac, 2014.

MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R. J. dos S. **Cenários Prospectivos**: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5.ed., 2008.

PARÁ. Lei Estadual Nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011. Regulamenta a organização e distribuição operacional dos órgãos supervisionados pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS. **Diário Oficial do Estado** Nº 32.066, Belém, Pa, 29.dez. 2011. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br>. Acesso em 30/03/2017.

PARÁ. Decreto Nº 414/2012, de 04 de abril de 2012. Homologa a Resolução Nº 185/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP. **Diário Oficial do Estado**, Nº 32.132, Belém, Pa, 09 abr. 2012. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br>. Acesso em 30/03/2017.

PARÁ. Secretária de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. **Portaria Nº 005/2014-GAB/SEGUP**. Aprova a Norma Reguladora do programa de Redução da Criminalidade – PREC. Belém, Pa 2014. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br>. Acesso em 30/03/2017.

PARÁ. Secretária de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. **Portaria Nº 002/2017-GAB/SEGUP**. Aprova a Norma Reguladora do Programa de Redução da Criminalidade – PREC. Diário Oficial do Estado Nº 142546686. Belém, Pa, 06.abril. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/142546686/doepa-06-04-2017-pg-41>. Acesso em 30/04/2017.

PARÁ. Secretária de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. **Resolução Nº 185/2012-CONSEP**. Aprova a delimitação circunscricional dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS. Diário Oficial do Estado Nº 32.132, Belém, Pa, 09.abr. 2012. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br>. Acesso em 30/03/2017.

RAMOS, M. P. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, 5.ed., p.1271-1294, 2012.

REMÉDIOS, M. A. R.; OLIVEIRA, D. C.; SOUZA, C. N. P.; RAMOS, E. M. L. S; ALMEIDA, S. S. Caracterização dos crimes de tráfico de drogas e homicídio no município de Belém. In: ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R.; RAMOS, E. M. L. S. **Segurança pública**: gestão, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação/ organizadores. Belém: GAPTA, p. 261-275, 2016.

SANTOS, A. M. **O Importante Papel do Legislativo na concretização do Princípio da Eficiência na Administração Pública**, 2015. Disponível:<http://drafonsonmendes.jusbrasil.com.br/artigos/169255066/o-importante-papel-do-legislativo-na-concretizacao-do-principio-da-eficiencia-na-administracao-publica>. Acesso em: 30 mar 2017.

SERRA, A. **Modelo aberto de gestão para resultados no setor público**. Natal: SEARH/RH, 2008.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed., rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2001.

SOARES, G. A. D.; FERNANDES, C.; PIZZINGA, A.; BORGES, D. *In: Variações Sazonais dos Homicídios no Rio de Janeiro. Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil*. Coleção Segurança com Cidadania/Secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Brasília, DF, n. 3, Ano I, 2009.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

VICENTE, R. Análise do Crime de Homicídio na cidade de navegantes Santa Catarina no ano de 2009. **Revista Ordem Pública**. v. 6 n. 1, 2013. Disponível em <http://www.acors.org.br/rop/index.phppg>. Acessado em: 30/03/2017.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

WOOD, T. Jr. Mudança Organizacional: uma introdução ao tema. In: WOOD, T. Jr. (Coordenador). **Mudança Organizacional**. 5. ed., – São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE 2



**Universidade de Cabo Verde • Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Pará • Universidade Estadual do Amazonas
Universidade Estadual de Roraima • Universidade de Vila Velha**

CARTA DE ACEITE

Belém (PA), 14 de Novembro de 2018.

Prezados(as) Autores(as) Clay Anderson Nunes Chagas e Eugênia Andréa R. de A. Trindade é com satisfação que comunicamos a **APROVAÇÃO** do artigo “**Homicídios na Região Metropolitana de Belém: construção de informações a partir da análise estatística**”, no livro “**Segurança Pública: Informação, Justiça, Conflitos e Cidadania**”, referente ao Edital N° 001/2017 dos Programas de Pós-graduação em Segurança Publicas da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Estadual do Amazonas, da Universidade Estadual de Roraima, da Universidade Vila Velha e da Universidade de Cabo Verde. Informamos que a previsão de publicação do referido livro é até 31 de dezembro de 2018. Finalmente, solicitamos a todos os autores (as) deste artigo o reenvio de Carta de Cessão de Direitos Autorais, para o e-mail ppgsplivros@gmail.com, até o dia 29 de Novembro de 2018, conforme modelo em anexo.

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Coordenador(a) Geral do Edital N° 001/2017

APÊNDICE 3

REVISTA IPEA – Diretrizes para Autores

NORMAS AOS COLABORADORES DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Os artigos enviados para seleção devem ser inéditos. A remessa do artigo à Revista implica autorização para a sua publicação pelo autor.

2. Os trabalhos podem ser submetidos em português, inglês, francês ou espanhol. Aceitam-se, eventualmente, artigos traduzidos, já publicados em outro idioma que, pela sua relevância, mereçam divulgação em português.

3. A Revista reserva-se o direito de recusar trabalhos submetidos para publicação conforme a avaliação de seus pareceristas. Todos os trabalhos submetidos serão julgados por dois pareceristas, no processo de avaliação. Caso haja divergência entre os dois primeiros pareceristas, o artigo será encaminhado para um terceiro parecerista.

4. No caso dos artigos selecionados para publicação, os autores deverão enviar uma versão deles editada em Word (2007 ou posterior). Os artigos devem ser submetidos pelo site da Revista.

5. Cada artigo deverá conter um resumo de cerca de 150 (cento e cinquenta) palavras, o qual propicie uma visão global e antecipada do assunto tratado. O resumo deve ser enviado em 4 (quatro) idiomas: português, inglês, espanhol e francês. Cada resumo deve conter até 5 (cinco) palavras-chave.

As fórmulas matemáticas devem ser claras e inseridas no próprio texto: jamais podem dar margem à dupla interpretação. Se as deduções de fórmulas forem abreviadas, o autor deverá apresentar a derivação completa em um anexo, o qual não será publicado.

Diretrizes gerais para formatação dos artigos:

- Os artigos enviados devem ser anonimizados. Ou seja, qualquer referência aos autores nos corpo do texto deve ser excluída.

- O autor deverá informar até cinco códigos no sistema de classificação do Journal of Economic Literature (JEL) – disponível no site https://www.aeaweb.org/jel/jel_class_system.php.

- Os artigos não devem exceder 30 (trinta) páginas considerando todos os elementos do artigo, inclusive as partes não textuais. O texto deve ser formatado em papel A4 (29,7 x 21 cm), espaço simples, letras Times New Roman, corpo 12, margens superior e esquerda com 3 cm e inferior e direita com 2 cm, justificado;

- Gráficos de dados, editados em Microsoft Excel, versão 2007 ou posterior. No caso de gráficos, pode-se fazer a edição também em Corel Draw. Mapas e gravuras deverão vir em arquivo separado, com extensão CDR, BMP, TIF, JPG e EPS, para possibilitar leitura magnética (obs.: não utilizar cores).
- As Notas devem aparecer no final da página, numeradas sequencialmente.
- O artigo deve seguir as normas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR-6023).
- As indicações bibliográficas no texto devem obedecer, por exemplo, à forma (BARAT, 1978) e, se for o caso, acrescidas de referência ao número da página citada: (BARAT, 1978, p. 15). A referência completa deverá ser apresentada no fim do artigo, em ordem alfabética, com: no caso de livros – autor(es), título completo do livro, nome e número da série ou coleção (se houver), edição, local, editora e ano de publicação; e, no caso de artigos de periódicos – autor(es), título completo do artigo, título completo do periódico, local, número e volume, número de páginas, mês e ano da publicação.

Declaração de Direito Autoral

Proposta de Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.